



TATIANA PIRES BOTELHO

**PROGRAMA BOLSA VERDE DE PAGAMENTO POR
SERVIÇOS AMBIENTAIS EM MINAS GERAIS SOB A ÓTICA
DOS (AS) BENEFICIÁRIOS (AS)**

**LAVRAS - MG
2024**

TATIANA PIRES BOTELHO

**PROGRAMA BOLSA VERDE DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS
EM MINAS GERAIS SOB A ÓTICA DOS (AS) BENEFICIÁRIOS (AS)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, área de concentração em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, para a obtenção do título de Mestra.

Profª. Dra. Ana Luiza Garcia Campos
Orientadora

Profª. Dra. Viviane Santos Pereira
Coorientadora

**LAVRAS - MG
2024**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA,
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Botelho, Tatiana Pires.

Programa Bolsa Verde de pagamento por serviços ambientais
em Minas Gerais sob a ótica dos (as) beneficiários (as) / Tatiana
Pires Botelho. - 2024.

153 p. : il.

Orientadora: Ana Luiza Garcia Campos.

Coorientadora: Viviane Santos Pereira.

Dissertação (Mestrado profissional) - Universidade Federal de
Lavras, 2024.

Bibliografia.

1. Pagamento por serviços ambientais - PSA. 2. Programa Bolsa
Verde MG. 3. Avaliação de Política Pública. I. Campos, Ana Luiza
Garcia. II. Pereira, Viviane Santos. III. Título.

TATIANA PIRES BOTELHO

**PROGRAMA BOLSA VERDE DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS
EM MINAS GERAIS SOB A ÓTICA DOS (AS) BENEFICIÁRIOS (AS)**

**BOLSA VERDE PAYMENT PROGRAM FOR ENVIRONMENTAL SERVICES IN
MINAS GERAIS FROM THE PERSPECTIVE OF THE BENEFICIARIES**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, área de concentração em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, para a obtenção do título de Mestra.

APROVADA em 27 de maio de 2024.

Profa. Dra. Caroline Medeiros Rocha Frasson USP
Prof. Dr. Rafael Eduardo Chiodi UFLA

Profa. Dra. Ana Luiza Garcia Campos
Orientadora

Profa. Dra. Viviane Santos Pereira
Coorientadora

**LAVRAS – MG
2024**

*À minha mãe, fortaleza, exemplo de mulher, mãe e profissional.
Ao meu pai herói, exemplo de pai e de ser humano. Vocês
sempre serão sinônimos de bondade, doação, amor e carinho.
Dois grandes exemplos de superação, ética, maturidade e
equilíbrio, a melhor combinação que se poderia ter.*

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a meu pai, que mesmo não podendo ver o resultado do esforço e trabalho é, sempre foi e sempre será minha grande inspiração, uma pessoa única que valorizava o conhecimento acima de tudo. Não foi uma caminhada fácil, principalmente por ter sido percorrida em sua falta, uma jornada enlutada. À minha mãe que me ajudou tanto, mesmo antes de tudo começar, também minha grande referência e inspiração, tenho por ela um grande respeito e admiração, não apenas por suas ações “maternas”, mas pela grande pessoa e profissional que é.

À minha amada Vó Wanda, minha segunda grande perda durante este processo, minha inspiração feminista, de uma mulher à frente de seu tempo, forte, guerreira, brilhante, que não se calou, lutou muito e construiu praticamente sozinha uma bela família. Sua alegria de viver e seu grande amor pela vida serão sempre lembrados.

A mim mesma, que, mesmo que por tantas vezes ter pensado em desistir, sempre optei por continuar.

Juliana, amiga e mentora, sem ela nunca teria sido possível, a grande incentivadora inicial.

Meu amado Lucas, que é muito mais que marido, por toda a ajuda, pelo apoio incondicional, amor e carinho, por estar sempre presente, ser um ombro amigo, meu porto seguro, meu lar, minha certeza feliz em todos os momentos, mesmo nos turbulentos.

Às Universidades Federais, em especial, à UFLA, por serem local de aprendizado acessível e por nos brindar com um mundo de possibilidades de aprendizagem libertadora, principalmente o programa PPGDE por trazer aspectos tão importantes, como abordagens feministas, antirracistas, decoloniais e epistemologias do Sul, além de uma visão crítica sobre a sustentabilidade.

Aos queridos professores por nos ensinarem tanto. E aos membros das bancas por tantas contribuições valiosas em nossas oportunidades de trocas.

Às minhas orientadoras, Profa. Ana Luiza e Profa. Viviane, pela caminhada, incentivo, inspiração, conselhos, pela oportunidade de crescimento e aperfeiçoamento.

Colegas de caminhada no mestrado, Evanio e Will e, em especial, Gleibson pela disponibilidade e paciência desde antes do início; Bruna e Aline, pelo carinho e atenção; Flávia por todo o suporte, carinho, atenção e disponibilidade, nunca conheci uma pessoa tão disponível a ajudar o próximo.

À minha amada família, especialmente mãe, pai, minha amada irmã, Lu (meu grande ouvido amigo) e JP pela torcida e compreensão. Aos meus tios e primos, em especial, Paty, Bruno, Cezinha, Gê, Albertinho e Alex pelo exemplo e inspiração.

Aos meus amigos e familiares que souberam entender minha falta. Carmen e tia Beth, pela torcida e pelas trocas...

À família do Lucas, que há muito tempo já considero minha própria família, em especial, à Maria, pelo carinho e cuidado sempre.

Amigas e amigos e, em especial...

Gil, por todo o apoio, contribuições valiosas e amizade,

Celinha pelos momentos de descontração, em meio ao caos e por me fazer ter a certeza de que sempre terei alguém a meu lado,

Livinha, pelo exemplo e pelas trocas...

Mari pelo exemplo de coragem e independência e dicas de viagem solo.

Júlia pelas palavras incentivadoras, por sempre me encher de confiança.

Alê, por ser uma luz em meu caminho, minha irmã de alma... obrigada por estender o braço em momentos cruciais...

Babi pelas escutas, em momentos de caos, mesmo distante se faz presente...

Leo, pelo exemplo e bons conselhos...

Micha, pelo exemplo de coragem...

Fê, Jana, Lu e Mari por permanecerem de qualquer jeito... pelos momentos maravilhosos tão fundamentais para resistir à caminhada.

Izabel, pelo auxílio, pelas conversas inspiradoras, trocas de experiência e incentivo.

Regina pela compreensão e carinho, exemplo de pessoa.

Sindsema pela oportunidade, lugar de conhecimento e crescimento.

Aos colegas de trabalho, Leonardo Diniz, Marcela Riccio e César Teixeira pelas contribuições técnicas. E, em especial, aos queridos Paulo de Lauro, pelas valiosas contribuições; Manu pela inspiração e por todas as ajudas sempre... Yustane por tantas indicações de pessoas maravilhosas dispostas a contribuir e por toda a ajuda.

Aos meus contatos iniciais para o trabalho de campo, Thiago e, em especial, o Ricardo Toledo pela ajuda com os entrevistados e por todo o seu trabalho inspirador em prol do meio ambiente.

Ao Senhor Airton Alvim Araújo pela disponibilidade em ajudar, pela atenção, carinho e ternura que, mesmo em um contato por telefone, possibilitou uma troca tão importante,

dando-me ânimo para continuar e esperança nos futuros contatos de campo. Nosso breve contato me marcou profundamente, fiquei muito feliz de ter cruzado nossos caminhos.

IEF pelo subsídio, inclusive de ideias e dados. À Lorena, gestora do Parque Estadual da Serra do Papagaio e ao João, funcionário do parque, pessoa muito especial, que me inspirou tanto no nosso breve contato; aos demais colegas do parque e do Previcêndio pela acolhida, pelo apoio logístico. Rosimere e Juninho do IEF de Coromandel. Rubens da URFBio Alto Paraíba.

A todos/as os/as beneficiários/as do Programa Bolsa Verde com quem fiz contato pela ajuda na pesquisa.

A todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para que esta pesquisa pudesse ser feita.

“Independente ou não, se tem recurso, a gente sempre é... preza pelo “cuidamento”, né”. Entrevistado

“Vamos atravessar o deserto, temos que atravessar o deserto. Ou toda vez que você vê um deserto você sai correndo? Quando aparecer um deserto, atravesse”.

Krenak, Ailton. A vida não é útil.

“As ponderações e as análises críticas que fizemos seguramente suscitaram, em muitos, perplexidades e angústias. Há um tipo de angústia, de natureza existencial, tão bem analisada pelo filósofo e teólogo dinamarquês Soren Kierkegaard, que é salutar, pois nos desinstala e nos move à ação (veja KIER- KEGAARD, S. O conceito de angústia, 2011, p. 44-49). Esta angústia não pode ser curada por nenhum psicanalista porque pertence à condição humana. Vivemos tempos dramáticos e, ao mesmo tempo, “esperançadores”. Dramáticos porque nossa Casa Comum, a Terra, parece estar ardendo em chamas. Temos que nos organizar para salvá-la. “Esperançadores” porque mais e mais pessoas estão despertando para suas responsabilidades para com o futuro comum, da vida, da humanidade e da Terra. Este futuro só será garantido se colocarmos a sustentabilidade como um denominador comum de todas as formas de vida e de nossas práticas”.

Leonardo Boff, Sustentabilidade

RESUMO

O conceito de Serviços Ambientais – SA, que representa as atividades humanas que favorecem a manutenção, a recuperação ou a melhoria dos serviços ecossistêmicos embasa as políticas de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA, instrumentos econômicos muito importantes para o desenvolvimento dos territórios rurais. Um exemplo de política de PSA, no estado de Minas Gerais, é o Programa Bolsa Verde - BV, que visa remunerar os proprietários/posseiros rurais que conservem áreas com vegetação nativa. A proposta desta pesquisa qualitativa é buscar aprofundar o conhecimento de como o BV é percebido por alguns beneficiários da região Sul de Minas Gerais, por meio de um estudo de caso, com entrevistas realizadas com roteiro semiestruturado, por meio da técnica de seleção de bola de neve, a partir de uma avaliação da política pública, levando em consideração alguns pontos relevantes, como aspectos políticos, ambientais e socioeconômicos para o resultado dessa política. Entre os principais resultados, identificou-se o quanto os (as) entrevistados (as) prezam essa iniciativa política de reconhecer o importante serviço prestado pelos produtores rurais, na preservação das áreas naturais contidas em suas propriedades/posses. Foi possível perceber o quão importante é para os entrevistados a ajuda financeira recebida por meio do programa, que, mesmo com todos os problemas que enfrentou, como atrasos, falta de pagamento e baixos valores de remuneração, ainda assim é considerado essencial para os(as) produtores(as) entrevistados(as), que anseiam por sua continuidade e ampliação. A questão do programa possibilitar também um considerável ganho na consciência ambiental dos participantes foi outro item muito citado. Alguns dos achados que podemos destacar referem-se à necessidade de aprimoramento da geração de informações de acompanhamento do programa, de forma clara e precisa, que sejam gerados de forma proativa, de acordo com as recomendações da lei de transparência para que o acompanhamento social do programa seja efetivamente realizado. Identificou-se que a maioria absoluta dos (as) entrevistados (as) sofreu com a questão de atrasos em seus pagamentos. Não se identificou número elevado de beneficiários (as) que apresentaram dificuldade, em relação à apresentação dos documentos exigidos pelo programa, com apenas três entrevistados (as) citando pendências documentais, após o início do programa, em casos específicos, como falecimento do titular, por exemplo e cadastros realizados de forma incorreta. A questão muito citada pelos (as) entrevistados (as) quanto à facilidade de acesso ao programa esteve ligada à atuação de uma entidade local, mostrando a importância do apoio do terceiro setor na execução da política.

Palavras-chave: Pagamento por serviços ambientais – PSA; Programa Bolsa Verde MG; Avaliação de Política Pública; percepção de beneficiários.

ABSTRACT

The concept of Environmental Services - ES, which represents human activities that favor the maintenance, recovery or improvement of ecosystem services, grounds the policies of Payment for Environmental Services - PES, a very important economic instrument for the development of rural territories. An example of a PES policy in the state of Minas Gerais is the Bolsa Verde-BV Program, which aims to remunerate landowners/squatters who conserve areas with native vegetation. The purpose of this research is to seek to deepen the knowledge of how BV is perceived by some beneficiaries in the southern region of Minas Gerais, through a case study with interviews, based on an evaluation of public policy taking into account some relevant points, such as political, environmental and socioeconomic aspects for the result of this policy. Among the main results, it was identified how much the interviewees valued this political initiative of recognizing the important service provided by rural producers in preserving the natural areas contained in their properties/possessions, it was possible to realize how important it is for the interviewees the financial help received through the program, which even with all the problems it faced such as delays, lack of payment and low remuneration amounts, is still considered essential for the producers interviewed, who yearn for its continuity and expansion. The issue of the program also enabling a considerable gain in the participants' environmental awareness was another frequently mentioned item. Some of the findings that we can highlight refer to the need to improve the generation of program monitoring information, in a clear and precise way, which should be generated proactively, in accordance with the recommendations of the transparency law so that social monitoring of the program is effectively carried out. It was identified that the absolute majority of interviewees suffered from delays in their payments. No high number of beneficiaries were identified who presented difficulties in presenting the documents required by the program, with only three interviewees citing pending documents after the start of the program, in specific cases, such as the death of the holder, due to example, and registrations carried out incorrectly. The issue frequently cited unanimously by interviewees regarding ease of access to the program was linked to the actions of a local entity, showing the importance of support from the third sector in implementing the policy.

Keywords: Payment for environmental services -PES; Bolsa Verde MG Program; Public Policy Assessment; Beneficiaries' Perception.

INDICADORES DE IMPACTO

Com esta pesquisa, buscou-se dar voz aos (às) beneficiários (as) da importante política pública de pagamento por serviços ambientais, precursora no estado de Minas Gerais, o Programa Bolsa Verde. Os impactos potenciais que a pesquisa proposta poderá trazer são principalmente embasamentos ao aprimoramento do programa BV e/ou à publicação de novos editais do Programa BV ou até mesmo para a elaboração de novos programas de PSA no estado. Além disso, poderá permitir a análise sob um novo aspecto, para as discussões propostas pela submissão do novo projeto de Lei Estadual de PSA nº 4.041/2022 à ALMG, além de revisões periódicas das leis existentes sobre o tema no âmbito estadual, contribuindo, sobretudo, às dimensões ambientais e socioeconômicas. O caráter extensionista do trabalho se deu na construção coletiva do conhecimento gerado pela pesquisa, a partir das percepções que os (as) entrevistados (as) compartilharam sobre o programa, com o auxílio das duas orientadoras da pesquisa e de uma pesquisadora auxiliar durante o trabalho de campo. A área temática da Política Nacional de Extensão, em que podem ser classificados os impactos do trabalho, seria a área 5 - Meio ambiente. O território impactado diretamente refere-se às cidades da região Sul de Minas Gerais, onde aconteceram as entrevistas, e os grupos populacionais, diretamente impactados, a princípio, seriam as 20 pessoas entrevistadas, mas indiretamente todas as pessoas beneficiárias do programa, ou seja, 2.989 beneficiários (as). Os potenciais impactos da pesquisa estão alinhados com os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU): erradicação da pobreza, redução das desigualdades, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, governança e meios de implementação.

IMPACT INDICATORS

This research aimed to give voice to the beneficiaries of the significant public policy of payment for environmental services, a pioneering initiative in the state of Minas Gerais, the Bolsa Verde Program. The potential impacts that the proposed research could bring are primarily the foundation for the improvement of the Bolsa Verde Program (BV) and/or the publication of new calls for the Bolsa Verde Program or even the creation of new PES (Payment for Environmental Services) programs in the state. Furthermore, it may allow analysis from a new aspect, for the discussions proposed by the submission of the new State PES Law project No. 4,041/2022 to the Legislative Assembly of Minas Gerais (ALMG), as well as periodic reviews of existing laws on the subject at the state level, contributing especially to environmental and socioeconomic dimensions. The extensionist nature of the work was evident in the collective construction of knowledge generated by the research, based on the perceptions that the interviewees shared about the program, with the assistance of the two research supervisors and an assistant researcher during the fieldwork. The thematic area of the National Extension Policy, in which the impacts of the work can be classified, would be Area 5 - Environment. The territory directly impacted refers to the cities in the southern region of Minas Gerais, where the interviews took place, and the population groups directly impacted would initially be the 20 interviewees, but indirectly all the program beneficiaries, i.e., 2,989 beneficiaries. The potential impacts of the research align with the following United Nations (UN) Sustainable Development Goals (SDGs): poverty eradication, reduction of inequalities, water and sanitation, sustainable production and consumption patterns, climate change, sustainable cities, protection and sustainable use of terrestrial ecosystems, inclusive economic growth, governance, and means of implementation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa dos parceiros do IEF na execução do Programa Bolsa Verde de acordo com sua distribuição regional no estado de Minas Gerais, acesso em 19/02/2024	44
Figura 2 - Estado de Minas Gerais, localização no Brasil, disponível em Google Maps.....	54
Figura 3 - Mapa das Macrorregiões de planejamento do Estado de Minas Gerais	55
Figura 4 - Mapa das Unidades Regionais do IEF	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de entrevistados de acordo com o município de cadastro e de entrevista.....	48
Tabela 2 - Grau de instrução formal dos/as entrevistados/as.....	52
Tabela 3 - Beneficiários do Programa inscritos na região Sul do estado de Minas Gerais	54
Tabela 4 - Quantidade de áreas cadastradas/ Termos de compromisso mútuo –TCM assinados por beneficiários entrevistados.....	56
Tabela 5 - Quantidade de parcelas pagas num total de cinco previstas no contrato, para as áreas cadastrados dos beneficiários entrevistados.....	57
Tabela 6 - Tamanho da propriedade rural em hectares, para as áreas cadastrados dos beneficiários entrevistados.....	59
Tabela 7 - Tamanho da propriedade rural que foi inscrita no Programa Bolsa Verde em hectares, para as áreas cadastrados dos beneficiários entrevistados. Os valores em amarelo foram valores alterados, após revisão da gestão do programa, tendo sido identificados erros de cadastrado posteriormente.....	60
Tabela 8 - Valores recebidos no total até o momento da análise dos dados iniciada em outubro de 2023 por área cadastrada dos beneficiários entrevistados.....	62
Tabela 9 - Valores Previstos por área cadastrada nos Termos de Compromisso (valores que deveriam ter sido recebidos) até o momento da análise dos dados iniciada em outubro de 2023 por área cadastrada dos beneficiários entrevistados	63
Tabela 10 - Quantidade de áreas cadastradas/termos de compromisso assinados, para a pesquisa de campo com os beneficiários entrevistados.....	64

LISTA DE SIGLA

Amanhãgua	Organização para o Bem da Água, da Natureza e da Vida
APP	Área de Preservação Permanente
BV	Programa Bolsa Verde do Governo do estado de Minas Gerais
CAESB	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
CAR	Cadastro Ambiental Rural
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDE	Infraestrutura de Dados Espaciais
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IMA	Instituto Mineiro de Agropecuária
MG	Minas Gerais
ONG	Organização não governamental
OSCIP	Organização da sociedade civil de interesse público
PPGDE	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão
Promata	Projeto de Proteção da Mata Atlântica de Minas Gerais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
RL	Reserva Legal
ROAM	Metodologia de Avaliação de Oportunidades de Restauração
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SA	Serviços Ambientais
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Sisema	Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
TCM	Termos de compromisso mútuo
TNC	The Nature Conservancy
UFLA	Universidade Federal de Lavras
WRI	Word Resources Instituto

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
2.1	Pesquisa Qualitativa.....	21
2.2	Planejamento do trabalho de campo	22
2.3	Procedimentos metodológicos para análise dos resultados	26
3	REFERENCIAL TEÓRICO	29
4	TRABALHO DE CAMPO.....	48
4.1	Execução do trabalho de campo.....	48
4.2	Caracterização dos sujeitos da pesquisa	50
4.3	Caracterização das áreas de pesquisa	53
5	ANÁLISE DE RESULTADOS.....	69
5.1	Análise da Percepção sobre os Aspectos ambientais.....	69
5.2	Análise das Percepções sobre os Aspectos socioeconômicos.....	82
5.3	Aspectos gerais observados.....	123
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
	REFERÊNCIAS	142
	APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA AOS AGRICULTORES	
	RURAIS (PÚBLICO-ALVO DO PROGRAMA “BOLSA VERDE” –	
	Municípios do Sul de MG) Uso Exclusivo da Pesquisadora Cadastrada.....	149

1 INTRODUÇÃO

Por trabalhar no Instituto Estadual de Florestas há nove anos e, nos últimos anos, diretamente com a gestão do Programa Bolsa Verde - BV surgiu o interesse em aprofundar o conhecimento sobre a temática, principalmente por verificar a falta de um processo avaliativo, em relação ao programa Bolsa Verde, que foi inovador e precursor em Pagamento por Serviços Ambientais no Brasil e, com uma grande abrangência, muitas vezes, não identificada em outros programas de referência. Também, por não identificar processos participativos que abrangessem os (as) beneficiários (as), foi desenvolvida uma proposta de estudo de caso em que se pudesse identificar a percepção de alguns (algumas) beneficiários (as) sobre a importância do programa, seus acertos e erros sob a ótica dos sujeitos destinatários dessa política pública. O termo beneficiário (a) está sendo utilizado nesta pesquisa, em referência ao termo utilizado na legislação que cria o Programa Bolsa Verde em Minas Gerais, quais sejam a Lei de criação do programa Nº 17.727 de 13/08/2008, em seu parágrafo 2º do artigo 3º (Minas Gerais, 2008) e o Decreto de regulamentação Nº 45.113 de 05/06/2009, em seu inciso I do artigo 11 (Minas Gerais, 2009). Esse esclarecimento se faz necessário, pois alguns estudiosos do tema consideram que todas as pessoas da sociedade seriam beneficiárias dos Programas de Pagamentos por Serviços Ambientais, como pode ser observado em Jodas (2015), ao citar Ana Maria Nusdeo, quanto ao ônus da conservação de áreas de preservação permanente – APP e Reserva Legal – RL recair sobre proprietários e posseiros, em comparação aos benefícios gerados para toda a sociedade (Nusdeo, 2008 *apud* Jodas, 2015) e, em Riccio (2008 *apud* Riccio, 2022), que aponta os beneficiários, como o grupo de pessoas dispostas a pagar pelos serviços ambientais prestados como fator imprescindível para a viabilidade de um esquema de PSA, além de reforçar a tese de que: ‘Mesmo nos casos em que a área do PSA seja objeto de proteção já constituída (legal ou administrativa), deve-se reconhecer a prestação de um serviço arcado por um (uns), beneficiando outrem’ (Nusdeo, 2008 *apud* Riccio, 2022).

Atualmente, o desafio da degradação de ecossistemas e, por consequência, a restrição da população aos serviços ambientais, ocasionada principalmente pelas atividades humanas produtivas, soma-se às desigualdades sociais históricas vivenciadas pela população brasileira, fazendo-se necessária a construção de políticas públicas que abordem e façam frente à complexidade dessa situação. Nesse sentido, pretende-se compreender como o Pagamento por Serviços Ambientais - PSA seria uma possibilidade de política pública que, contendo uma condicionalidade, a de manter áreas verdes conservadas, tenha um impacto positivo na

mudança de comportamento coletivo, possibilitando o desenvolvimento de áreas rurais mais sustentáveis, ao conciliar as atividades produtivas e a conservação de áreas naturais. O conceito de Serviços Ambientais – SA, de acordo com a Lei que dispõe sobre a política nacional de pagamentos por serviços ambientais, a Lei nº 14.119/2021, que representa as atividades humanas que favorecem a manutenção, a recuperação ou a melhoria dos serviços ecossistêmicos (benefícios relevantes para a sociedade prestados pelos ecossistemas) foi desenvolvido no intuito de promover sua valoração, remunerando os agentes que promovem essas atividades (Brasil, 2021). A partir dessa abordagem, foram criadas as primeiras políticas de PSA, muito importantes para o desenvolvimento dos territórios rurais.

Um exemplo de política de PSA, no estado de Minas Gerais, é o Programa Bolsa Verde, que visa remunerar os proprietários/posseiros rurais que conservem áreas com vegetação nativa. A proposta desta pesquisa é buscar aprofundar o conhecimento de como o BV é percebido por alguns (algumas) beneficiários (as) da região Sul de Minas Gerais, de municípios em que se tem contato com atores-chave que indicaram beneficiários (as), para ser entrevistados (as), como os municípios de Baependi, Aiuruoca, Cruzília, Lavras, Caxambu e Alagoa, cadastrados (as) no programa, a partir de uma avaliação de estudo de caso, levando em consideração alguns pontos relevantes, como aspectos ambientais e socioeconômicos para o resultado dessa política.

A justificativa, para a realização da presente pesquisa, reside no fato de que a degradação dos biomas naturais e de seus serviços ambientais, nos últimos 50 anos, ocorreu em uma velocidade nunca experimentada, o que aumenta a relevância de políticas públicas que possam mitigar esse problema (Caetano; Melo; Braga, 2016).

Além disso, as mudanças climáticas, provocadas pelo crescente aumento das emissões de gases de efeito estufa, já são uma realidade e seus impactos e custos acabam sendo maiores em algumas regiões do país. O estado de Minas Gerais já contabilizou danos e prejuízos por volta de 12 bilhões de reais, desde 2008, decorrentes dos eventos climáticos extremos, como secas e chuvas fortes (Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM, 2015). As políticas de PSA podem ser importante instrumento para o desenvolvimento do território rural e o fortalecimento da agricultura familiar, conciliando uma produção mais sustentável e minimizando as degradações e seus efeitos (Caetano; Melo; Braga, 2016).

De acordo com os autores Caetano, Melo e Braga (2018), existiria uma lacuna de pesquisa quanto a estudos e experimentos sobre o PSA, levando em consideração certas características de cada local, entre elas as sociais, as ecológicas e os arranjos institucionais. Por outro lado, os autores Souza e Loreto (2021), em seu artigo ‘Avaliação e monitoramento

de políticas públicas: produção acadêmica em periódicos científicos brasileiros (2010 a 2020), realizaram um levantamento e sistematização de artigos brasileiros sobre monitoramento e avaliação de políticas públicas em geral, nesse período citado, que selecionou 51 artigos, entre eles apenas três eram da temática ambiental, evidenciando mais um hiato de pesquisa.

Busca-se, portanto, com esta pesquisa, explorar alguns desses vazios e aprofundar o conhecimento sobre essa política pública no aspecto socioambiental e, a partir disso, buscar compreender sua relevância, principalmente no que se refere à avaliação, levando em consideração aspectos ambientais e socioeconômicos para o resultado dessa política.

Para tanto, foi realizada uma revisão da literatura sobre os diversos aspectos que permeiam a discussão, tais como políticas públicas, serviços ambientais, pagamento por serviços ambientais, avaliação e monitoramento de políticas públicas e o Programa Bolsa Verde. Tais conceitos guiaram a investigação na avaliação da política pública na tentativa de aprofundar o conhecimento de como o programa impactou a vida de agricultores (as) que aderiram ao BV. Dados secundários foram considerados, no desenvolvimento da pesquisa, além da geração de dados primários, por meio da realização de entrevistas.

A experiência da pesquisadora em órgão florestal, a participação em projetos de instrumentos participativos de gestão territorial e de pagamento por serviços ambientais contribuíram para que se obtivesse sucesso nesta pesquisa.

Os objetivos da pesquisa devem estar intimamente ligados às categorias de análise que estão delimitadas na conceituação teórica e, ao mesmo tempo, devem manter profunda conexão com os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa. Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar a percepção sobre o Programa Bolsa Verde do estado de Minas Gerais, a partir da ótica de alguns (algumas) beneficiários (as) cadastrados (as) da região sul de Minas Gerais, sob a perspectiva da avaliação de uma política pública, levando em consideração aspectos ambientais e socioeconômicos. Além de contribuir na análise e compreensão dos programas de PSA e da importância da avaliação como instrumento de aprimoramento das políticas públicas. Já os objetivos específicos da pesquisa seria compreender a percepção dos (as) beneficiários (as) do BV cadastrados (as) entrevistados (as), em 2023, da região Sul de Minas Gerais quanto:

Aos impactos socioeconômicos:

- a) Aos valores recebidos como pagamento por serviços ambientais (compreender se os valores recebidos foram suficientes para manter a floresta em pé nas áreas cadastradas, se possibilitou ações de conservação);

- b) Ao cumprimento ou descumprimento do prazo para pagamento pelo governo do estado de MG;
- c) À tendência de adesão ou não de novos programas de PSA por parte do governo do estado de MG.

Aos impactos ambientais do BV:

- a) Percepção de diferenças na paisagem natural da propriedade;
- b) Percepção de alguma mudança na compreensão das questões ambientais;
- c) Percepção se estavam contribuindo positivamente para a preservação ou conservação da natureza ao terem participado do programa,

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Pesquisa Qualitativa

O foco da pesquisa é o estudo de caso com entrevistas semiestruturadas, com roteiro previamente definido, realizadas com beneficiários (as) da região Sul de Minas Gerais, de acordo com a regionalização utilizada pelo Instituto Estadual de Florestas, que é o executor da política pública, nos municípios de Baependi, Aiuruoca, Cruzília, Lavras, Caxambu e Alagoa, inscritos (as) no Programa BV. Na análise dos dados levantados, foi utilizado software para tabulação, classificação, leitura e interpretação.

De acordo com Hernández Sampieri, Fernández Collado e Lúcio (2013), a pesquisa é um conjunto de processos sistêmicos, críticos e empíricos aplicados ao estudo de um fenômeno, com observação e avaliação. A pesquisa proposta é de natureza qualitativa que, de acordo com os autores, permite trazer um novo ponto de vista sobre o fenômeno estudado, a partir da perspectiva dos sujeitos a serem entrevistados, ou seja, como percebem subjetivamente o fenômeno a ser estudado. De acordo com Quintana-Peña (2006), as principais diferenças epistemológicas e teóricas entre dos dois tipos de enfoque se encontram em dois elementos: a intencionalidade e a realidade que pretendemos abordar com a pesquisa. No que diz respeito à intencionalidade, a compreensão que se busca com a pesquisa qualitativa reside em uma realidade vista como única e particular, fruto de uma construção social histórica, a partir da percepção dos sujeitos, ou seja, a partir de sua lógica interna própria que significa um sentir único e individual e, portanto subjetivo. Considerando a abordagem do autor sobre as etapas da pesquisa qualitativa, elabora-se a formulação da pesquisa, seu desenho, sua execução e conclusão.

Para se chegar aos objetivos da pesquisa, foi realizada uma pesquisa prévia com os temas relacionados, detalhada no item de revisão bibliográfica, ainda de acordo com a metodologia proposta por Quintana-Peña (2006), na fase exploratória.

O método empregado é o estudo de caso. De acordo com Guerring (2019), caso se refere a um fenômeno temporal e espacialmente delimitado cuja importância seja teórica. Já o estudo de caso seria o estudo intensivo do caso em questão, na tentativa de elucidar questões que contribuam, para o conhecimento da temática específica, ainda que os achados não possam ser generalizados em razão da representatividade. Para Yin (2001), pesquisas do tipo estudo de caso focam em tentar responder questões relacionadas com o “como” ou o “por que” para um fenômeno contemporâneo. No próprio exemplo dado pelo autor, ao se estudar

um programa de governo e tentar entender por que ou como o programa funcionou ou não funcionou, deve-se optar por essa modalidade de pesquisa, além de confirmar ser uma importante modalidade em pesquisas, que giram em torno da avaliação, como no caso da avaliação de política pública proposta. O autor ainda sugere duas importantes fontes de evidência a serem utilizadas, para essa modalidade de pesquisa, para a coleta de dados, a observação direta e a série sistemática de entrevistas.

Sendo assim, a principal técnica de produção de dados empregada é a entrevista semiestruturada que permite uma maior flexibilidade por parte do pesquisador. De acordo com Yin (2001), a entrevista é a principal técnica utilizada para a coleta de dados, em pesquisas de estudo de caso, principalmente pela possibilidade de se indagar aos sujeitos da pesquisa sobre suas opiniões e percepções acerca do fenômeno estudado. Para Hernández Sampieri, Fernández Collado e Lúcio (2013), a entrevista qualitativa é mais flexível, íntima e aberta, definida como uma reunião para um bate-papo que permite a coleta dos dados de percepção, com uma possibilidade de construção de significados. Foram realizadas entrevistas com roteiros semiestruturados que permitiram uma maior espontaneidade fundamental na busca por essas percepções. Para Hernández Sampieri, Fernández Collado e Lúcio (2013), essa modalidade consiste em um roteiro com perguntas prontas, mas que dá liberdade ao pesquisador de acrescentar novas perguntas caso sinta a necessidade.

A presente pesquisa enquadrar-se-ia, segundo Yin (2001), na entrevista focal em que os entrevistados são abordados por um curto período, uma hora aproximadamente. Além disso, as perguntas abertas, de acordo com Hernández Sampieri, Fernández Collado e Lúcio (2013), são bastante úteis, quando não se têm informações prévias suficientes sobre a temática pesquisada e permitem uma maior variedade de respostas, que, de acordo com a proposta desta pesquisa, seria mais adequado, na tentativa de captar as percepções dos sujeitos de pesquisa, o que também é descrito pelo autor como objetivo de compreender comportamentos, motivos e opiniões. Além da vantagem, ainda de acordo com esse autor, de que as perguntas abertas permitem acessar outras categorias de análise, além das propostas inicialmente, diferente da limitação das perguntas fechadas.

2.2 Planejamento do trabalho de campo

Após essa delimitação teórica, foi elaborado modelo de um roteiro de pesquisa semiestruturada, que se encontra no apêndice, para o levantamento de dados, a partir da percepção dos sujeitos que contribuiram com a pesquisa. A aproximação inicialmente foi

pensada, por meio de apresentação da pesquisadora aos entrevistados por servidor do IEF dessa região que poderia conhecer ou apresentar os beneficiários cadastrados na região, ou ainda, que essa pessoa pudesse indicar outras pessoas de demais instituições como Emater, universidades e prefeituras, que poderiam auxiliar nessa aproximação, na execução da pesquisa, esse último caso se apresentou como a forma mais eficaz. Em um primeiro momento, havia se pensado em aproveitar o trabalho de vistoria presencial realizado pelo IEF, obrigatória no programa de acordo com a legislação própria do programa, para fazer as entrevistas, mas entendeu-se que, além de não trazer a abertura necessária por ser uma situação, em que os entrevistados poderiam se sentir fiscalizados e poderiam ligar a pesquisa à autarquia pública, prejudicando a sinceridade nas respostas, situação que seria mais maléfica que benéfica, além de que, para que os entrevistados tenham recebido todas as parcelas do programa, é obrigatório que tenham passado por todas as vistorias obrigatórias, o que se configurava na realidade de alguns (algumas) entrevistados (as), o que fez com que essa abordagem fosse definitivamente abandonada.

Para Quintana-Peña (2006), a fase de amostra consiste na seleção dos atores, lugares, momentos, temas que serão abordados na pesquisa, por isso, esse item foi desenvolvido conjuntamente com o item posterior de caracterização da área de estudo. Ainda, segundo o autor, o critério de seleção reside nos sujeitos mais próximos ao problema objeto de análise. Mas sua seleção é sempre pautada por questões pragmáticas de financiamento, disponibilidade, tempo e manejo da informação. Além de muitas vezes, na prática, o que ocorre é que os prazos a serem cumpridos na pesquisa acabam por determinar a finalização da coleta de dados.

A amostra na pesquisa qualitativa, segundo Hernández Sampieri, Fernández Collado e Lúcio (2013), normalmente, é de poucos sujeitos, pois não se teria a pretensão de generalizar resultados, mas, sim, conhecer mais profundamente o fenômeno que se estuda, de acordo com a percepção dos entrevistados naquela realidade específica. Sendo assim, seriam casos específicos, porém representativos.

Pensando nessa questão, iniciou-se a análise dos (as) beneficiários (as) cadastrados (as) na tentativa de uma delimitação de amostra para a realização das entrevistas abertas semiestruturadas. Como informado anteriormente, a região geográfica, para a delimitação do estudo, é a região Sul do estado de Minas Gerais, de acordo com a regionalização utilizada pela entidade executora do Programa Bolsa Verde, o Instituto Estadual de Florestas – IEF que conta com 14 macrorregiões e que difere um pouco das regionalizações tradicionalmente utilizadas, como o IBGE ou a própria regionalização utilizada pelo governo do estado de

Minas Gerais, que conta com apenas 10 macrorregiões no estado, conforme pode ser observado, a seguir, de acordo com os mapas apresentados em ambos os casos. Os beneficiários seriam identificados na região dos municípios de Aiuruoca, (que consta com 51 inscritos) Baependi (que consta com 90 inscritos) e Cruzília, que consta com apenas um inscrito, assim como Lavras, de um total de 252 inscritos na região Sul, de acordo com a classificação utilizada pelo IEF, gestor do programa e de um total de 2.701 inscritos em todo o estado de MG (Instituto Estadual de Florestas - IEF, 2022).

Patton (1988) *apud* Hernández Sampieri, Fernández Collado e Lúcio (2006) cita dez tipos de amostragem na pesquisa qualitativa. Entre elas as classificações por conveniência, que se caracterizam por considerações de natureza prática, em que se buscam obter as melhores informações, no menor tempo possível, de acordo com as circunstâncias concretas, envolvendo tanto o pesquisador quanto os sujeitos da pesquisa. Hernández Sampieri, Fernández Collado e Lúcio (2013) também citam a amostra por conveniência, como simplesmente os casos, a que os pesquisadores terão acesso, para realizar a pesquisa.

Em função das mesmas limitações apresentadas, propuseram-se inicialmente duas possibilidades de seleção de uma amostra entre o universo de beneficiários inscritos na região Sul de Minas. A primeira possibilidade consistia na tentativa de mobilização dos beneficiários inscritos nos municípios de Cruzília e Lavras, que contam com apenas um beneficiário inscrito em cada e de Caxambu e Cambuquira, que contam, respectivamente, com dois e quatro beneficiários inscritos, totalizando oito entrevistados. Assim, seria abarcado todo o universo de inscritos desses municípios, porém a principal dificuldade que se vislumbrava seria a dificuldade de sucesso a atingir cem por cento de um universo, ainda que reduzido, o que de fato ocorreu, durante a execução do trabalho de campo, como será detalhado a seguir. A segunda possibilidade consistia em selecionar entre oito e quinze beneficiários cadastrados, em um município que contasse com muito inscritos, como Baependi ou Aiuruoca para a realização das entrevistas. As dificuldades que foram previstas nesse caso seriam, em relação ao tamanho do município de Baependi, que pode contar com entrevistados muito dispersos geograficamente e a questão de não se abranger um percentual representativo do universo abordado. Essa possibilidade foi levantada, para aumentar a probabilidade de se conseguir atingir o número mínimo planejado de entrevistas, pois, como posteriormente se apresentou como uma dificuldade real, durante a fase de execução da pesquisa, havia a preocupação de não conseguir identificar o contato desses beneficiários pelo grande transcurso de tempo, tendo em vista que os últimos editais do programa eram de 2010 e 2011, ou seja, mais de uma década da realização desses cadastros.

Seria necessário concentrar os esforços para a realização das entrevistas, em um único município ou em municípios próximos, pelas limitações financeiras e de tempo, pelas questões expostas anteriormente de não financiamento da pesquisa e pela pesquisadora conciliar o tempo disponível para a realização da pesquisa com suas atividades profissionais, por não estar licenciada.

Esse seria apenas um esboço primário, como sugerem os autores Hernández Sampieri, Fernández Collado e Lúcio (2013), o que deve ser feito inicialmente, mas com a noção de que o número final somente seria conhecido no decorrer da pesquisa. O número é baseado, em outros estudos de caso analisados, ao longo da pesquisa do referencial teórico, bem como nos levantamentos realizadas por alguns autores para estudo de caso, como no caso dos próprios Hernández Sampieri, Fernández Collado e Lúcio (2013).

Ainda de acordo com Hernández Sampieri, Fernández Collado e Lúcio (2013), como não se pretende generalizar os resultados, em uma pesquisa qualitativa, o tamanho da amostra não é importante do ponto de vista probabilístico, ou seja, não existe a preocupação que os casos analisados representem o universo pesquisado, o que se procura é profundidade sobre o tema, o que por si só já limita a um número pequeno de casos analisados pela impossibilidade de análise e aprofundamento com muitas entrevistas. Ainda, segundo os autores, a amostra pode ser determinada, durante ou após a imersão inicial e pode ser adaptada, a qualquer momento do estudo, por sua característica mais flexível. Os autores sugerem três fatores importantes na seleção do número de casos: a capacidade operacional, o entendimento do fenômeno, ou seja, um número de casos que ajudem a responder aos questionamentos levantados e à natureza do fenômeno (se a coleta dos dados dura pouco ou muito tempo).

De acordo com Quintana-Peña (2006), na fase preparatória, é essencial realizar um mapeamento e detalhamento do objeto, ou seja, situar o terreno ou cenário que se pretende pesquisar, mas levando-se em consideração os sujeitos da pesquisa e sua cultura, suas características sociais, portanto a caracterização da área de estudo deve ser elaborada paralelamente à definição da amostra de entrevistados e a caracterização dos sujeitos da pesquisa.

Na prática, a seleção dos entrevistados que foi realizada acabou sendo uma junção das duas possibilidades, pois se conseguiu entrevistar o único beneficiário inscrito em Lavras e em Cruzília e um dos dois beneficiários inscrito em Caxambu. Já os demais entrevistados foram indicados pelo método de bola de neve pelos contatos já realizados previamente com alguns beneficiários da região para agendamento das entrevistas, assim como as indicações passadas por todos os entrevistados, tanto durante os agendamentos quanto durante a

realização das entrevistas, justamente em municípios que contavam com maior número de inscritos, como Baependi, Alagoa e Aiuruoca.

A seleção do número de entrevistados foi a possível, levando-se em considerações algumas referências de pesquisas semelhantes citadas, ao longo do referencial teórico, além de ter levado em consideração limitações práticas, como a falta de financiamento e de licença para realizar a pesquisa, o que também levou a uma escolha prática de localidade geográfica e do tempo disponível para realizar a pesquisa de campo. Previamente se trabalhou com o planejamento de delimitação entre oito e quinze beneficiários cadastrados, para a realização das entrevistas selecionados pelo método *snowball*, mas utilizando-se exatamente desse método de indicação de um entrevistado pelo outro, realizaram-se 19 entrevistas no total, durante o período de permanência no local da pesquisa de campo. Algumas pessoas não conseguiram comparecer, no momento agendado previamente, caso contrário, o número poderia ter sido um pouco maior.

2.3 Procedimentos metodológicos para análise dos resultados

A metodologia de análise levou em conta a Análise de Conteúdo. Nessa metodologia, para a construção do modelo de análise, é preciso verificar, confrontando-se com o referencial teórico utilizado, quais as abordagens possíveis. De acordo com Quivy e Van Campenhoudt (1998), as análises de conteúdo podem ser realizadas de algumas formas, como análises temáticas, levando-se em consideração as categorias de análise sugeridas em que o maior número de citações pelos sujeitos da pesquisa representaria uma maior relevância de tal temática em sua percepção. Há ainda a análise de avaliação que considera o julgamento de valor feito pelos sujeitos, em relação aos itens investigados, o que também se encaixa numa pesquisa avaliativa, devendo-se destacar não somente o juízo de valor positivo ou negativo, mas também sua intensidade (Quivy; Van Campenhoudt, 1998).

Para a fase de conclusão, ainda de acordo com Quintana-Peña (2006), buscou-se sistematizar de maneira progressiva todo o processo de pesquisa e seus resultados. Como os dados gerados e analisados são repletos de significados, profundos e enriquecedores, a análise de dados é pautada pelas categorias de análise levantadas. A análise dos dados ocorre de forma que se possa compreender o fenômeno pesquisado, a partir da percepção dos entrevistados, seus contextos e suas realidades. O agrupamento dos dados levantados, a partir da construção de novas categorias de análise, que surgiram ao longo dessa análise dos dados produzidos pela entrevista, permitiu criar uma correlação de questões permeadas pelas

categorias de análise propostas anteriormente. De acordo com Quintana-Peña (2006), após a fase de coleta de dados, deve-se fazer uma conclusão preliminar e, posteriormente, uma análise global da pesquisa, reconsiderando essas categorias de análise e o marco teórico leva à conclusão final, com possíveis ajustes, revisões e acréscimos nesses itens. Trata-se da construção teórica, em que se busca conciliar o marco teórico levantado e os dados gerados. Essa conclusão intermediária é necessária, segundo o autor, para a construção coletiva do conhecimento, levando em consideração as percepções próprias dos sujeitos da pesquisa e suas significações sociais, culturais e pessoais, procurando se aprofundar nos possíveis conflitos, rupturas, divergências e consensos.

Segundo o objetivo da análise de conteúdo, é preciso fazer a manipulação desse conteúdo, trazendo à tona sua expressão, evidenciar indicadores que permitam fazer inferências por trás da mensagem propriamente dita. A partir de uma primeira leitura, pode-se ter *insights* em que é possível ir classificando em hipóteses ou categorias a serem analisadas conjuntamente com todos os dados obtidos, sendo possível ir reagrupando certos elementos particulares para se chegar a categorias finais. A partir dessa análise, é possível identificar os simbolismos atribuídos ao cerne da pesquisa por cada sujeito entrevistado. Usualmente é provável surgirem percepções diferenciadas a partir de meios socioculturais ou faixas etárias, por exemplo (Bardin, 1977).

A organização da análise foi realizada, segundo a indicação do método proposto por Bardin, em que inicialmente se realiza uma pré-análise, que seria uma fase de organização, por meio de uma leitura flutuante com anotação de *insights* e a construção de um *corpus* que seria a definição dos documentos, a serem submetidos aos procedimentos analíticos, como as transcrições das entrevistas, como foi o caso. A princípio, realizou-se a leitura das transcrições e, em seguida, a organização de itens das respostas, em uma planilha de *excel*, classificando-se assuntos semelhantes de acordo com as categorias de análise e as perguntas realizadas. Logo depois, passou-se à segunda fase que consiste na exploração do material, que nada mais é que a organização final dos dados, realizando-se uma administração sistemática das decisões que foram sendo tomadas em relação à organização e tratamento dos dados. Utilizou-se da análise categorial ou temática, como técnica em que se realizam sucessivas operações de desmembramento do texto ou dos textos em unidades, ou seja, nas categorias segundo reagrupamentos analógicos como cita Bardin. Por fim, a terceira e última fase, em que se realiza o tratamento dos resultados em si, foram organizados os capítulos, com as inferências observadas e as interpretações realizadas à luz dos objetivos da pesquisa, finalizando não somente a análise dos resultados, mas também as considerações finais, com

inclusive indicações de novas pesquisas de aprofundamento ou com descobertas inesperadas (Bardin, 1977).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Algumas categorias de análise foram levantadas, inicialmente, para que se possa aprofundar a fundamentação teórica e realizar a elaboração do roteiro de entrevista semiestruturado da pesquisa, a partir do que se pretendeu investigar com os (as) entrevistados (as), na tentativa de compreender o fenômeno pesquisado, sendo assim, as principais categorias de análise levantadas, a princípio, são Programas/Políticas de PSA, Políticas Públicas, Análise/Avaliação/Monitoramento de Políticas Públicas e Programa Bolsa Verde.

Segundo Secchi (2020), para entender o conceito de política pública, faz-se necessário primeiramente entender outro conceito, o de problema público. O problema público, conforme o autor, consiste no diagnóstico de uma situação problema que se pretende enfrentar, analisando a situação atual e a situação ideal a ser alcançada, por meio da política pública a ser proposta. Por esse diagnóstico, é possível propor ações de enfrentamento materializadas em leis, programas, entre outros. A Ciência da Política Pública ou *Policy Sciences*, ainda de acordo com Secchi (2020), é uma área de conhecimento da ciência social aplicada que pode ter sua origem vinculada ao livro “*The Policy Sciences*” de 1951 de autoria de David Easton e Harold D. Lasswell e possui três características originárias: normatividade, multidisciplinariedade e foco na resolução de problemas públicos.

É fundamental estudar como as políticas públicas impactam socialmente certos grupos da sociedade que ficam à margem da participação, no jogo de forças políticas, principalmente porque, ao longo do tempo, os grupos que detêm poder econômico acabaram por dominar esse espaço (Algebaile; Rissato; Arruda, 2017). As políticas públicas, que resultam na discussão e materialização sobre direitos, bens e aplicações dos recursos públicos, sintetizam os conflitos, consensos e coalizões dos diversos segmentos sociais e políticos e são, também, o resultado das relações de poder entre Estado, sociedade e mercado (Pase; Melo, 2017).

Sabourin, Samper e Massardier (2015) fazem um apanhado de conceitos de diversos autores sobre a definição de Política Pública na primeira parte de sua publicação intitulada ‘Referenciais metodológicos sobre as políticas públicas’. Dentre as principais contribuições que podem ser destacadas dos diversos conceitos apresentados, podemos destacar o conceito de Lindblom que justamente considera a política pública como um mercado, com oferta e demanda em que os atores com mais acesso a capital, acabam conseguindo inclusive privatizar bens comuns.

Sabourin, Samper e Massardier (2015) chamam também atenção para a definição de Simeon e Leslie Pal, em que política pública não é apenas a ação dos governos, mas também

sua inação, ou seja, consiste também na falta de políticas públicas, quanto aos diversos problemas, que optam por não enfrentar ou ainda os vieses ou abordagens para o enfrentamento dos problemas públicos priorizados na tentativa de solução ou mitigação.

Outros conceitos importantes sobre políticas públicas são apresentados pelos autores, como a questão da pluralidade, complexidade e heterogeneidade dos diversos grupos de atores políticos, envolvidos nas mais diversas decisões políticas, o que leva as políticas públicas a serem consideradas ‘construções sociais’. Ainda, complementando essa ideia de construção social, Sabourin, Samper e Massardier (2015) trazem o conceito de abordagem cognitiva de Müller em que as políticas públicas são espaços de expressão de valores, crenças e saberes, ou seja, um espaço de construção de sua visão de mundo. Essa ideia é complementada com o conceito trazido por Sabatier e Jenkins-Smith (1993 *apud* Sabourin, Samper e Massardier (2015), também citado pelos autores, em que as políticas públicas não são apenas construção de interesses de certos grupos, mas sua própria construção de mundo baseada em suas crenças e valores e traduzidas nas políticas públicas, o que faz muito sentido, levando-se em consideração o avanço atual do conservadorismo e religiosidade que impregnaram o campo das políticas públicas nos últimos anos no Brasil. Outro ponto importante trazido pelos autores, ao citar Avritzer (2009) *apud* Sabourin, Samper e Massardier (2015), é a questão da participação popular que tem sido crescente com a sociedade civil organizada acessando espaços de debate participativos como fóruns e conselhos. Nesse contexto, as autoridades públicas, antes hegemônicas nas discussões e proposições de políticas públicas, perdem seu monopólio, tendo que competir com esses outros atores (Sabourin; Samper; Massardier, 2015).

Mas Sabourin, Samper e Massardier (2015) finalizam essa primeira parte de sua publicação concluindo que esses conceitos são apenas um convite a desvendar a “caixa preta” do conceito de políticas públicas e se aprofundar em sua complexidade, distanciando-se de conceitos simplistas que enfatizam apenas justificativas econômicas ou sociais, assim como do caráter normativo ou técnico de seus instrumentos. Enfatizam a importância do resgate histórico das origens e trajetórias das políticas públicas nessa análise para tentar decifrar as estratégias utilizadas pelos diversos atores sociais nesse campo de embate político. Essa categoria de análise é fundamental, para entender a construção de uma política pública e, a partir desses conceitos apresentados, pode-se compreender melhor como se deu a construção da política pública em questão e os possíveis conflitos identificados entre as percepções, apresentadas pelos beneficiários dessa política versus os objetivos propostos pelo programa Bolsa Verde, quais sejam: a preservação e conservação de áreas necessárias à proteção das

formações ciliares e à recarga de aquíferos; e áreas necessárias à proteção da biodiversidade e ecossistemas especialmente sensíveis.

Dando continuidade à categoria de política pública, uma categoria de análise estritamente ligada a ela, podendo ser considerada inclusive complementar, foi utilizada na pesquisa proposta: a avaliação e monitoramento de políticas públicas, que consistem em etapas fundamentais no aprimoramento do estudo dessas políticas.

A avaliação de políticas se firmou como um campo de estudos na década de 1960 com a perspectiva de que seus resultados teriam uso automático na correção dos rumos das intervenções governamentais, tornando a política mais efetiva. Embora essa expectativa não tenha se confirmado, o campo de estudo continuou se desenvolvendo e passa hoje por uma fase de intenso crescimento, apoiado nas funções de *accountability* e aprendizado, sem perder de vista o objetivo de tornar os governos mais científicos e baseados em evidências. Usado inicialmente para políticas sociais, o leque de atuação da avaliação foi se expandindo para outras áreas da política, até chegar à área ambiental, somente nos anos 1990. Esse relativo atraso pode ser atribuído ao fato de a política ambiental ser relativamente recente, mas também se deve a características intrínsecas da política ambiental que tornam a avaliação bastante complexa. Por outro lado, essa incorporação tardia traz o benefício de se poder usar as experiências de outras áreas, evitando repetir os mesmos erros (Assis *et al.*, 2012, p. 8).

De acordo com Ramos e Schabbach (2012), não existe uma única definição para a importante fase da avaliação em políticas públicas, no entanto deve possibilitar aos gestores públicos uma análise sistemática do planejamento, execução e resultados da política em questão, por meio do monitoramento e acompanhamento dos resultados gerados, identificando pontos de melhoria e corrigindo o que for identificado, por meio de planos de ação, não devendo ser restringida a uma etapa final da política pública, mas permeando todas as suas fases, quais sejam, a criação da agenda, a formulação da política, sua execução, seu monitoramento e sua avaliação.

Além disso, deve possibilitar atingir princípios preconizados na administração pública como eficiência, eficácia, economicidade, efetividade, transparência e publicidade. Segundo as autoras, existem diversos tipos de classificação das modalidades de avaliação, relacionadas aos avaliadores, se interna ou externa; relacionadas também à natureza da avaliação: formativas se realizadas para a construção da agenda pública ou se nas etapas posteriores, somativa, relacionadas ao período de execução, podendo ser antes da implementação, *ex ante* ou durante sua execução ou posterior, *ex post*; quanto ao tipo de problema que a avaliação deve responder, se uma avaliação de processos, mais voltada à gestão, ou se busca medir os resultados alcançados pela política em questão, sendo conhecida como avaliação de resultados ou de impacto. As autoras destacam também o importante papel social de controle das

políticas públicas que pode ser exercido por meio da divulgação dos resultados, ou até mesmo na participação social nos processos de avaliação (Ramos; Schabbach, 2012).

Peixoto (2015) enfatiza a importância da participação social nos processos de avaliação das políticas públicas que foi se ampliando desde o processo de redemocratização do Brasil, e que vem sendo aprimorado com a implementação de ferramentas participativas que promovem programas mais dialógicos por parte dos governos de estado que utilizam esse viés. De acordo com o autor, é fundamental essa participação social nas políticas públicas, não somente para o aprimoramento do exercício da cidadania, mas como validação das políticas públicas que ganham corpo com a participação popular, que não somente permite aprimoramentos, como identificação dos resultados efetivamente conquistados, mas identificam os diversos pontos de aprimoramentos na prática. Além disso, essa participação dá conta da complexidade e heterogeneidade presentes na sociedade, o que não só enriquece a construção das políticas públicas, mas permite a identificação de questões subjetivas percebidas pelos diversos atores envolvidos e que são o foco das políticas em questão, que têm como principal objetivo resolver problemas práticos justamente na forma como são sentidos e percebidos pelos beneficiários desses programas (Peixoto, 2015).

Além de ter sido apontado como lacuna nas políticas públicas, em geral, por diversos autores, o monitoramento foi apontado como uma lacuna ainda maior, levando-se em consideração, as políticas públicas de PSA, sobretudo quanto ao quesito socioeconômico, praticamente inexistente nos poucos monitoramentos identificados em levantamentos realizados por pesquisadores (Lima *et al.*, 2013, 2015; Novaes, 2014).

Salinas, Vencis e Perevochtchikova (2021) apontam a necessidade de se conhecer e registrar o contexto sociocultural em que se inserem os programas de PSA, já que alguns dos importantes resultados podem ocorrer justamente nesse âmbito e com esse levantamento seria possível mensurar por meio do monitoramento e da avaliação os resultados alcançados. Este estudo avalia a percepção não somente dos beneficiários dos programas estudados, como seus vizinhos e comunidades próximas sobre os efeitos ambientais, econômicos e sociais. Achados importantes desta pesquisa foram a utilização de recursos do PSA, para investimentos nas atividades produtivas, muitas vezes, degradantes ao meio ambiente, como compra de agrotóxicos, aumento de áreas cultivadas com pecuária e até compra de mais áreas para cultivo e a identificação de mudanças na gestão que antes previa pagamentos para vizinhos e depois cessou, o que fizeram com que esses, ressentidos, aumentassem suas atividades de degradação (não controle de fogo e aumento de desmatamentos para áreas cultivadas) (Salinas; Vencis; Perevochtchikova, 2021).

Lima *et al.* (2015) identificaram, no levantamento realizado com alguns programas de PSA hídricos, que o gargalo para a realização de monitoramentos, ferramenta tão importante, para medir a eficácia das políticas públicas e apontar aprimoramentos, poderia estar ligado à restrição de recursos enfrentada pelos entes públicos, grandes promotores dessa modalidade de política. Entre essa escassez de recursos, encontram-se os próprios recursos financeiros necessários para uma gestão eficaz, mas também outros recursos decorrentes dessa questão, como a falta de dados (principalmente em nível nacional que permita comparações entre os diversos programas), sistemas próprios para gestão dos programas, recursos utilizados em monitoramento de campo, como despesas de deslocamento, bem como a própria equipe técnica insuficiente. Essa realidade se aplica à experiência do Programa Bolsa Verde em Minas Gerais.

Oliveira e Nogueira (2021) também apontam que as principais barreiras que limitam a expansão dos sistemas de PSA, no Brasil, seriam os desafios de cunho técnico e financeiro, bem como institucional e legal e citam Veiga e Gavaldão (2011) que enfatizam a baixa capacidade técnica na condução, execução e gestão dos projetos, bem como a ausência ou deficiência nos processos de monitoramento e a dificuldade de disponibilização de recursos futuros e contínuos, o que pode ser observado no caso do Programa Bolsa Verde (Veiga; Gavaldão, 2011 *apud* Oliveira; Nogueira 2021).

Além disso, Lima *et al.* (2015) identificaram que o monitoramento, quando ocorre nos programas de PSA, restringem-se, na maioria das vezes, apenas ao cumprimento dos termos do acordo pactuado para averiguar se o pagamento pode ou não ser realizado. Essa é exatamente a realidade atual do Programa Bolsa Verde, que, em tese, realiza vistorias anuais para identificar apenas se a cobertura vegetal foi mantida.

Para os autores, é fundamental se pensar em alternativas para que esses gargalos sejam superados, em razão da essencialidade do monitoramento para as políticas públicas. Para tanto, existe a possibilidade de se firmar parcerias, principalmente com universidades e institutos de pesquisa, além da necessidade de se estabelecer parâmetros e indicadores universais, que permitam a mensuração dos resultados e possibilitem a comparação entre programas levando a aprimoramentos (Lima *et al.*, 2015). Diversos autores realizaram levantamentos que fazem um caminho nesse sentido de analisar os parâmetros utilizados e de propor aqueles que se enquadrariam nos diversos casos, além de serem considerados simples de ser mensurados, de baixo custo para aplicação e atenderem a medição dos resultados, ou seja, capazes de medir os principais impactos ambientais e sociais. Os autores apontam inclusive um programa da Embrapa Solos que tinha por objetivo a elaboração de instrumentos

de apoio aos Programas de PSA hídricos para seu fortalecimento e organização de informações (Lima *et al.*, 2015). Além de apontar, como sugestão na busca de soluções de monitoramento, a importância de se fomentar espaços de debates entre os programas existentes, para a trocas de experiências como a “Oficina sobre o monitoramento dos Fundos de Água para a América Latina”, promovido pela TNC -*The Nature Conservancy*, em Camboriú em 2014, a “Oficina sobre metodologias de apoio ao PSA Hídrico”, promovida pela Embrapa Solos no Rio de Janeiro, também em 2014 e a “Oficina sobre monitoramento hidroambiental da bacia do Piripipau, realizada pela ANA – Agência Nacional de Águas e CAESB - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal em Brasília em 2015 (Lima *et al.*, 2013, 2015; Novaes, 2014).

Salinas, Vencis e Perevochtchikova (2021) sugerem uma série de dimensões e variáveis, para a análise das percepções dos beneficiários pesquisados, que englobam os aspectos ambientais, econômicos e sociais do programa analisado e destacam também a importância da identificação das variáveis do contexto local.

No levantamento realizado por Lima *et al.* (2015), buscaram-se identificar os objetivos dos Programas de PSA pesquisados, o tipo de monitoramento que realizavam, a frequência desses monitoramentos e os parâmetros utilizados. Um dos principais resultados a que se chegou foi que a maioria dos programas sequer tem informações e dados prévios à implantação dos programas sistematizados, o que compromete a própria questão do monitoramento, por não possibilitar comparação com a realidade anterior e, sendo assim, não evidencia os impactos gerados pelos programas. Outro ponto crítico levantado pelos autores foi a grande dispersão de informações e a própria falta de atualização dessas informações. A falta de transparência e publicidade ferem inclusive legislações e princípios básicos da administração pública, prejudicando o controle e a participação social, fundamentais nos processos de políticas públicas, além de constituir um importante fator de validação (Lima *et al.*, 2013).

Fabri *et al.* (2018) também apontam que a ausência de acompanhamento ou um monitoramento ineficaz atinge a qualidade dos Programas de PSA e gera insegurança e críticas em seus beneficiários, causando descrédito na sociedade como um todo. Os autores indicam a hipótese de insuficiência de recursos humanos e financeiros por parte dos responsáveis pelas ações de monitoramento e de avaliações, tanto nos programas públicos, como nos privados, como a grande questão por trás da falta de eficácia dos programas, o que poderia frustrar os resultados esperados (Fabri *et al.*, 2018).

O uso e cobertura da terra, avaliado em alguns programas de PSA, item também monitorado no Programa Bolsa Verde, apresenta questões problemáticas como a falta de apontamento da metodologia e métodos utilizados, como a escala de mapeamento nas vistorias realizadas por imagens de satélites, em alguns casos, por exemplo. (Lima *et al.*, 2015). Além disso, identificou-se também a falta de consolidação de metodologias para a seleção de áreas prioritárias nos diversos programas de PSA analisados pelos autores e para o monitoramento das áreas de prestação de serviços ambientais (Lima *et al.*, 2013).

Batista *et al.* (2020) destacam a importância de se estabelecer indicadores, no processo de monitoramento de políticas públicas, pois permitem avaliar de forma objetiva seu sucesso/avanço ou fracasso/retrocesso. Por isso, segundo os autores, seria indispensável, na construção da metodologia, levantar um painel com indicadores consistentes e que apresentem fácil entendimento, o que possibilita a documentação de todo o desenvolvimento da política, o que fortalece inclusive a prestação de contas e o controle social além de permitir ajustes ao longo de sua implementação com possíveis aprimoramentos (Batista *et al.*, 2020).

No Programa “Florestas para a vida” do Estado do Espírito Santo, analisado por Lima *et al.* (2013), existe o reconhecimento da importância do monitoramento, inclusive no comportamento dos produtores rurais, além de sua metodologia envolver um plano de comunicação nas áreas de atuação, na tentativa de tornar o processo mais efetivo e mais participativo. No Projeto Produtor de Água, na bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, também analisados pelos autores, foi identificado como um resultado esperado a melhoria de condições sociais e ambientais nas áreas de influência do programa.

Na pesquisa, os autores consolidam como as principais lacunas visíveis, quanto ao monitoramento, a falta de recursos financeiros enfrentada por esses programas, a falta de uma metodologia de monitoramento consolidada e, principalmente, a falta de dados anteriores para comparação dos impactos de implantação dos programas, destacando a falta de dados sociais, que, segundo os autores, seria fundamental, pois os programas de PSA poderiam contribuir, para a redução da pobreza rural, mediante geração de renda aos provedores de serviços ambientais e para o desenvolvimento econômico de suas regiões de influência. Essa última possibilidade tem mais potencial de acontecer, quando o programa já é desenhado para abranger questões sociais, levando em consideração aspectos locais (Lima *et al.*, 2013).

Os autores Blundo-Canto *et al.* (2018) concluem que poucos estudos foram realizados sobre os efeitos sociais de programas de PSA, principalmente pela dificuldade dessa análise que precisaria de parâmetros bem definidos e um acompanhamento constante para gerar dados de comparação. Além da dificuldade inicial da heterogeneidade de beneficiários, seria

necessário também que as pesquisas realizadas fossem de longa duração para poder realizar essas comparações.

Lima *et al.* (2013) finalizam com a conclusão de que os programas de PSA são importantes ferramentas, para estímulos de escolhas mais conservacionistas, quanto ao uso da terra, além de poderem ter como objetivo complementar a geração de renda, para agricultores em situação de pobreza, promovendo o desenvolvimento de regiões rurais e para sua efetiva consolidação; os programas de PSA devem usar estratégias que possibilitem avançar em monitoramento e avaliação dos programas. A principal estratégia citada pelos autores consiste em realização de parcerias com instituições de ensino e de pesquisa para o desenvolvimento e aprimoramento de ferramentas, metodologias, indicadores e parâmetros, além de fomentar a troca de experiências entre as diversas experiências (Lima *et al.*, 2013).

Novaes (2014) reforça a lacuna citada pelos demais autores, ao afirmar que entre os aspectos de PSA, com grande demanda de estudos teóricos e empíricos, estão o monitoramento dos seus impactos, bem como a aplicação de indicadores de qualidade ambiental e de bem-estar humano, concluindo que, apesar dessa demanda e de sua importância, as diversas iniciativas de PSA existentes no Brasil ainda não monitoram esses aspectos, citando a falta de métricas consolidadas como o principal fator. O autor traz o importante conceito para monitoramento e avaliação de indicadores: “variáveis que proporcionam informações agregadas sobre certos fenômenos” (Novaes, 2014, p. 410).

Conforme o autor, existe uma série de bancos de indicadores acessíveis e propõe que vários deles poderiam ser utilizados na realidade dos programas de PSA. Alguns dos objetivos de sua pesquisa, inclusive, foi levantar as classes de indicadores utilizadas nos diversos programas avaliados de PSA, em execução no Brasil, bem como identificar a frequência de monitoramento realizado por esses programas. Sua principal conclusão foi quanto à dificuldade de se obter informações sobre os 42 programas analisados, o que obrigou o autor a usar, no mínimo, duas fontes de informação por cada programa, pela incompletude, dispersão, desatualização e divergência das informações publicadas. Os próprios sites dos programas, segundo o autor, são pobres de informações, o que denota uma escassez de publicidade e transparência. O autor cita, como uma concepção de projeto, que já inclui uma perspectiva abrangente sobre publicidade e transparência, em seu desenho e planejamento, tem uma execução mais satisfatória em relação à qualidade e abundância das informações, citando o ‘Projeto Poço de Carbono Juruena’ do Estado do Mato Grosso (Novaes, 2014).

Quanto à essa questão da publicidade e transparência, cabe lembrar que o princípio da publicidade é um dos importantes pilares da administração pública conforme preconiza o

artigo 37 da Carta Constitucional. De acordo com o próprio site do Governo Federal, a Lei nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, conhecida como lei de acesso à informação, regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e é aplicável aos três poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (Brasil, 2011). Ainda, segundo o site oficial do governo. (Brasil, 2011), essa lei representou um avanço importante para a consolidação do regime democrático brasileiro e para o próprio controle social e fortalecimento das políticas de transparência pública. Uma conquista importante ressaltada no site é a questão dessa lei ter instituído, como princípio fundamental, que o acesso à informação pública é a regra, e o sigilo apenas a exceção. Além disso, a lei determina que os órgãos e entidades públicas deverão divulgar um mínimo de informações proativamente, por meio da internet, ou seja, sem serem demandados, o que, de acordo com os autores apresentados, vem sendo desrespeitado nos casos dos programas de PSA avaliados. Por fim, é explícita na lei a questão do acesso à informação e acompanhamento dos resultados de programas e projetos governamentais, bem como de suas metas e indicadores:

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

(...)

VII - informação relativa: a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos (Brasil, 2011, p. 1).

O autor conclui, como os demais autores aqui citados, que, nas experiências analisadas, é dado um destaque secundário para os indicadores socioeconômicos, bem como para indicadores relacionados à produção agropecuária sustentável e indicadores de transição produtiva para sistemas agropecuários sustentáveis. Para o autor, os programas mais focados em conservação são os que menos utilizam esses indicadores. Mas os poucos exemplos que fazem uso de indicadores socioeconômicos utilizam desde indicadores de renda e de desigualdade até pesquisas de satisfação e percepção com os beneficiários dos programas. O autor cita que o importante viés social é levado em consideração por alguns poucos programas existentes, inclusive explicitando o Programa Bolsa Verde do estado de Minas Gerais, que cita a promoção da justiça social como um princípio. O autor assinala que a avaliação desses indicadores socioeconômicos é fundamental até mesmo para diagnosticar situações de desigualdade e injustiça social que possam ser promovidas ou reforçadas pelos programas, tanto nas comunidades participantes quanto nas comunidades que não participam e cita explicitamente o Programa Bolsa Verde do estado de Minas Gerais, que, de acordo com Oliveira *et al.* (2013) *apud* Novaes (2014), dificultou o acesso ao programa para os pequenos

produtores e realizou o pagamento de grandes somas a grandes proprietários. Para o autor, a promoção da justiça social pode ser fundamental para a validação e o suporte político e social (Novaes, 2014).

Por fim, o autor aponta que, apesar dos altos custos de gestão e monitoramento dos programas serem importantes, para o planejamento a maioria dos programas, não menciona explicitamente ou não estimam essa questão e poucos programas contam com algum tipo de gestão participativa (Novaes, 2014). Essa categoria é fundamental para compreender mais a fundo o que se espera das etapas de monitoramento e avaliação de uma política pública, (inclusive a diferença entre essas etapas), em especial, de pagamentos por serviços ambientais, seus entraves e as possibilidades apontadas em outras pesquisas e será retomada na análise de resultados e nas considerações finais.

Diretamente relacionada ao tema da pesquisa, adentramos na categoria de Pagamento Por Serviços Ambientais – PSA, que é uma categoria específica de política pública que surge com o aumento da preocupação quanto à degradação ambiental. O conceito de serviços ambientais é concebido na tentativa de identificar como as intervenções humanas favorecem ou desfavorecem os serviços fornecidos pelos ecossistemas. A partir dessa discussão, surgem os primeiros programas de PSA que buscam valorar esses serviços e remunerar os responsáveis por sua manutenção ou por sua recuperação (Chiodi; Marques; Muradian, 2018). O PSA seria, então, um instrumento de gestão ambiental com o propósito de conciliar o conflito de escolha entre o desenvolvimento econômico e conservação, preservação dos recursos naturais (Caetano; Melo; Braga, 2016).

Altmann (2010) destaca que os serviços ambientais sempre foram considerados livres e gratuitos, o que se denomina externalidades e, para se corrigir o que, segundo o autor, seria uma falha de mercado, foram criados mecanismos, para tentar compensar financeiramente essas externalidades positivas, por meio de sua internalização. Ao se considerar certo valor a esses serviços ambientais para a economia, o PSA tentaria compensar o custo de oportunidade do uso da terra para aqueles que contribuem para a geração dos serviços ecossistêmicos.

Ainda, de acordo com Altmann (2010), Avaliação Ecossistêmica do Milênio (AEM - 2005) define os serviços ambientais como os benefícios extraídos pela humanidade dos ecossistemas, dividindo-os em serviços de provisão (como provisão de água, por exemplo), de regulação (como a regulação do clima), culturais (oriundos da relação da humanidade com os ecossistemas, gerando um consumo não material como o recreacional) e de suporte (que seriam os que dão suporte aos demais, como ciclagem de nutrientes).

Já para Wunder (2005) seriam quatro os tipos de serviços ecológicos: sequestro de carbono (como, por exemplo, o pagamento a produtores rurais para o plantio de mais árvores), proteção à biodiversidade (com o exemplo de pagamento para comunidades locais que restaurassem áreas para integrar corredores ecológicos), proteção a bacias hidrográficas (com o exemplo de usuários que captassem água a jusante, pagando aos usuários a montante, para que adotassem práticas menos degradantes ao solo) e beleza natural (com o exemplo de operadores de turismo pagando a comunidades locais para adotar práticas mais conservacionistas).

Para Fabri *et al.* (2018), primeiro há que se conceituar o que seria serviço ambiental, já que diversos autores divergem em sua conceituação, sendo comum encontrar também definições contrastantes entre os demais termos utilizados como serviços ecológicos e serviços ecossistêmicos. Fabri *et al.* (2018) destacam que, para alguns autores, os serviços ecossistêmicos englobariam os serviços ambientais, mas, em diversas publicações, existem diferenciações e muitas referências consideram serviços ecossistêmicos aqueles gerados pelos ecossistemas, independente da atuação humana e os serviços ambientais, como aqueles que decorrem da atuação humana, no sentido de possibilitar que os serviços ecossistêmicos aconteçam. Já a expressão ‘serviços ecológicos’ seria destinada de forma mais específica para a natureza dos serviços que se pretende recompensar, ainda de acordo com Fabri *et al.* (2018).

A Lei Federal Nº 14.119/2021, que institui a Política Nacional de PSA, determina como conceito que os serviços ecossistêmicos seriam os benefícios relevantes à sociedade gerados pelos ecossistemas, em termos de manutenção, recuperação ou melhoria das condições ambientais e serviços ambientais seriam as atividades humanas (individuais ou coletivas) que favorecem essa manutenção, ou a recuperação/melhoria dos serviços ecossistêmicos (Brasil, 2021).

A partir do conceito “protetor-recebedor”, os agentes envolvidos realizam a transferência de recursos monetários com a finalidade de compensar os agentes “protetores”, buscar-se-ia corrigir uma falha de mercado relacionada às externalidades das atividades produtivas, normalmente não contabilizados nos cálculos econômicos e, portanto, não compensados. A partir de uma condicionalidade do programa, o pagamento só deve ocorrer se o provedor cumprir o provimento dos serviços ambientais. Pela condicionalidade, é um instrumento que visa à modificação de atitude de seus beneficiários (Caetano; Melo; Braga, 2018).

Dois grupos de Políticas Públicas ambientais coexistem e são complementares, na atuação em favor do meio ambiente, as políticas de instrumentos de comando e controle, que

são mais voltados para uma atuação direta sobre o agente poluidor, com regulações sobre as atividades econômicas que podem impor restrições sobre o uso dos recursos e definir níveis de poluição toleráveis e que acarretam fiscalizações e sanções e as políticas de instrumentos econômicos, em que se enquadram as políticas de pagamento por serviços ambientais. Esse segundo grupo se baseia na crença de que o mercado pode moldar os comportamentos humanos a partir de incentivos financeiros (Távora; Silva; Turetta, 2018).

A Política dos Serviços Ambientais é um mecanismo de estímulo à conservação e à manutenção da provisão de recursos naturais e, ou seja, a chamada agenda positiva, que trabalha em uma lógica diferente da tradicional, referente aos instrumentos de comando e controle e do conceito “poluidor-pagador”, por meio de pagamento ao responsável por essas áreas de provisão. Não se espera sofrer o dano, antes se estimula a conservação, como é o conceito do “protetor-recebedor” citado anteriormente (Lima *et al.*, 2013). Wunder (2005) ressalta as diversas terminologias, para essa transação financeira, podendo ser como pagamentos em si, ou como mercado, recompensa, compensação e ressalta as mais diversas ideologias contidas nessas terminologias, como o conceito capitalista por trás de mercado, por exemplo.

De acordo com Lima *et al.* (2013), as políticas de PSA são vistas por diversos autores como mais efetivas que os tradicionais mecanismos de comando e controle para incentivar a conservação e até mesmo a restauração de áreas florestais. Mas a maioria dos autores, como Fabri *et al.* (2018), apenas entendem os instrumentos econômicos como complementares às políticas de comando e controle. Publicações mais atuais, como de Campos (2022), ressaltam a ideia de *policymix* que busca justamente superar a ideia de superioridade de um instrumento sobre o outro e reforça a ideia de complementariedade entre os diversos instrumentos. Nesse caso, as políticas e programas de PSA não deveriam ser dissociados das demais políticas públicas, sendo inclusive uma diretriz da nova Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais – Lei Federal 14.119/2021 em seu artigo 5º (Campos, 2022).

Alguns elementos apontados, como fundamentais para estabelecer as regras de PSA por Lima *et al.* (2013), seriam a parceria com instituições financiadoras, pois não existe a possibilidade de programas de PSA, sem um comprador potencial para os serviços ambientais, a institucionalização das leis, ou seja, a criação de um marco regulatório próprio, com a realização de estudos prévios, para o estabelecimento de indicadores e parâmetros eficazes de monitoramento, mas também de seleção de áreas prioritárias e daí, talvez, adviria também a importância de parceria com universidades e institutos de pesquisa (Lima *et al.*, 2013).

Altmann (2010) traz o conceito de pagamento por serviços ambientais, definido por Wunder (2005), como uma transação voluntária de serviços ecológicos em que um ou mais adquirentes negociam com um ou mais provedores de serviço ecológico, se e somente se esses provedores assegurarem essa provisão, que seria a condicionalidade. Ou seja, Wunder (2005) destaca cinco critérios importantes, para a definição de pagamento por serviços ambientais: ser uma transação voluntária de um serviço ecológico bem definido ou um uso da terra que garanta esse serviço, que é “comprado” por um adquirente, desde que a condicionalidade seja comprovada. De acordo com o autor, esse último critério da condicionalidade é o mais difícil de se encontrar, tendo em vista que a maioria dos programas de PSA existentes não são monitorados ou são mal monitorados. Ainda de acordo com Altmann (2010), é importante fixar previamente critérios, parâmetros ou referências específicas que demonstrem a adicionalidade gerada pelo programa de PSA, por meio da aferição de quantidade ou qualidade dos serviços ecológicos a serem remunerados.

Um interessante modelo de PSA descrito por Lima *et al.* (2013) ocorreu, no Mato Grosso do Sul, na bacia do Rio Guariroba, onde os próprios produtores rurais, por meio de seu sindicato rural, propuseram um programa de PSA baseado na experiência do Programa desenvolvido em Nova Iorque, E.U.A. Os conceitos apresentados nessa categoria permitem compreender mais a fundo a política pública em tela, seus objetivos e peculiaridades, auxiliando principalmente na construção do roteiro de entrevista, direcionando pontos importantes a serem pesquisados.

Adentrando-se na última categoria levantada, para a realização da pesquisa, temos o Programa Bolsa Verde, que se trata de um programa de pagamentos por serviços ambientais, ou seja, intimamente ligado à própria categoria de PSA. Em 13 de agosto de 2008, foi promulgada a Lei nº 17.727 que dispõe sobre a criação do Programa Bolsa Verde, que consiste na concessão de incentivo financeiro a proprietários e posseiros rurais que cadastrassem áreas, para a preservação e conservação necessárias à proteção das formações ciliares e recarga de aquíferos e à proteção da biodiversidade e ecossistemas especialmente sensíveis, ou seja, a política pública de pagamento por serviços ambientais do estado de Minas Gerais. De acordo com essa lei, o benefício seria concedido anualmente em forma de auxílio pecuniário (Minas Gerais, 2008).

A Lei que cria o Programa, Lei Estadual nº 17.727/2008, prioriza os agricultores familiares, de acordo com a Lei Federal nº 11.326/2006, que definiu quatro requisitos que deveriam ser atendidos pelo agricultor que pratica atividades no meio rural, para que seja considerado dessa categoria: não deter área maior que quatro módulos fiscais; ter percentual

mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas desenvolvidas em seu estabelecimento ou empreendimento rural, utilizar predominantemente mão de obra da própria família, e dirigi-lo com sua família (Minas Gerais, 2008). Percebe-se uma maior dependência da família, em relação à sua propriedade rural, para a sua reprodução social que em outras categorias de agricultores. A lei também prevê que o princípio de sustentabilidade ambiental, social e econômica seja observado. A agricultura familiar historicamente acaba sofrendo maior restrição, por parte da legislação ambiental regulatória, em especial, quanto à utilização de áreas ripárias para a produção rural, pois o tamanho da propriedade, muitas vezes, não conta com outras áreas disponíveis. Uma política pública que remunere o esforço dessa categoria em observar tais restrições ganha relevância (Chiodi; Marques; Muradian, 2018).

O Decreto 45.113 de 05 de junho de 2009 que estabeleceu as normas, para a concessão do Bolsa Verde, previu que os pagamentos teriam a duração de cinco anos consecutivos, desde que a condicionalidade fosse mantida, qual seja, a área cadastrada se mantivesse protegida e conservada por todo o período. Essa obrigação foi exaltada no Termo de Cooperação Mútua – TCM, assinado pelos beneficiários cadastrados, enfatizando a necessidade de ressarcimento ao erário em caso de descumprimento, conforme também previsto no decreto (Minas Gerais, 2009).

Ainda de acordo com o Decreto 45.113/2009, o Instituto Estadual de Florestas – IEF é o responsável pela execução operacional do Programa Bolsa Verde, pois o decreto prevê que o IEF atuaria como a secretaria executiva (Minas Gerais, 2009). O Decreto também prevê a criação do Comitê Executivo com a seguinte constituição:

I - do Poder Executivo: a) Instituto Estadual de Florestas - IEF, que coordena o Comitê; b) Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM; c) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER; d) do Gabinete do Secretário Extraordinário para Assuntos de Reforma Agrária do Estado de Minas Gerais – SEARA (atualmente substituído pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA e também incorporada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDE de acordo com a Portaria 64 de 28 de setembro de 2021, publicada no diário oficial do estado de MG); e e) Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais – ITER (que atualmente não compõe o Comitê pelo estabelecido na lei ordinária nº 21082, de 27 de dezembro de 2013 que extinguiu a autarquia);

II - como convidados: a) Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais - FAEMG; e b) Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG. Parágrafo único (Minas Gerais, 2009).

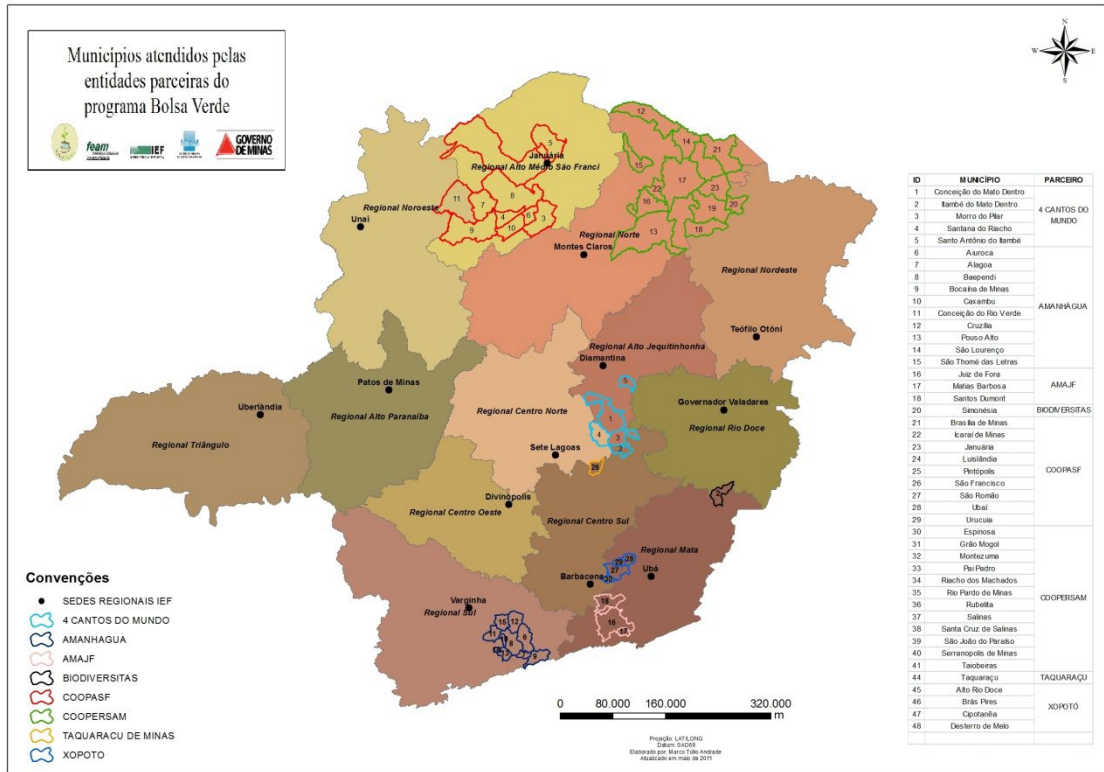
Simões e Andrade (2013) tecem críticas sobre a ausência de ONGs de cunho ambientalista, na composição do Comitê, o que, segundo os autores, tornaria o mecanismo menos pluralista.

O Decreto 45.113/2009 inicialmente previa como atribuições do Comitê a elaboração do programa anual do Bolsa Verde, para encaminhamento à Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas – CPB do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, de Minas Gerais, para análise e aprovação, a definição de prioridades e critérios, para a análise das demandas recebidas na forma dos artigos 5º e 6º (que previam as formas de cadastro no programa de forma individual ou coletiva), a análise dos pareceres técnicos sobre as demandas de benefícios e dos editais de convocação elaborados pela Secretaria Executiva do Bolsa Verde e, por fim, a propositura de prorrogação do pagamento dos benefícios do Bolsa Verde, que deveria ser aprovada pela CPB-COPAM, observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras (Minas Gerais, 2009).

Atualmente o comitê se reúne, para discutir e deliberar sobre alterações e ajustes sobre a condução dos monitoramentos realizados e atividades de gestão do programa, visando aprimorar as ferramentas de gestão e monitoramento, como, por exemplo, a ampliação da possibilidade de monitoramento de áreas por análise de imagens de satélite, na tentativa de reduzir os atrasos provocados pelas dificuldades de realização de vistorias presenciais, tendo em vista as dificuldades do IEF com número de técnicos reduzidos, diante da grande área de abrangência do programa e que exercem uma série de outras atividades, além dos poucos recursos operacionais como veículos disponíveis, para as áreas desconcentradas do IEF, que atuam no interior do estado, conforme ata da 39ª reunião realizada em 18/01/2021.

No documento Lições aprendidas, disponível no site do IEF, existe a informação de que foi publicada uma portaria que estabelecia critérios, para formalização de parcerias, visando à implementação do Programa Bolsa Verde com a celebração de Termos de Cooperação Técnica, mas que vedava repasses financeiros, Portaria IEF nº 132 de 16 de julho de 2010 (IEF, 2022). Foi identificada, no site do IEF, na parte específica que trata do Programa Bolsa Verde a citação de diversos parceiros do programa, entre os quais está citado o termo número 2101.01.05.039.11 que teria sido publicado em 07.09.2011, reconhecendo a instituição parceira, a Organização para o Bem da Água, da Natureza e da Vida (Amanhãgua) com os seguintes municípios de atuação: Aiuruoca, Bocaina de Minas, Caxambu, Conceição do Rio Verde, Cruzília, Pouso Alto, São Lourenço e São Thomé das Letras. No entanto esse termo não está disponível no site. No site do IEF também está disponível um mapa com a área de atuação das entidades que foram consideradas parceiras no programa Bolsa Verde.

Figura 1 - Mapa dos parceiros do IEF na execução do Programa Bolsa Verde de acordo com sua distribuição regional no estado de Minas Gerais, acesso em 19/02/2024.



Fonte: Andrade (2011).

Após a criação do arcabouço normativo necessário, para a oficialização do programa, foram lançados dois editais nos anos de 2010 e 2011 que contemplaram 1.037 e 1.952 beneficiários, respectivamente, (totalizando 2.989 beneficiários inscritos), com área cadastrada de 91.582,9507 hectares (Instituto Estadual de Florestas - IEF, 2014).

Alguns artigos que foram pesquisados contribuíram muito na percepção de aspectos fundamentais no desenvolvimento da pesquisa. No artigo de Pereira *et al.* (2016), buscou-se identificar se as informações sobre o programa Bolsa Verde em MG estavam chegando ao público-alvo, se essas pessoas demonstraram interesse em aderir e se conseguiram se inscrever, e, por fim, se os beneficiários estavam recebendo o recurso e qual a finalidade fora destinada a ele. Ao todo, foram entrevistados quinze beneficiários, nos municípios de Alto Rio Doce e Cipotânea. A importância da pesquisa é a de conhecer mais a fundo o programa, identificando méritos e falhas para propor aprimoramentos (Pereira *et al.*, 2016).

As investigações identificaram falhas como dificuldades em acessar o programa por parte dos agricultores e atrasos no pagamento dos benefícios. Segundo os autores, muitas propostas não se efetivaram por dificuldades dos proponentes em levantar a documentação exigida (Pereira *et al.*, 2016).

A principal motivação identificada nas entrevistas, para adesão ao programa, foi o próprio incentivo financeiro, apesar de, em geral, os agricultores terem considerado o valor baixo, mas que poderia ajudá-los nas despesas. Alguns entrevistados informaram que usaram o benefício para comprar material de cercamento, evitando o corte de madeira nativa.

Foi identificada grande insatisfação entre os entrevistados com o atraso nos pagamentos, pois o primeiro edital de 2010 deveria estar em 2013 com três parcelas pagas e apenas 85% dos beneficiários estavam com a 2ª parcela paga nesse ano, de acordo com o relatório de atividades de 2013/2014 do IEF (Pereira *et al.*, 2016).

Quanto à mudança de mentalidade, quanto ao cuidado ambiental das áreas, os entrevistados apresentaram uma alteração em sua atitude, pois, antes de aderirem ao programa, declararam que não se preocupavam com essa questão de adotar práticas agrícolas mais sustentáveis (Pereira *et al.*, 2016).

Ao aprofundar a pesquisa, os autores identificaram pendências documentais como o principal entrave ao pagamento, tendo sido apresentada pelos entrevistados a grande dificuldade em abrir conta no Banco do Brasil. Inconsistências bancárias levaram um quinto dos pagamentos realizados em 2013 a retornar à fonte pagadora (Pereira *et al.*, 2016).

No artigo de Graciano *et al.* (2018), a pesquisa de campo realizou a coleta de dados, por meio de entrevista no Assentamento Canudos no Estado de Goiás, em que foram aplicados formulários semiestruturados para 38 entrevistados, num universo de 74 inscritos no Programa Federal nesse assentamento. Outra técnica utilizada na coleta de dados foi o diário de campo, que, para Whitaker (2002), é um instrumento que aumenta a percepção do pesquisador, em relação à realidade estudada, visto que se torna necessário tecer um registro sobre as observações percebidas. Para mensurar a efetividade do Programa Bolsa Verde Federal, que, apesar do nome similar, não se confunde com o Programa BV de MG, objeto desta pesquisa, quanto à conservação ambiental, foi utilizado o IA (índice ambiental), desenvolvido por Simão, Jacovini e Silva (2013), na Universidade Federal do Ceará, a partir de pesquisas realizadas em assentamentos rurais. O objetivo do IA é diagnosticar o viés de conservação ambiental junto aos beneficiários da reforma agrária. Tal índice é auferido, a partir da aplicação de um formulário, com dez perguntas, aos beneficiários do programa. Nesse formulário, foram ponderadas informações que indicassem a presença de práticas sustentáveis, nas propriedades rurais, tais como controle de pragas, formas de conservação ambiental, maneiras de utilização do solo e outras. Tal instrumental é resultado de uma pesquisa realizada em assentamentos, na qual são contempladas outras categorias de análise para além da questão ambiental. Entretanto, nesta pesquisa, foi empregada somente a

formulação utilizada para a obtenção do índice ambiental. Há de se salientar que, em relação àquela pesquisa, esse índice passou por adaptação, para ser aplicado e interpretado, a partir de domicílios rurais em vez de comunidades. Nesse caso, as respostas percebem um padrão binário e recebem valores 0 ou 1, sendo somados os resultados para o alcance do IA (Graciano *et al.*, 2018).

Outro objetivo importante no Bolsa Verde Federal é a erradicação da pobreza extrema. Para mensurar a efetividade do programa, no tocante a esse objetivo, foi utilizada uma escala conhecida como Escala Brasileira de Segurança Alimentar (EBIA), que consiste em um formulário de questões semiestruturadas, que possibilita aferir o nível de (In) Segurança Alimentar das famílias beneficiadas. Essa escala é resultado de pesquisas da “Rede Alimenta”, grupo de pesquisa da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e é resultado de uma adaptação, ao cenário brasileiro, de um índice similar utilizado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Para avaliar os efeitos do programa Bolsa Verde Federal nos elementos de segurança alimentar, bem como no IA, foram relacionadas outras categorias de análise. Essas categorias contemplam fatores sociais, econômicos e ambientais. Quanto aos objetivos institucionais de promoção da cidadania e de capacitação ambiental, técnica e profissional, foram verificados, a partir de questionamentos, que buscam averiguar as atividades que o governo vem articulando para que esses objetivos sejam alcançados (Graciano *et al.*, 2018).

Após a análise dos dados, percebeu-se que, em relação ao objetivo de erradicação da pobreza, esse objetivo estava sendo alcançado, uma vez que não foi detectado nenhum grupo familiar em situação de Insegurança Alimentar Grave. Aqueles em condição de Insegurança Alimentar Moderada são uma pequena parcela da amostra, pois a maioria das famílias beneficiadas encontra-se em níveis de Insegurança Alimentar Leve e Segurança Alimentar. Avaliando a efetividade do Programa Bolsa Verde Federal, em sua universalidade, a partir dos resultados desta pesquisa, verificou-se que não houve a concretização de todos os seus objetivos institucionais. O programa, diante dos índices preocupantes do IA, aponta que, em relação à natureza preservacionista do Programa Bolsa Verde Federal, não foi atribuída à realidade dos beneficiários, em contrapartida o programa referente aos níveis de insegurança alimentar detectados, assumiu meramente o caráter assistencialista de uma política pública de transferência de renda (Graciano *et al.*, 2018).

O Programa Bolsa Verde de Minas Gerais ainda é uma política pública relativamente nova e necessita de um processo avaliativo continuado. Esta pesquisa representa, para a sociedade, para a administração pública e para a academia, um caminho para auxiliar outras

pesquisas e monitorar o programa. Sendo assim, nos capítulos de análise de resultados e nas considerações finais, foram confrontados os resultados alcançados por esta pesquisa com as categorias e pesquisas prévias aqui descritas.

4 TRABALHO DE CAMPO

4.1 Execução do trabalho de campo

As entrevistas foram realizadas com o apoio da pesquisadora auxiliar Flávia Morais Campos, que acompanhou a execução do trabalho de campo como apoio técnico, durante oito dias, de dia 18 de setembro de 2023 (uma segunda-feira) até o dia 25 de setembro do mesmo ano (outra segunda-feira), oito dias de intenso trabalho com até quatro entrevistas por dia, que foram realizadas, em sua maioria, no município de Baependi, na sala de reuniões do Sindicato Rural de Baependi, gentileza cedida por seu presidente e sua esposa por intermédio do mobilizador/facilitador da região. Algumas entrevistas foram realizadas, nas propriedades dos beneficiários, tanto os que residiam em área urbana quanto em área rural, tendo sido realizadas nos municípios de Lavras, Cruzília, Caxambu, Aiuruoca e Alagoa.

Tabela 1 - Número de entrevistados de acordo com o município de cadastro e de entrevista.

Cidade	Nº Entrevistados
Cruzília	1
Caxambu	1
Lavras	1
Alagoa	1
Aiuruoca	2
Baependi	13
Total	19

Fonte: Da autora (2024).

Foram realizadas ao todo 20 entrevistas. Uma foi realizada como teste, na primeira versão do roteiro de entrevistas por telefone e uma foi realizada previamente ao trabalho de campo, após as alterações solicitadas pelo comitê de ética de forma online, para a realização de teste do roteiro final semiestruturado. Essa entrevista de teste do roteiro final foi realizada com uma beneficiária com área cadastrada, na região do Alto Paranaíba, motivo pelo qual não irá compor os resultados finais.

No entanto essa entrevista inicial foi fundamental para a familiaridade com a condução da entrevista, por meio da utilização do roteiro, além de identificar algumas respostas bastante divergentes das demais, tendo sido levantada a questão da retenção de imposto de renda sobre o pagamento dos benefícios do programa, questão que não foi levantada diretamente pelos demais entrevistados.

Esse tema já havia sido observado por diversos gestores do programa, além de compor sempre o debate, em torno das políticas de pagamento por serviços ambientais e acabou sendo tratada, inicialmente, nos textos primários das novas legislações sobre o tema. Depois houve a lei sancionada, em 2021, pelo Governo Federal.

No entanto a questão não foi identificada no Projeto de Lei nº 4.041/2022 que institui a Política Estadual de Serviços Ambientais em Minas Gerais e que cria o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais e dá outras providências, atualmente, em tramitação na ALMG, pois não cita explicitamente a isenção do imposto de renda sobre os benefícios a serem recebidos a título de PSA, mas pode ser que o assunto venha a ser tratado em decreto posteriormente. Ao analisar se a Lei federal Nº 14.119/2021 atendeu a essa questão, quanto à necessidade de citar a isenção de impostos, para os PSA, identificou-se que, apesar da discussão ter sido abordada nos textos iniciais, o capítulo IV que tratava dos incentivos foi todo vetado (artigos 17,18 e 19) e o artigo 23 apenas altera a lei 8.212/1991, ao citar que a participação, em programas de PSA, não tira a condição de segurado especial, na lei de seguridade social, sendo entendido, portanto que a temática não foi suficientemente abordada.

Durante as entrevistas, praticamente todos (as) os (as) beneficiários (as) entrevistados (as) (quinze de dezenove entrevistados(as)) citaram a atuação de uma associação, que, logo depois, seria transformada em uma OSCIP, que auxiliou na mobilização, cadastro e execução de diversas políticas públicas vinculadas ao meio ambiente dos governos do estado de Minas Gerais. Sendo assim, foi identificada a necessidade de escutar também antigos funcionários dessa instituição, para compreender melhor a atuação citada pelos (as) demais entrevistados (as), o que acabou levando à identificação da necessidade de se realizar uma entrevista complementar. Assim, outra entrevista foi realizada com uma ex-funcionária da OSCIP cujo contato foi indicado por um dos entrevistados. Na verdade, foi realizada a tentativa de contato com dois ex-funcionários, mas um deles, indicado por um outro entrevistado, atualmente, ocupa cargo de gestão no executivo de um dos municípios visitados, sendo secretário e, em função de imprevistos, acabou não conseguindo comparecer à entrevista.

A transcrição das 20 entrevistas gerou por volta de 335 páginas transcritas de aproximadamente 13 horas de áudio. Vale ressaltar a grande dificuldade com essas transcrições pelo fato, sobretudo, de algumas questões como qualidade do áudio ruim, pela acústica da sala onde foi realizada a maioria das entrevistas. Além disso, a dicção de alguns entrevistados, com idade mais avançada, com fala um pouco mais baixa e com regionalismos característicos em sua linguagem, dificultou um pouco o entendimento para a transcrição. Foi utilizado um programa de transcrição de falas, o *Cockatoo* e, mesmo com a utilização desse

programa, várias correções tiveram que ser feitas principalmente por causa dessas dificuldades citadas, que também impactaram no entendimento desse programa de transcrição quanto às falas e levou a conseqüentes transcrições incorretas e necessidade dos ajustes que demandaram mais tempo para a sua conclusão.

Para a gravação das entrevistas, foram utilizados um aparelho celular e um gravador digital antigo, porém o celular se mostrou muito mais útil, pela melhor qualidade no arquivo de áudio gerado, no entanto os dois aparelhos foram utilizados para segurança, como uma espécie de *back up*. Caso algum dos dois aparelhos apresentasse qualquer tipo de problema técnico, o que de fato aconteceu em duas entrevistas, com o erro acontecendo na gravação realizada pelo gravador digital, não impactou nos trabalhos, já que as gravações realizadas pelo gravador digital acabaram não sendo utilizadas por essa baixa qualidade técnica.

4.2 Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Inicialmente houve a tentativa de traçar um perfil dos (as) beneficiários (as) entrevistados (as), procurando saber qual seu sexo/gênero, idade, nível de instrução formal, a renda média salarial própria e de seu grupo familiar, se reside na propriedade cadastrada ou em outra área e se essa se encontra na zona rural ou zona urbana e se se considera agricultor(a) familiar.

Além disso, buscou-se também tentar traçar um perfil da área, verificando em qual município ela se encontra, o tamanho da propriedade rural e qual o tamanho da área foi inscrito no Programa Bolsa Verde. Se essa área se encontrava em APP, Reserva Legal ou apenas em área comum, quais as principais atividades econômicas eram desenvolvidas no imóvel rural, ou por seu grupo familiar e os principais itens produzidos no imóvel rural. E, por fim, tentar entender qual foi a principal motivação dos (as) beneficiários (as) entrevistados (as) para se cadastrar no Programa BV.

No entanto o comitê de ética retirou algumas perguntas, como idade, gênero e renda salarial do roteiro de entrevista semiestruturado (“Quanto ao documento intitulado "Anexo I_Roteiro_de_entrevista", submetido em 03/05/23, solicita-se: 3.1. que sejam retirados do roteiro de entrevista: o telefone, o nome da propriedade rural, o gênero, a renda média salarial e a idade, uma vez que se trata de dados pessoais e sensíveis, implicando a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD”). A questão da renda seria importante, para avaliar o impacto dos valores pagos pelo programa, que era de R\$ 200,00 por hectare ao ano, pois, dependendo da renda familiar, esse valor poderia representar um valor significativo ou não e, por certo,

impacta na percepção dos (as) beneficiários (as) entrevistados (as). Ao ser retirada essa pergunta do roteiro, não foi possível compreender ao certo essa questão, já que a percepção passa a ser muito limitada apenas com a observação direta dos entrevistados.

Já quanto à idade, foi possível tentar realizar uma percepção, ao realizar as entrevistas, a partir da observação direta, que não é tão exata como seria se fosse indagado diretamente aos (às) beneficiários (as) entrevistados (as), mas depreendeu-se que a maioria dos (as) entrevistados (as) eram pessoas da terceira idade (dezesseis dos (as) dezenove entrevistados(as)).

A questão de sexo/gênero também foi possível depreender, a partir da observação direta. Foram entrevistadas sete mulheres, sendo cinco beneficiárias, uma esposa de um beneficiário que participou com ele da entrevista e uma ex-funcionária da OSCIP citada pela maioria dos outros entrevistados. Foram entrevistados 17 homens, sendo três filhos de beneficiários que participaram das entrevistas juntamente com os pais. Além disso, vários filhos e filhas ajudaram na interlocução a fazer o contato com os beneficiários e agendar as entrevistas.

O nível de instrução formal variou bastante entre os entrevistados, sendo a seguinte distribuição: um beneficiário que concluiu até o 3º ano primário, sete que concluíram até o 4º ano primário, dois com segundo grau completo, cinco com superior completo, um com mestrado e um com doutorado, totalizando dezessete beneficiários, pois essa caracterização não foi realizada com uma das beneficiárias que erroneamente não foi questionada sobre seu grau de instrução formal e não foi realizada com a ex-funcionária da OSCIP. Na verdade, é importante lembrar que, ao longo das análises dos resultados, muitas vezes, pode parecer estar faltando dados de um entrevistado, justamente por se tratar dessa entrevista realizada com essa ex-funcionária, mas que não vai agregar os dados de análise aos beneficiários cadastrados, pelo simples motivo de não ser uma beneficiária do programa. O detalhamento da análise dessa entrevista, será realizado separadamente, pois os questionamentos direcionados à entrevistada foram um pouco diferentes dos direcionados aos (às) demais entrevistados (as) que eram beneficiários (as) dos programas, tendo algumas perguntas que se aplicariam apenas a essa modalidade de entrevistado (a).

Tabela 2 - Grau de instrução formal dos/as entrevistados/as.

Instrução formal	
3º Ano	1
4º ano	7
2º grau	2
Superior completo	5
Mestrado	1
Doutorado	1
Total	17

Fonte: Da autora (2024).

Conforme citado anteriormente, a Lei que cria o Programa Bolsa Verde, Lei Estadual nº 17.727/2008, prioriza os agricultores familiares, de acordo com a Lei Federal nº 11.326/2006, que definiu quatro requisitos que deveriam ser atendidos pelo agricultor que pratica atividades no meio rural, para que seja considerado dessa categoria: não deter área maior que quatro módulos fiscais; ter percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas desenvolvidas, em seu estabelecimento ou empreendimento rural, utilizar predominantemente mão de obra da própria família e dirigi-lo com sua família (Minas Gerais, 2008). Assim, percebe-se uma maior dependência da família, em relação à sua propriedade rural, para sua reprodução social que em outras categorias de agricultores. A lei também prevê que o princípio de sustentabilidade ambiental, social e econômica seja observado. Ao serem questionados se consideravam-se agricultores familiares, muitos beneficiários entrevistados responderam que se consideram, alguns citam até a participação em programas voltados para essa parcela de produtor rural, como o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, mas alguns tinham dúvidas se enquadravam-se nessa categoria e outros proprietários informaram que não se considerariam agricultores familiares, pois não dependiam da terra para viver, tendo inclusive outras profissões e, muitas vezes, utilizando a terra apenas para a função de lazer, ou até mesmo não utilizando a terra para atividade alguma.

Sim, considero, porque inclusive eu desenvolvo agroecologia, eu desenvolvo as tecnologias socioambientais sustentáveis, compostagem, biofertilização, biopesticida, controle biológico, tudo em pequena escala, mas faço tudo para ensinar as pessoas, tem tudo lá. (Entrevistado 1).

E você se considera agricultor familiar? No leite a gente já cresceu um bocadinho, ainda é familiar, trabalhamos nós lá, mas a produção ficou grande, já não é uma produção pequena. Sim, mas a família toda trabalha? Família toda trabalha não, trabalha eu e ele (irmão). O meu filho trabalha com o meu outro irmão no café e o filho dele estuda fora, mas a esposa dele trabalha, é, a família praticamente. Sim, sim. Mas também vocês têm

funcionários lá? Bastante. A produção nossa é grande, né? E cresceu aí não tem jeito... Sim. ...de ser só a gente... (Entrevistado 7)

Eu sou agricultor familiar. Sim. Já participei de... Eu repassar quitanda para a escola... Ah, do PRONAF, né? Na escola de... Ah, sim. (Entrevistado 8)

E aí, então, a sua família não é de agricultor familiar? Não, ele era (o pai). Depois dele, não. (Entrevistado 11).

4.3 Caracterização das áreas de pesquisa

De acordo com a Fecomércio, a região Sul de Minas é a segunda região mais populosa do estado de Minas Gerais, com 2,78 milhões de habitantes, reunindo 13,2% da população mineira. Do total, 81,6% residem em áreas urbanas. A região, cuja riqueza responde por 12% do PIB estadual, possui predominância do setor de serviços (70,8%), seguida pela indústria (21,3%) e agropecuária (7,9%). Na representatividade estadual, quando considerado apenas o setor agropecuário, a riqueza gerada na região responde por 21,8% daquela observada em todo o Estado.

A região geográfica, para a delimitação do estudo, é justamente a região Sul, que, de acordo com o banco de dados de gestão do IEF sobre o programa Bolsa Verde, conta com 252 inscritos. Entre eles 51 estão localizados no município de Aiuruoca, 24 em Alagoa, 90 em Baependi, 26 em Bocaina de Minas, 1(um) em Cabo Verde, quatro em Camanducaia, quatro em Cambuquira, 1(um) em Campestre, três em Carvalhos, dois em Caxambu, 1(um) em Cruzília, 38 em Itamonte, 1(um) em Lavras, cinco em Pouso Alto e 1(um) em São Lourenço, conforme tabela abaixo.

Tabela 3 - Beneficiários do Programa inscritos na região Sul do estado de Minas Gerais.

Beneficiários	Município
51	Aiuruoca
24	Alagoa
90	Baependi
26	Bocaina de Minas
1	Cabo Verde
4	Camanducaia
4	Cambuquira
1	Campestre
3	Carvalhos
2	Caxambu
1	Cruzília
38	Itamonte
1	Lavras
5	Pouso Alto
1	São Lourenço
252	Total

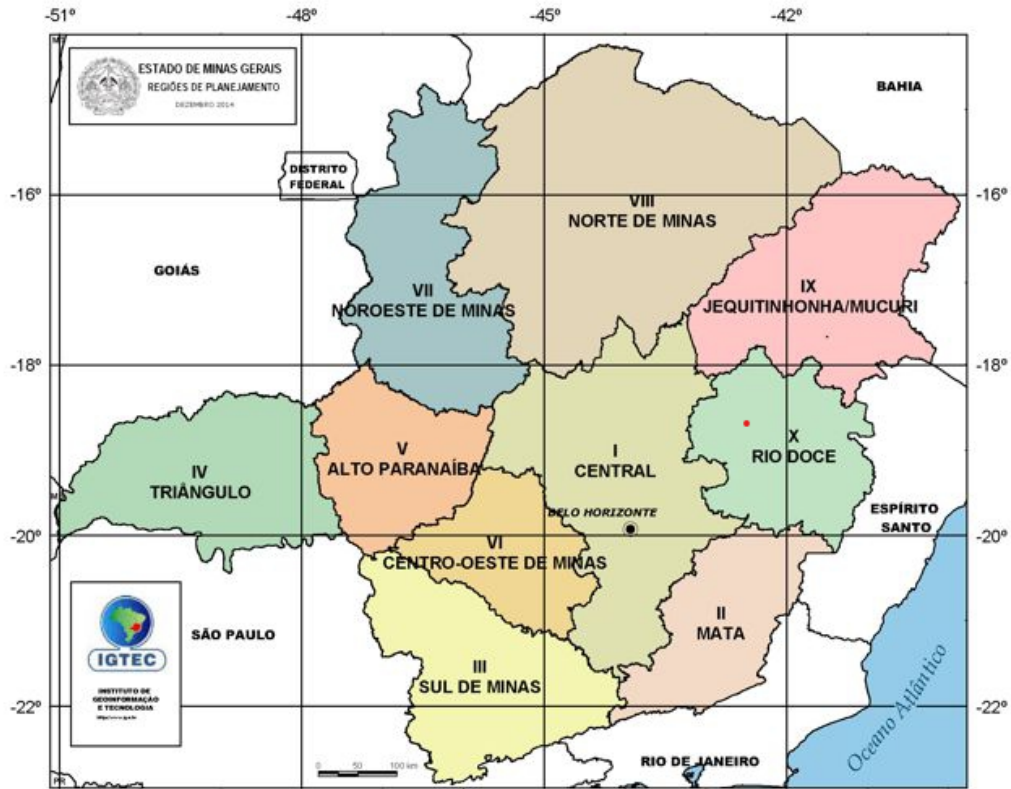
Fonte: Da autora (2024).

Figura 2 - Estado de Minas Gerais, localização no Brasil, disponível em Google Maps.



Fonte: Minas Gerais (2022).

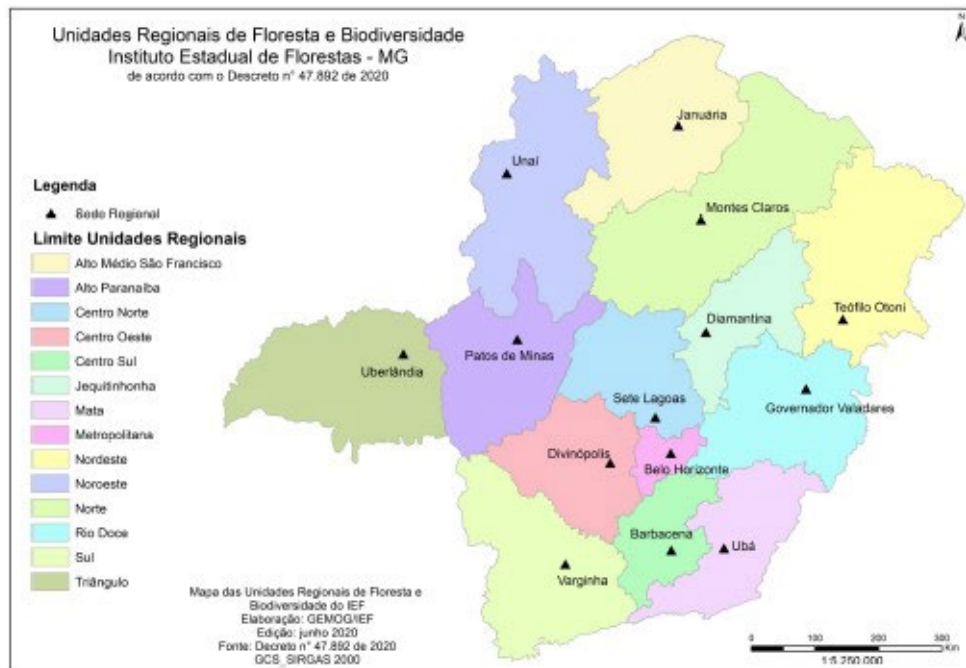
Figura 3 - Mapa das Macrorregiões de planejamento do Estado de Minas Gerais.



Fonte: Minas Gerais (2022).

Figura 4 - Mapa das Unidades Regionais do IEF.

A estrutura descentralizada do IEF apoia-se em uma rede composta por 14 Escritórios Regionais, cujos contornos aproximam-se das 10 macrorregiões de planejamento do Estado, conforme figura abaixo.



Fonte: Instituto Estadual de Florestas - IEF (2020).

Alguns entrevistados tinham mais de uma área inscrita no programa; um entrevistado tinha quatro áreas inscritas, três entrevistados tinham duas áreas inscritas e o restante (quatorze beneficiários) tinham apenas uma área cadastrada.

Tabela 4 - Quantidade de áreas cadastradas/ Termos de compromisso mútuo –TCM assinados por beneficiários entrevistados.

N ° áreas cadastradas por entrevistado	
Entrevistado(a)	N° Áreas Cadastradas
1	1
2	1
3	1
4	4
5	2
6	1
7	2
8	1
9	1
10	1
11	1
12	2
14	1
15	1
16	1
17	1
18	1
19	1
Total	24

Fonte: Da autora (2024).

Desses contratos realizados (24 no total), mais da metade estava com todas as parcelas pagas no momento das entrevistas (treze contratos finalizados, quatorze se consideramos um caso específico que será detalhado adiante) e cinco contratos estavam com apenas uma parcela faltando para serem finalizados. O restante, cinco contratos, tinha mais parcelas em aberto, mesmo após anos de finalização do programa, que contou com editais de 2010 e 2011, com previsão de pagamentos por cinco anos consecutivos, que teriam que ter sido encerrados em 2016 e 2018. Um beneficiário com quatro áreas inscritas tinha três delas com o recebimento de apenas uma parcela. Dois beneficiários tinham áreas inscritas que receberam apenas duas parcelas, um beneficiário tinha recebido apenas três parcelas, mas seu contrato foi considerado finalizado (esse é o caso específico citado anteriormente). Isso acontecia em

alguns casos em que, após realizar análise pela gestão do programa, identificava-se alguma divergência de cadastro que não dava direito a todas as parcelas ou por venda da propriedade, em que se perdia o direito de receber por ela, já que, nos editais lançados, não havia previsão de transferência do benefício em caso de novos proprietários/posseiros para a área cadastrada. Foram 17 as áreas cadastradas relacionadas aos beneficiários entrevistados do edital de 2010 e sete áreas cadastradas do edital de 2011. Muitos dados foram obtidos diretamente do controle utilizado na gestão do programa, pois de muitos dados os beneficiários entrevistados não se recordavam mais: “O ano participou, não lembra mais, né? Não lembro”. (Entrevistado 19); “Participou da edição de 2010 ou 2011? Lembra? Aí “cê” me pegou. Não, não lembro”. (Entrevistado 17); “Lembra o ano que participou? Quando fez o cadastro? Mas se não lembrar não tem problema não, só se lembrar. Foi em 2000 e... 2004, 2006, 2007.” (Entrevistado 14).

Tabela 5 - Quantidade de parcelas pagas num total de cinco previstas no contrato, para as áreas cadastrados dos beneficiários entrevistados.

Parcelas Pagas	Áreas cadastradas
1	3
2	2
3	1
4	5
5	13
Total	24

Fonte: Da autora (2024).

Em relação ao tamanho total das propriedades cadastradas pelos (as) beneficiários (as) entrevistados (as), a maioria não se recordava mais qual o tamanho da área total foi declarada, pois, de acordo com o que se percebeu nas entrevistas, foi muito comum que tivessem várias propriedades em locais distintos, nem todas tendo sido cadastradas no programa, além de ter ocorrido vendas, transmissão de heranças, etc. Os entrevistados também não se recordavam qual o tamanho da área cadastraram no programa. “Depois a gente comprou por fora, porque os meninos venderam quatro partes né, aí a gente comprou por fora” (Entrevistado 2); “O tamanho que cadastrou, lembra? Também não”. (Entrevistado 17). Houve uma grande diversidade no tamanho das propriedades em questão, sendo a menor de 4,1 hectares em Baependi e a maior de 174,27 hectares em Aiuruoca. Dessas áreas, apenas uma parte era efetivamente cadastrada no programa Bolsa Verde, normalmente, as áreas que continham remanescentes de vegetação nativa. As áreas acabaram sendo bem diversificadas, sendo a menor de 1,8766 hectares (que parece ter tido uma divergência, após o cadastro e, por isso, foi

reduzida pela gestão do programa). Esse fato também poderia acontecer, caso se identificassem depois inconsistências no cadastro, como polígono divergente, ou área identificada sem remanescente de vegetação nativa, pois, conforme foram transcorrendo os anos, as ferramentas de gestão foram sendo aprimoradas, sendo possível utilizar mais análises de imagens de satélite que permitiam uma acurácia maior, em muitos casos. Mas esse beneficiário entrevistado ainda citou a área inicialmente cadastrada: “E nem o tamanho que era certinho a área não lembra também não, né? Essa reserva de cima é quase três hectares, três e meio, por aí” (Entrevistado19) e a maior de 35,99 hectares. Como os demais dados, a maioria foi obtida com a gestão do programa, pois, ao serem indagados, ou os (as) entrevistados (as) não se recordavam dos dados ou informavam dados divergentes dos cadastrados. “E qual que é o tamanho da sua propriedade total? É 20 hectares e meio. E aí, quantos mais ou menos que pôs no programa, lembra? No programa, mas ele é... da Capoeira, foi 12... 12 hectares de Capoeira, é um quartinho, é pequeno, por isso, que não dá pra ele conviver com o gado lá no espaço”. (Entrevistado 9), visto que o dado cadastrado no programa foi de 9,5685 hectares, “Qual que é o tamanho? E2.1: dá 105 hectares, nessa parte aqui entendeu...” (Entrevistado 2), já o tamanho da propriedade rural em hectares obtido com a gestão do programa foi de 46,08 ha. “Entendi. E aí você tinha uma área que era área de mata, né? É, tinha uma área de uns quatro hectares desse que eu deixei aí...” Nos dados obtidos com a gestão do programa constam 5,62 ha. Entrevistado14. “E aí essa área que o cadastrou no programa na época? Eu cadastrei menos, porque na época era menor. Ah, sim. Na época eu tinha apenas... Quando eu comprei... Quando eu comprei era... deixa eu ver aqui... Uns seis hectares, acho que era isso, total” (Entrevistado 10, área obtida com a gestão de 4,11 hectares). Mas alguns beneficiários entrevistados se recordavam precisamente da área cadastrada no programa. “Tudo mato. É uma área que dá quase nove hectares”. (Entrevistado 8, sendo a área cadastrada na gestão do programa 8,9799ha).

No caso, a área que você... Eu não tenho muito bem os dados exatos, porque tipo assim, foi meu pai que fez. Ah, sim. E faz bastante tempo. Só que ele faleceu, vão fazer 12 anos. Se eu não me engano, é uma área de, acho que seis hectares. Então, é... Eu acho que na época foi 20% da área total. A área total do terreno da gente é 31,5”. (Entrevistado 11, área total obtida com a gestão do programa exatamente de 31,5 e a área cadastrada no programa de 6,4ha).

Tabela 6 - Tamanho da propriedade rural em hectares, para as áreas cadastrados dos beneficiários entrevistados.

Tamanho da propriedade rural/em hectares				
Entrevistado(a)	Áreas cadastradas			
1	10,5			
2	46,08			
3	13			
4	13,37	16	6,46	32
5	17,36	18		
6	34,9			
7	8,55	15		
8	12,03			
9	20			
10	6,32			
11	31,5			
12	4,1	63		
14	14,45			
15	60			
16	174,27			
17	37,0085			
18	22,5			
19	6			

Fonte: Da autora (2024).

Tabela 7 - Tamanho da propriedade rural que foi inscrita no Programa Bolsa Verde em hectares, para as áreas cadastrados dos beneficiários entrevistados. Os valores em amarelo foram valores alterados, após revisão da gestão do programa, tendo sido identificados erros de cadastrado posteriormente.

Tamanho da área inscrita no Programa Bolsa Verde/em hectares				
Entrevistado(a)	Áreas cadastradas			
1	3,1554			
2	14,5368			
3	1,87			
4	1,58	2,15	1,17	29,76
5	16,8518	18		
6	31,3989			
7	5,1359	5,9625		
8	8,9799			
9	9,5685			
10	4,11			
11	6,4			
12	2,412	33,2767		
14	5,62			
15	6,12			
16	35,99			
17	13,745			
18	4,3424			
19	1,8766			

Fonte: Da autora (2024).

Ao serem indagados se a área cadastrada no programa se encontrava em área de preservação permanente – APP, reserva legal – RL ou outro tipo de área, como de uso comum, as respostas foram bem diversificadas, com alguns citando as áreas de preservação cadastradas (sete de dezenove entrevistados(as)), outros citando áreas comuns (quatro de dezenove entrevistados(as)) e até áreas consolidadas (um de dezenove entrevistados(as)) e outros citando inclusive áreas de unidades de conservação, tanto parque estadual (um entrevistado) quanto reserva particular do patrimônio natural - RPPN (um entrevistado).

E no ano 2000, eu consegui a oficializar, foi oficializada como RPPN, e na época era uma das menores do Brasil e era a menor de Minas. APP?: Eu tenho, eu tenho uma nascente, eu tenho um resquício da mata atlântica original, e a minha nascente tem sofrido muito com a questão de que os vizinhos não tem o mesmo cuidado né, mas assim, é, a nascente agora, chega a seca, ela fica minguada, mas a água de primeiríssima qualidade, porque ela brota no pé do morro, de altíssima qualidade. (Entrevistado 1).

Tem o APP e tem o normal. (Entrevistado 3).

Então a área que cadastrou no programa, ela é a reserva legal e tem algumas áreas... Tem uma área que é a reserva legal, tem a outra que é essa área que

foi regenerada, né? Os 18 hectares e outros fragmentos. Tem então alguma área de preservação permanente que você falou que tem nascente, né? Eu tenho uma, duas, três, quatro, tem umas cinco nascentes no terreno. (Entrevistado 5).

E ela é área de reserva legal ou é área de uso comum? Não, não é área de uso comum, né? A parte de cima tem o parque, né? A área é do parque. Ah, então você vai confrontando com o parque? Eu confronto com o parque. Então eu vendi uma área para o parque de 7 hectares. (Entrevistado 8).

Área consolidada. (Entrevistado 15).

Os valores totais recebidos por esses beneficiários entrevistados também variam, já que estão diretamente relacionados ao tamanho da área cadastrada, lembrando que eram pagos R\$ 200,00 anuais por hectare cadastrado no programa. No caso dos entrevistados, os valores variaram de R\$ 1.084,00 (valor total recebido por um beneficiário por apenas duas parcelas pagas até o momento, de um total de cinco) a R\$ 35.990,00 (valor total recebido pelo pagamento das cinco parcelas do contrato finalizado). Ao serem indagados sobre os valores recebidos, muitos beneficiários entrevistados informaram não se recordar mais “É, o... eu não sei se vai sair... não sei se é duzentos reais por hectare pago por ano, ou por mês, ‘nóis’ não sabe nem o valor que é direito não...” (Entrevistado 9) alguns informaram valores divergentes. O entrevistado 15, por exemplo, falou que recebeu R\$ 2 mil e pouco apenas e, junto à gestão, verificou-se o valor de R\$ 4.896,00, ao se imaginar que poderia ter havido retenção de imposto de renda que justificasse a divergência. Foi verificada a informação junto à gestão do programa, mas observou-se que quase não teve retenção do IRRF, tendo sido apenas o valor de R\$ 40,00) e outros entrevistados recordaram dos valores. Ah, alembro. Foi 2005, é, 2000, pagou, andou recebendo uns 9 mil”. (Entrevistado 9, valor obtido junto à gestão do programa foi de R\$ 9.568,50). Absolutamente todos(as) os(as) entrevistados(as) tiveram atrasos em seus pagamentos.

Tabela 8 - Valores recebidos no total até o momento da análise dos dados iniciada em outubro de 2023 por área cadastrada dos beneficiários entrevistados.

Valores recebidos					
Entrevistado(a)	Valores recebidos no total até o momento por área cadastrada				Valor total recebido por beneficiário entrevistado
1	R\$ 2.524,32				R\$ 2.524,32
2	R\$ 14.536,80				R\$ 14.536,80
3	R\$ 1.870,00				R\$ 1.870,00
4	R\$ 1.580,00	R\$ 430,00	R\$ 234,00	R\$ 0,00	R\$ 2.244,00
5	R\$ 16.851,80	R\$ 18.000,00			R\$ 34.851,80
6	R\$ 31.398,90				R\$ 31.398,90
7	R\$ 5.135,90	R\$ 5.962,50			R\$ 11.098,40
8	R\$ 8.979,90				R\$ 8.979,90
9	R\$ 9.568,50				R\$ 9.568,50
10	R\$ 3.288,00				R\$ 3.288,00
11	R\$ 2.560,00				R\$ 2.560,00
12	R\$ 1.929,60	R\$ 26.621,36			R\$ 28.550,96
14	R\$ 5.620,00				R\$ 5.620,00
15	R\$ 4.896,00				R\$ 4.896,00
16	R\$ 35.990,00				R\$ 35.990,00
17	R\$ 14.132,73				R\$ 14.132,73
18	R\$ 2.171,20				R\$ 2.171,20
19	R\$ 1.084,00				R\$ 1.084,00

Fonte: Da autora (2024).

Tabela 9 - Valores Previstos por área cadastrada nos Termos de Compromisso (valores que deveriam ter sido recebidos) até o momento da análise dos dados iniciada em outubro de 2023 por área cadastrada dos beneficiários entrevistados.

Valores Previstos nos Termos de Compromisso					
Entrevistado(a)	Valores projetados para recebimento por área cadastrada (valores que deveriam ter sido recebidos)				Valor total projetado para recebimento por beneficiário entrevistado
1	R\$	3.155,40			R\$ 3.155,40
2	R\$	14.536,80			R\$ 14.536,80
3	R\$	1.870,00			R\$ 1.870,00
4	R\$	1.580,00	R\$ 2.150,00	R\$ 1.170,00	R\$ 29.760,00
5	R\$	16.851,80	R\$ 18.000,00		R\$ 34.851,80
6	R\$	31.398,90			R\$ 31.398,90
7	R\$	5.135,90	R\$ 5.962,50		R\$ 11.098,40
8	R\$	8.979,90			R\$ 8.979,90
9	R\$	9.568,50			R\$ 9.568,50
10	R\$	4.110,00			R\$ 4.110,00
11	R\$	6.400,00			R\$ 6.400,00
12	R\$	2.412,00	R\$ 33.276,70		R\$ 35.688,70
14	R\$	5.620,00			R\$ 5.620,00
15	R\$	5.406,00			R\$ 5.406,00
16	R\$	35.990,00			R\$ 35.990,00
17	R\$	14.132,73			R\$ 14.132,73
18	R\$	2.171,20			R\$ 2.171,20
19	R\$	1.876,60			R\$ 1.876,60

Fonte: Da autora (2024).

A maioria das áreas, assim como dos entrevistados, era do município de Baependi. Os municípios de Cruzília, Caxambu, Itamonte, Lavras e Alagoa tiveram uma área cadastrada relacionada a algum dos beneficiários entrevistados, e Aiuruoca contou com duas áreas cadastradas de dois beneficiários entrevistados, conforme pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 10 - Quantidade de áreas cadastradas/termos de compromisso assinados, para a pesquisa de campo com os beneficiários entrevistados

Cidade	Áreas cadastradas
Cruzília	1
Caxambu	1
Itamonte	1
Lavras	1
Alagoa	1
Aiuruoca	2
Baependi	17
Total	24

Fonte: Da autora (2024).

Ao serem indagados sobre se residem na propriedade cadastrada no programa e se sua casa está localizada em zona rural ou zona urbana, as respostas divergiram bastante. Sete entrevistados residem na área cadastrada no programa em zona rural (dezoito entrevistados(as), pois a ex-funcionária da OSCIP parceira não foi contabilizada nessa categoria), dois residem em área rural, porém divergente da cadastrada no programa e sete residem na área urbana, não sendo a área cadastrada no programa. Há ainda os que declaram residir parte do tempo na área rural e parte em área urbana (dois de dezoito entrevistados(as)). Ao menos cinco entrevistados declararam que não residem nas áreas cadastradas no programa mas têm funcionários que residem nessas áreas. Quatro entrevistados(as) relataram inclusive que a área cadastrada no programa não é habitada, não possui infraestrutura, inclusive de acesso e não é utilizada, para nenhuma finalidade imediata, nem para lazer, com alguns relatos inclusive de passar anos sem visitar as áreas, alguns citaram não ter acesso nem por veículo, apenas a cavalo. Além disso, dois entrevistados citaram a exploração turística da propriedade também com aluguel de chalés, tendo em vista que a área é bem visitada em virtude do grande número de cachoeiras e atrativos naturais em geral.

A propriedade fica na zona rural, mas agora com a expansão estou na fronteira coma a zona urbana, então estou tendo problemas com lenhadores, caçadores, é... (Entrevistado 1).

A propriedade, ela é em zona rural, né? Você falou isso, reside lá? Moro lá, moro aqui. Tem duas casas igual, lá e aqui. (Entrevistado 4).

Não, a área é em zona rural, lá não tem sede, não usa a área pra nada, nem pra lazer, não tem acesso de carro, só a cavalo. (Entrevistado 6).

Moro lá, ué. Eu faz que... E eu casei e fui pá lá tem, vai fazer 34 anos que eu moro lá. É zona rural? É zona rural. (Entrevistado 9).

Reside meio a meio, lá e na cidade, a área é em zona rural. “Deixa ele usar, tem uma casinha lá, uma casa pequena(funcionário). (Entrevistado 10).

Hoje ninguém reside lá? Não, não, não. Não residia já mesmo lá. Já nunca ninguém morou? Não, não, era um terreno no alto da montanha atrás. Aqui, numa montanha. Entendi. E é na área rural mesmo? Na área rural, é. (Entrevistado 17).

Quanto às principais atividades econômicas no imóvel rural/ do grupo familiar e os principais itens produzidos no imóvel rural a principal atividade econômica citada foi a agropecuária, principalmente a produção de leite, mas também a criação de gado de corte e a venda de bezerras, além da produção de queijo e até mel. A produção de itens para autoconsumo também é muito citada, principalmente horta e pomar, mas alguns também citaram criação de peixe. Além disso, a silvicultura também foi citada, com plantação de eucalipto, mas principalmente de candeia, que foi uma atividade bastante incentivada pelo governo de MG, em conjunto com o Governo Alemão e a OSCIP que trabalhou na região e se preocupou inclusive com toda a cadeia da produção, realizando a ponte com uma empresa que compra dos produtores até os dias de hoje. Houve até mesmo o incentivo de produção e venda de mudas por parte dessa OSCIP, além desse plantio para venda para empresas que extraem o óleo. Muitos entrevistados citaram outras fontes de renda do grupo familiar.

O café que eu tinha, eu tinha um pouquinho de café, mas eu erradiquei para colocar a floresta, e, não gera nenhum recurso, daí o grande debate, né, que as pessoas, aquela história, isso não te dá retorno, aí vem a discussão e aí eu não sei, porque eu trabalho com a agroecologia, e a agroecologia tem a visão holística, eu não sei qual que é a compreensão de vocês da visão holística, mas o retorno pra mim é quando eu vou lá e tenho um lugar, onde eu consigo reunir mais de 50 canarinhos, eu consigo passear a cavalo dentro da minha mata, é, mas tem gasto, tem ué, eu tenho que pagar o empregado, eu tenho que pagar o ITR, tem. O ITR não é isento, mas é bem diminuído. RPPN não é isento não, mas é bem reduzido, então, olha, essa questão do retorno, é a visão assim, eu tenho muito retorno, mas, eu toma a água pura, puxa vida, eu dou exemplo, ensino, agora, mas você não ganha dinheiro, é verdade, não me dá retorno financeiro nenhum, mas enquanto eu puder tocar... É pouquinho (retorno financeiro por não ter que comprar algum item produzido por ele). Hoje por exemplo nós almoçamos um pimentão que eu colhi, um pimentão 100% agroecológico, nenhum inseticida, nenhum pesticida, nenhum adubo químico, tudo produzido lá ecologicamente, se eu for na feira eu vou gastar quanto? Sei lá R\$15,00, R\$20,00. (Entrevistado 1).

E vocês produzem lá? E2.2: até pouco tempo era gado de leite. E2.1: gado de leite. E2.2: era leite, agora como a gente cansou e não teve um filho que veio pra cá, risos E2.1: a fazenda minha na verdade durante muito tempo eu sustentei ela com meu dinheiro, da minha aposentadoria e do meu salário (Entrevistado 2).

Além de despesa, alguma coisa eu produzo. O que produz lá? Atualmente eu tenho um pouquinho de gado e capim. É de leite ou de corte? médio, não, é misto. E assim questão para autoconsumo também tem? Tem, tem horta, tem pomar. Mas isso é voltado só para? Só para autoconsumo, família, esses negócios. (Entrevistado 3).

Atividade leiteira, produção de queijos. Queijos. Tem mais alguma coisa assim de renda da propriedade? Não, tem... Sim, plantação de milho, pra alimentação do gado, né? Ah, tá. Então, na verdade não há outra renda, é uma outra despesa. É, mas assim, para o autoconsumo de vocês também tem coisa? Horta, pomar... Não, não, é só atividade leiteira mesmo. A outra atividade seria venda de animais, venda de gado, enfim, uma outra fonte de renda. (Entrevistado 4).

Tem, eu tenho lá alguns enxames de abelha, tenho alguns cavalos, gadozinho. Mas eu cheguei a... Feijão eu cheguei a produzir praticamente tudo, só arroz que eu não tirava de lá. Mas pelo fato de ser distante e o acesso difícil, né, eu... o acesso difícil, né, eu tava desde dezembro, um mês antes do Natal, sem chegar de carro lá em casa. Agora, que essa semana passada que a máquina da prefeitura deu uma passadinha e... Tão falando que vão acabar de arrumar, mas o acesso é um pouco difícil. Mas eu tinha uma horta de verdura pra comer, (inaudível), galinha, porco, tirava o leite, fazia queijo, iogurte... Muitas coisas. Eu gosto muito de produzir. E também vocês usavam tanto para vender quanto para autoconsumo? Olha, na verdade era mais para consumo, tá. No excedente eu fazia doação pro asilo, né, com familiares e levava pro asilo. E aí tinha de tudo né. Milho eu planto para dar pro gado... (Entrevistado 5).

Tanto que eu não exploro agora que eu tô explorando com turismo, né? Mas mesmo assim, pouquinho. Eu trabalho com o meu irmão, a gente produz leite. Só que aqui na cidade. Todos nós somos produtores, entendeu? A gente já vem de família de produtor. O irmão meu planta café e a gente produz leite. (Entrevistado 7)

Plantação de candeia, café, leite no inverno e boi” É, eu tinha um combozinho chique que eu fiz aqui pra fazer queijo, fazer queijo mineiro também, né?” É, só que agora mesmo meu genro tá aí pranto ali uns 40 pés de laranjeira nova ali. Agora apareceu uma doença de laranjeira, tinha bem laranjeira. O (filho agrônomo) falou que chama doença do tempo. Ela seca no meio e tá morrendo, a laranjeira. Ele falou que tá dando geral isso aí. E não tem cura, não tem remédio. Remédio é arrancar ela e plantar outro. Tem um, um pomarzinho fraco aí. (Entrevistado 15).

Vocês não mexem lá, produz lá? E16.2: Não mexe, é mais interesse ambiental mesmo.” Vocês chegaram a vender? (candeia) E16.2: É, plantado, não, reflorestado não. Agora com manejo aqui na propriedade, a gente fizemo. (Entrevistado 16).

Quando questionados sobre qual a principal motivação para se cadastrar no Programa BV, as principais citações foram relacionadas à importância ambiental de preservar as áreas (onze dos dezoito entrevistados), mas também à importância do auxílio econômico fornecido pelo governo nesse caso (sete dos dezoito entrevistados), não tendo sido excludentes, pois alguns citaram as duas motivações. Mas alguns (algumas) entrevistados (as) não fazem distinção entre os programas que antecederam o Bolsa Verde, como o Programa Promata (Projeto de Proteção da Mata Atlântica de Minas Gerais), por exemplo, que fornecia insumos para cercamento de áreas, como arame, mourão, balancim e até mesmo mudas para reflorestamento, então, esse incentivo acabou sendo muito citado também, sendo

erroneamente relacionado ao Programa BV (cinco dos dezoito entrevistados). Essa questão do cercamento de nascentes, minas d'águas, entre outros recursos hídricos foi muito ressaltada também.

Eu achava que eu ia ter uma ajuda né, porque é um não tenho retorno nenhum mesmo, quem sabe eu tenho uma ajudazinha, vai ser bom porque vou fazer uma cerca, posso consertar porteira, eu posso... eu tenho energia elétrica lá, mas minha conta de energia são R\$25,00 por mês sabe, que eu tenho, mas eu também tenho cisterna, insumos? Eu não gasto nada, porque tenho o estrume do animal e as folhinhas para fazer compostagem... biofertilizante e biopesticida, energia elétrica não gasto nada, é R\$ 25,00 R\$26,00, R\$27,00... já tem o empregado que é mais caro né, mas é... realmente é o que pesa mais, ele ganha um salário por mês e eu ganharia um salário por ano, eu sei lá eu ia consertar uma cerca, mas não veio também e eu não corri mais atrás não (Entrevistado 1).

Qual foi a motivação para participar... E2.2: plantar, na época foi plantar, quanto falaram pra gente que existia a possibilidade da gente plantar, aí a gente entrou, a gente tava naquela fase, e com ajuda ainda, eu vou mostrar pra vocês a diferença só da frente. E2.1: também deu um arame parece pra fazer, deu um dinheiro para fazer, cercar as áreas... E2.2: e eu lembro que a gente deve ter comprado, a gente não ia ganhar, plantamos muita muda. E2.1: plantamos, mas a formiga também matou um monte... É formiga é difícil né... E2.1: é, não é fácil não ... (Entrevistado 2).

Procuraram a gente e nós já tínhamos, tanto eu como meu pai, na época a gente sempre olhou muito por esse lado de preservação ambiental. Então a gente resolveu aderir. Fizemos tudo que foi proposto, os técnicos propuseram a gente cercar as minas, não deixar o gado entrar e a gente fez tudo certinho. Ficamos três anos recebendo o contrato, o contrato era para três anos, nós que está lá até hoje, quinze anos depois está lá do mesmo jeito, mas foi proposto que nós receberíamos um montante pequeno até... durante três anos, foi recebido durante três anos. Depois voltaram os técnicos, será que não foi do Bolsa Verde mesmo? Não sei. Pode ser, porque no programa eles também fazem de vistoria, né? Aí voltaram, propuseram novamente, já pra cercar a mata, preservar uma área maior. Lógico que é do nosso interesse também. Nós tínhamos, temos várias minas de água na propriedade. Nessa primeira etapa foram cercadas, acho que três. Depois nós cercamos toda a área, todas as minas. Então, preservou, florestou, reflorestou. E foi proposto pra gente um contrato financeiro pra gente receber durante cinco anos (Entrevistado 4).

Só que para a gente foi bom também, sem dúvida que foi, porque foi uma iniciativa nova, que não tem... Se a gente for pensar, todas as pessoas da zona rural não têm apoio nenhum de governo, sabe? É muito distante da gente. Na realidade, até eu falo, eu tenho um sítio, hoje eu tenho um sítio, eu falo que quando para um carro na porteira da propriedade da gente da cidade você pode ter certeza, que é para tirar alguma coisa, para ajudar em nada. A gente tem, por exemplo, a Emater, se não tem apoio nenhum da Emater, ela apoia os grandes usos. Embora a nossa região muito pequena, pobre, são de, na verdade, pequenas propriedades, eles dão assistência só para os maiores, os pequenos mesmo não tem assistência de nada. E a Amanhãgua na parte da Amanhãgua, eu fiz o projeto do Bolsa Verde. Foi uma iniciativa boa (Entrevistado 6).

Pra preservar, né? Pra, pra... porque também a gente ganhou bastante arame de cerca, a gente ganhou bastante moirão e era uma área que eu tava começando, que eu tinha comprado e não tinha muito dinheiro e eu já tinha intenção de preservar. A minha área é bem grande. Então eu quis entrar no programa, foi isso, pra preservar, pra manter algumas áreas eu já não tinha intenção de ter gado. Sim, foi basicamente para preservar. Como eu não tinha intenção de fazer outra coisa, eu já queria preservar, e eu falei, então eu vou entrar no programa por causa disso. (Entrevistado 7)

Pô, eu quis participar porque a gente tem o terreno, nós paga o imposto da terra. E não tem... essa capoeira não tem... se eles não pagar pra mim, eu tô perdendo. Entendi. É a mesma coisa, se eu pago o imposto de uma coisa, se eu não aproveitar. Aham. É uai, eu, eu precisando de dinheiro pra... pra... a labuta da roça é difícil. Sim. Vai lá vê pra senhora vê. Eu, é difícil, pra lá eu só vendo, põe gado. Não dá pra comer, não dá pra manter a casa. Tá certo. E aí, então, o motivo principal que o senhor participou foi pra ter uma ajuda, né? É, pra ter uma ajuda financeira. Apesar de você ter a capoeira, não pode mexer, que a gente mesmo tem que preservar a capoeira. Então, pra lá parar, o senhor não vai ganhar nada. Então, você tem que ter um... Eles dão ajuda, vem lá pra cá, lá que é o estrangeiro, agora tá cuidando muito. Ah. Mandou muita grana boa aí, não sei se vai enviar na minha. Voltou a ter um apoio financeiro. Voltou a ter um apoio financeiro, então esse dinheiro vai ter que vir pra nós. Tá. Pra ajudar. Porque tem capoeira, porque lá é herança, é antigo. É, mas tem que trabalhar um pouco aqui porque lá não pode mexer, não pode vender, não vendo, num corto, não faço nada, deixa lá então eles tem que mandar verba ali e não dá é isso que a gente quer e manter pra manter a capoeira em pé. (Entrevistado 9).

Ah eu participei porque era uma renda a mais, né? Veio a preposta, claro, né? Aproveita, né? (Entrevistado 15).

I: É que aí entrava dinheiro, né? Risos... (Entrevistado 16).

Entendi. E aí na época por que o senhor quis participar principalmente assim? Eu quis participar porque eu gostaria de preservar também as nascentes também, entendeu? Entendi. Aí eu interessei pelo... Então o senhor sentiu... Era um negócio bom. (Entrevistado 18).

5 ANÁLISE DE RESULTADOS

5.1 Análise da Percepção sobre os Aspectos ambientais

Entre os objetivos específicos da pesquisa está compreender a percepção dos (as) beneficiários (as) do BV cadastrados (as) entrevistados (as), em 2023, em algumas cidades da região Sul de MG quanto aos impactos socioambientais do BV. A partir desse objetivo, seis perguntas foram realizadas aos (às) beneficiários (as) entrevistados (as) que se relacionam ao aspecto ambiental do programa, na tentativa de entender a percepção que esses (as) beneficiários (as) tinham, em relação a se e como o programa ajudou-os (as) a compreender melhor a temática ambiental. Ou seja, se e como o programa contribuiu, para que essas pessoas tivessem alguma mudança de comportamento, quanto à conservação/recuperação ambiental, como era a situação das matas de sua propriedade, dos cursos d'água ou nascentes, se há avistamento de fauna, assim como buscar uma reflexão sobre essas situações, antes e após o programa, justamente na tentativa de identificar se houve alteração em sua percepção nesse sentido. E assim se havia a percepção de diferenças na paisagem natural da propriedade, após participar do programa, por exemplo, na quantidade e qualidade de água, na estatura e cobertura das matas, na qualidade do solo quanto à erosão, ou até mesmo na recomposição de biodiversidade. Se perceberam também alguma mudança na compreensão das questões ambientais, por exemplo, se passaram a ser preocupar com a realização de cercamentos de áreas com vegetação nativa, para impedir a entrada de gado, com a construção de bebedouros para animais, para que não houvesse pisoteamento dos cursos de água, com a construção de barraginhas, para que não houvesse muita força das águas da chuva carreando sedimentos para dentro dos cursos de água, se passaram a fazer tratamento de seus efluentes de alguma forma, se passaram a usar biodigestores e, por fim, se passaram a se preocupar com a destinação de seus resíduos orgânicos e recicláveis. Também se questionou se o imóvel Rural é regularizado ambientalmente e se já era antes do Programa, se realizaram sua inscrição no CAR, se possuem sua reserva legal averbada. Além disso, buscou-se compreender se todas essas ações impactaram de alguma forma na percepção da redução dos impactos de eventos climáticos extremos (como secas, inundações, geadas, etc.) em suas propriedades. E, por fim, se, ao terem participado do programa, tinham a percepção se estavam contribuindo positivamente para a preservação ou conservação da natureza.

Ao realizar as entrevistas, a percepção que se teve é que as pessoas entrevistadas parecem já serem envolvidas com a questão ambiental há bastante tempo, muito antes de o

programa existir, e a hipótese é que vários fatores podem ter contribuído com esse perfil, como a própria geografia do local, que atrai bastantes turistas por causa da exuberância de seus recursos naturais, com muitas áreas de vegetação nativa ainda preservadas, muitas cachoeiras, etc. A existência de uma OSCIP que teve um trabalho ambiental muito forte na região, que inclusive foi muito citada pelas pessoas entrevistadas e que, por isso, buscou-se realizar entrevistas também com ex-funcionários que foram indicados pelos (as) entrevistados (as). O fato do próprio articulador da região (que auxiliou no contato com os (as) entrevistados (as)) ter fundado uma associação, para fins ambientais na região e, por isso, muito provavelmente, as pessoas indicadas, para realizar as entrevistas, por serem do convívio próximo se identifiquem com os mesmos ideais.

Percebe-se então uma aparente preocupação ambiental anterior ao programa, pois as pessoas que já teriam essa preocupação parecem ter sido mais propensas a procurar esse tipo de programa: “Talvez, do longo da minha vida, também da formação, sabe? Isso influencia muito também o ciclo de amizade que a gente tem, né? Porque a gente é fruto do meio, né?” (Entrevistado 6).

Quanto à percepção de mudança de comportamento quanto à conservação/recuperação ambiental (condicionalidade), porque preserva as matas, etc., os entrevistados responderam que já tinham uma preocupação ambiental anterior à participação do programa. Nesse sentido, vale ressaltar que a maioria, quinze dos entrevistados, participaram de vários programas ambientais anteriores ao Bolsa Verde, como, por exemplo, programas próprios da OSCIP que atuou na área, programas do governo em parceria com essa OSCIP, como o Promata I e Promata II e, posteriormente, foram inscritos no programa Bolsa Verde. Então pelo que pode ser depreendido das entrevistas, principalmente com a ex-funcionária dessa OSCIP, é que foi sendo desenvolvido na comunidade essa noção, em relação às questões ambientais para algumas pessoas e sendo fortalecida em outras pessoas que já sentiam essa preocupação e um envolvimento com ações ambientais, inclusive políticas. Um exemplo é a própria criação de associação de cunho ambiental, por parte de alguns entrevistados, a criação de uma RPPN voltada para educação ambiental por outro entrevistado, entre outras ações.

Veio a ideia de transformar em RPPN, eu protegeria a propriedade e continuaria com meus propósitos e princípios, de trabalho socioambiental. Agora eu fiz um acordo com o departamento de ciências florestais, plantei 8.000 árvores que estão lindíssimas, maravilhosas, é, a ideia é levar pessoas lá, principalmente crianças, fazer uma escola (...) a ideia era passando essas mensagens para as crianças. (entrevistado1); Então, o meu pai mudou, ele até falava isso (...) comprou só áreas de preservação. Pra evitar que estava vindo uma leva de gente aqui de fora, alguns com o intuito de pelo menos, segurar. (...) Então nós conseguimos. Aí teve um negócio da lei do Sarney, que foi

dar projeto APA Mantiqueira. Foi nós que corremos atrás disso. (...) eu tinha gente em Brasília, nós é que fizemos o pedido, pelo amor de Deus, pra poder criar a área, a reserva. (...) A proteção ambiental, a APA, a APA da Mantiqueira. Então isso aí foi pra nós um alívio. Quem me orientava muito sobre essa parte da ecologia é que a minha família sempre teve uma tendência forte aqui em Baependi. Sabe, a nossa família, nós fomos até pioneiro. Então a gente fazia sem medo, sem ter uma formação coisa, você tem uma ideia, eu com o grupo de primos, e amigos nós fizemos, botamos 17 placas educativas. A única coisa que a prefeitura fez foi prestar uma caminhonete pra gente poder... Nós fizemos tudo isso com placas educativas nas beiras das cachoeiras. Até quando eu comprei meu terreno, eu ampliei o meu terreno, tem uma ideia, por 20% natural de preservação que tem que ter, né, como é que chama, reserva... Sim, reserva legal. Só que o meu é 80% de preservação e 20% de uso. (Entrevistado 10).

Quanto à visão de como percebem a situação das matas, dos cursos d'água ou nascentes e se há avistamento de fauna, antes e após participar do programa, todos os entrevistados relatam a preservação das áreas de vegetação nativa até os dias atuais, mesmo que alguns já tenham tido o contrato encerrado e com os pagamentos finalizados e relatam adensamento dessas áreas, bem como avistamento de fauna. Mas em relação à essa última questão, os entrevistados ora não percebem alteração, pois alguns relatam que sempre foi possível avistar fauna na região, ora relatam aumento e atribuem ao aumento da preservação, mas outros relatam aumento desse avistamento mas atribuem ao aumento da depredação do entorno, com maior escassez de áreas naturais e consequente redução das possibilidades desses animais se alimentarem. Segundo a percepção desses entrevistados, estaria “empurrando” esses animais para mais próximos do convívio humano, tendo havido até relato por parte de um entrevistado de ataque a animais de criação de sua fazenda.

Na verdade, quando passou aquele fogo que eu te falei, na brota eu levei os animais pra lá, né duas éguas e a onça passou lá e comeu uma potra de um ano e meio. (Entrevistado 5). Tem pássaros, tucano, a praga de Maritaca, aparece muito a Siriema, um monte de passarinhos, isso aí aparece muito. Mas isso também sempre teve? Sempre teve, mas isso aí não... Não tem alteração também? Nem sentiu também que reduziu? Não, alteração tem porque falta comida, né? Então, a Siriema hoje em dia chega pertinho da gente. Ah, e antes não? Não, antes era, era mais arisco, né? Era. (Entrevistado 3). Sim, tem. Inclusive a gente vê um aumento da fauna florestal. Antes a gente não via tucanos, não só via tucano em zoológico. Hoje a gente vê os tucanos na árvore, capivara. Capivara é uma praga, você mata, mata, mata, caça, caça, caça, cada vez mais. Então onça, na minha região tem onça. É mesmo? É. Lobo. Antes a gente não via isso. Via eventualmente. Agora a gente vê veado. Eu nunca imaginei que eu ia ver um veado. É, porque é difícil. É difícil. Tem um tamaninho, uma gracinha. Então aumentou, sim. Muito em função dessas preservações também. É isso que eu ia te perguntar, você acha que tem algum coisa a ver? Tem, tem, certamente que tem. (Entrevistado 4).

Por fim, quanto ao avistamento de fauna, as espécies de animais citadas pelos entrevistados foram as mais diversas: pássaros, aves, canário, raposa, lobo guará, guaxinim, macaco, macaquinhos, macaco Sauá, tucano, seriema, maritacas, peixes, lontra, onça, cobras em geral e especificamente a cascavel, capivara, porco do mato, javali, veado, suçuarana, jacu, papagaio do peito roxo, jaguatirica, saracura, macaco bugio, quati, paca, miquinho, sagui, tamanduá, gavião.

Eu fiz um levantamento com ornitólogo lá e ele falou eu que tenho mais de 40 espécies de pássaros, e sendo que dois deles com ameaça de em extinção, 40 espécies diferentes de pássaros, a quantidade de pequenos animais lá com a mata é uma coisa lindíssima. (Entrevistado 1); Até o papagaio de peito-roxo que deu origem ao parque, já tem gente avistando ele por lá. Eu ainda não tive esse prazer, mas já tem gente avistando ele por lá. (Entrevistado 7).

Vários entrevistados citaram também o problema de espécies invasoras, sobretudo, o javali, que foi muito citado como um problema ambiental atualmente na região.

E12.2: Sim, são áreas com muito, voltou demais. Agora está parecendo o Javali, né? Ah, o pessoal também já comentou isso com a gente. E12.2: Ó, esse não principalmente perto das nascentes. Eu acho que, sinceramente, eu acho que no estado do Paraguai, acho que é uma vez que eles fizeram até a caça dele.: Aqui ó, tem uma... indo pra Aiuroca, ó. Não sei se vocês perceberem, tem uma nascente do lado esquerdo. Passando do trevo de Cruzília. A nascente, ó, uma água, o pessoal que tudo da cidade, pega água lá. É, e os javalis estão destruindo as nascentes nesse... (Entrevistado 12). E16.2: E agora, infelizmente, até o porco do mato tá mexendo muito. (Entrevistado 16). Não, Bichos, pássaro, ave... Isso tem... Isso tem até hoje, tem. Agora, pra começar, até javali tem lá agora. (Entrevistado 19).

Alguns dos programas ambientais que os entrevistados participaram anteriormente doaram materiais de cercamento como arame, mourão e, por isso, vários citaram que possuem suas nascentes cercadas. Pode-se depreender das entrevistas que, mesmo com a alegada consciência ambiental anterior aos projetos, não teriam tido a condição de realizar esses cercamentos sem o auxílio recebido de doação de material.

Tem, tem nascentes, tem dois açudes. E aí usou o recurso pra cercar? Usei pra cercar. Reserva legal, também foi cercado? Tem. E aí cercou por causa desses projetos? Foi o projeto que eu recebi a doação disso, né? (Entrevistado 3). Eu ia perguntar se o seu lá tem água lá? Tem água fechada, a Amanhágua que fechou pra mim na época. É nascente? Nascente. Aí foi a Amanhágua. Eles que fizeram a 'fechagem'. É, me 'dero' arame, mourão e 'fechagem'. Entendi. Aí eu protejo a água na casa. E aí protegeu mesmo? Protegeu mesmo. Assim, sente que não seca? Não aí virou até mato, capoeira, que causa que ficou fechada. Aí mantém a água lá de casa. E a questão das árvores, assim, achou que aumentou a quantidade? Aumentou, porque aí lá tem várias capoeiras, não tem só a minha, pessoal, os vizinhos, o que 'divede' comigo lá na outra parte é capoeira também, aí 'es' compraram o terreno, tem a capoeira aí, deixou pra reserva. Aí eles fizeram a reserva

legal? Ai o capoeirão pega no meu e vira lá pra torre, sai lá no rio. Entendi...Tudo capoeira ai 'feza' tipo um corredor é isso? (Entrevistado 9). Essa parte aqui, então, o meu todo aqui, o meu vem até aqui em cima e pega a parte de, até pro lado de cá. Isso tudo aqui já cresceu. Aqui tá vendo? Aqui tinha gado, aquela coisa toda, então não, eu deixei, depois até do Bolsa verde de tudo, dessas coisas todas eu já ia fazer a mesma por minha conta eu deixei crescer tudo aqui, tá tudo fechado aí ó ah. (Entrevistado 10). Ah, lá em cima, no programa, não sei.... Ah, eu acho que quase três hectares de fechada. Tinha? Tem, tem mato até hoje lá ué. E sentiu que depois que participou do programa, encheu mais e ficou mais árvore? Ou está a mesma coisa? Ah, está a mesma coisa. Mesma coisa? O mato é o mato. Eu não... Só suja mais um pouco, mais um pouco. Esse está lá ainda. (Entrevistado 19).

Quanto à percepção da (s) principal (ais) diferença (s), na paisagem natural da propriedade, após participar do Programa, por exemplo, quantidade e qualidade de água, estatura e cobertura das matas, qualidade do solo quanto à erosão, recomposição de biodiversidade, os entrevistados relatam bastante adensamento das áreas de vegetação nativa e muitos atribuem à questão do cercamento. Além disso, alguns relatam também o aumento da quantidade de água, ou ao menos ter se mantido na mesma quantidade, mesmo tendo percebido agravamentos nos períodos de seca.

E12.2: Então, você percebe que ela aumentou. Até o Rio está tendo um aumento também. A área que é APP que margeia o Rio Jacu, que é toda nela, então você olha no desenho e até interessante, né? As árvores. As árvores elas cresceram. Tanto de altura, assim, também? E12.2: Isso, de altura. Porque se for analisar, de frente para a propriedade tem uma estrada que passa que vai pro bairro das Vargens e a casa. Então você não dá pra conhecer, mas ali em cima ele passa, a estrada, do outro lado. Então já as áreas cresceram bastante. E vocês sentiram também que encheu? E12.2: Encheu. (Entrevistado 12).

E2.1: Pô, tanto é que minhas nascentes não secaram, né? Eu tinha ano que secava. Isso aí, eu tenho certeza que foi as mata. Sim. Como é que fala? Isolar as mata de animal, entrar, beber água, essas coisas. Isso aí eu acho que ajuda, porque onde o animal pisa ali, ele vai piorando. Vai acabando com as minas. (Entrevistado 2).

E aí eu queria te perguntar também da questão que você falou da qualidade da água, da quantidade, que você atribui um pouco a esse cercamento que melhorou. Sim, sim. (Entrevistado 4).

E aí lá na sua área que foi cadastrada no programa, sentiu também alguma diferença? Você falou que parece que teve uma área que regenerou, uma área que você falou que foi regenerada, sentiu também que teve uma mudança nessa parte da cobertura florestal, depois do programa ou não? Essa questão de ter cercado, por exemplo. Tem, inclusive você consegue ver no Google Earth. Na minha propriedade tem uma área que foi regenerada, se pegar da década de 90 e misto da década de 90 pra cá, você vê isso. Esse da década de 80, a questão é que em que lugar essas imagens do Google Earth já estavam regeneradas, né? E eu identifiquei a imagem. Mas eu tenho fotografia da área, eu vou botar tudo em uma foto só, até que seja localizada. (Entrevistado 5).

Cresceu, a capoeira voltou. (...) tá regenerando uma área que era pasto (...) tem um pedaço desse terreno meu que é também que a mata regenerou, regenerou bom deixar isso daí, porque daí vai fazer um corredor pros bichos irem no rio, daí é dar certo no rio. Inclusive esse lugar no rio é muito bonito. (Entrevistado 6).

O que eu sinto só que a capoeira tá em pé... Mesmo assim né? Sem cercar...É. tá lá. (Entrevistado 9).

Aumentou a quantidade de árvores? Ah aumentou muito. Aumentou mato, candeia nova, aumentou muito, se precisa de ver, aumentou. Lá na serra cercada tem. Lá tem uma água coisa mais linda do mundo. Ela desce num bairro que chama fonte de cima, água gelada, mas você precisa de ver. Tem um lugar lá, perto da bolsa verde, onde eu pus, você olha e escuta o barulho dela. Sai de dentro de uma toca, ela sai dessa grossura d'água. É água potável. Eu tenho três nascentes nela, nascente, é uma coisa chique. É água mesmo, que dá uma 'torneirada', um cano assim, ó, quando tem o 'corgo' que passa água, pode parar de chover ela não mingua. Muito boa a água potável. E depois que cercou, você achou que ela aumentou também ou não? Não, ela 'manteu' a mesma coisa. Agora que choveu muito esse ano, que estava muito chuva, né? Esse ano choveu muito, ela aumentou. Aumentou bem mesmo. (Entrevistado 15).

E vocês sentiram assim, depois que cercou e que pôs no programa, que a mata encheu mais assim ou ficou a mesma? I e E16.2: Ah, não, criou. E16.1: Nossa, até pra você andar, não tem jeito de andar mais. De primeiro, andava tudo lá no meio do mato, tinha trilha, tinha tudo. O gado andava. Agora tampou tudo. E16.2: lá a gente sempre notou que a água assim, no tempo da seca, ela diminuiu um pouquinho, pouquinho coisa, entendeu? Mas assim, depois que começou a preservar lá, tipo uma esponja, o mato, né? E16.1: em qualquer lugar que deixou o mato, começou a chover e aumenta a água. Aqui atrás mesmo tem um nascente aqui dobrando aqui. E16.2: E a qualidade da água também melhorou. Porque abaixo dessa nascente lá, o pessoal capta a água, sabe, pra uso. Aí a água chega mais filtrada, ali chove pra caramba nas restingas do mato, e fica meio que filtrada mesmo. Dos cursos d'água. Só que a água da chuva mesmo, né. (Entrevistados 16).

Aí você sentiu que ao longo dessa participação desse programa assim ela mudou? Ela teve mais mata? Mata? Teve. ela está lá. A última vez que eu fui lá, deve ter uns 4 anos ou 5, era tudo mato. Tudo alto, bem alto. (Entrevistado 17).

Alguns entrevistados chamaram atenção para a preservação quanto à beleza cênica:

Ah, é bonito. E lá tem uma vista, menina do céu ó. Lá você enxerga esse mundão tudo. (Entrevistado 15).

E16.2: de paisagismo, né? Até de questão turística também, né? É uma paisagem muito bonita, muito alta. (Entrevistado 16).

É lindo, é lindo. É maravilhoso. Tem umas árvores antiguíssimas. A última vez que eu fui, ou a penúltima, tinha tanta orquídea daquela vermelhinha, gente. (Entrevistado 17).

Mas alguns entrevistados relataram redução no volume de água, principalmente nos períodos prolongados de seca; atribuem, em sua maioria, às mudanças climáticas e à depredação do entorno de suas áreas.

E12.2: Tem. Ah, é. Inclusive, você tem ideia, a área que era a sede da minha mãe, a água nascia em um local alto assim, eu não sei quando aconteceu, mas o lençol freático acho que abaixou, não sei o que aconteceu se foi formigueiro, aí ela começou a nascer bem embaixo. MInclusive está abaixo do meu chalé. O chalé está aqui. Agora aqui embaixo. Eu vou ter que bombear ela para chegar lá. (Entrevistados12).

Se vê esse calorzão aí, como é que está. Lá quase secou em 2000 e... Aquela seca que deu 2 mil e... 2014, né? É. 10. É, 2010. A água ficou um fininho assim. Mas agora voltou? Voltou. (Entrevistado 18).

Já a percepção de mudança na compreensão das questões ambientais, apesar da maioria dos entrevistados terem citado uma profunda relação com a questão ambiental, poucos citaram ações práticas relacionadas a essa mudança em adotar práticas menos nocivas, como, por exemplo, a realização de cercamentos, a construção de bebedouros para animais, de barraginhas, o tratamento de efluentes/ biodigestores e a correta destinação de resíduos orgânicos e recicláveis. Muitos deram a impressão de que, por questões financeiras, não teriam como colocar essas ações em prática e alguns que as colocaram citaram ajuda financeira de programas ambientais. Principalmente, quanto à própria questão do cercamento de nascentes ou áreas de vegetação nativa, pôde-se depreender que a maioria dos (as) entrevistados (as) somente realizaram essas ações, quando tiveram ajuda financeira de algum programa, como doação de arame e mourão. Já a questão da construção de bebedouros para animais, a maioria dos (as) entrevistados (as) que responderam tinham essa preocupação, alegaram terem realizado com recursos próprios. Por fim, o tratamento dos efluentes e a correta destinação de resíduos orgânicos e recicláveis parece ser a realidade da minoria e, no geral, parece ter uma relação com o nível de escolaridade e nível social. Quanto maior, maior essa preocupação, mas, não necessariamente, pois também existem exceções a essas regras, não sendo possível afirmar essa correlação, pois não foi foco da pesquisa. Muitos entrevistados relataram não ter a fossa séptica ou coleta de esgoto. Mas alguns mostraram preocupação com lixo descartado, em local inapropriado e relatam que é usual pessoas “de fora” que vêm passear na região o façam.

Eu faço biofertilizante e biopesticida. Não tenho biodigestor lá. Eu faço biofertilizante e biopesticida, juntamente com a compostagem... Ah eu tenho fossa séptica... né, os dejetos humanos eu tenho fossa séptica. E a questão do lixo? Eu não gero lixo, porque tudo é transformado, agora, assim eu uso na compostagem, por exemplo, o resíduo vegetal, todo o resíduo vegetal é compostado... agora e o lixo tradicional? Tipo assim, uma embalagem, não tem produto químico lá, insumo agroquímico, né, mas eventualmente, um saquinho plástico, eu trago tudo aqui pra, eu faço parte do programa de reciclagem, eu trago tudo que não puder ser aproveitado lá, eu venho na minha caminhonete para a unidade de reciclagem, tudo, então é.., alguém

lá aparece comendo Danoninho, então tem embalaginha, aí fica assim, ah, onde vai jogar? Eu falo me dá, tum.. ponho lá... (Entrevistado 1).

Lá tem gado, né? E2.1: É tem. Aí, normalmente eles têm construção de bebedouro pra eles? Ou eles bebem lá no rio mesmo? E2.1: Não, eles bebem normalmente em caixa d'água. Caixa d'água? E2.1: É. Normalmente Caixa d'água, eles não bebem no rio, não. E lá... E2.1: e as minhas nascentes também não são grandes, entendeu? Então se deixar entrar ali, acaba. Entendi. E2.2: as nascentes são cercadas. E2.1: Então, a maioria é dentro de bebedor de, de, de concreto ou de... desse trem plástico aí, né?" E aí lá, em relação à sede ou aos funcionários, como que é os resíduos lá, por exemplo? Tem fossa séptica? E2.1: Não tem. É, fossa... E2.2: tem uma falha, uma falha grande. E1.2: Não tem não. Joga na represa. E2.2: Essa aí é uma falha que eu já estou falando faz tempo. Agora não vai arrumar mais, porque agora nem lá nós estamos. E a questão do lixo também? E2.1: O lixo normalmente eu trago para a cidade. Tem que ir lá no lixo da cidade, no lixão. E2.2: É, o que dá para os bichos criarem, né? A gente deixa e... o restante a gente traz tudo, inclusive ontem nós levamos. A gente leva lá no lixão. E2.1: depois o reciclado. E o reciclado eu entrego para o cara que coleta aqui. (Entrevistados 2).

E aí, com a questão do programa, você percebeu que teve alguma alteração na sua forma de ver essas questões de conservação? Não, porque eu sempre fui adepto à conservação. Eu tinha um percentual de reserva, hoje em dia é três vezes mais. O próprio eucalipto que eu plantei, eu tinha autorização para cortar, mas eu não corto. Comprei um mourão de eucalipto, tratado, e não corto e eu não corto o meu. Então, eu não corto. Sou radicalmente contra, eu não corto. É, mas já era uma coisa que já tinha né? É já tinha. Não tem nada a ver... O programa nisso não contribuiu. (Entrevistado 3).

O lixo é coletado pela prefeitura uma vez na semana. Então todo o lixo a gente acondiciona em sacos plásticos, chega toda terça-feira ou segunda o lixeiro passa recolhendo. Aí a gente bota pra fora, o lixeiro traz e vai pra reciclagem aqui, pro devido fim. O lixo orgânico a gente trata lá mesmo, a gente não manda. E a questão também de esgoto, assim, vocês têm fossa? Não, é igual aqui na cidade. Aqui todo o esgoto vai para o Rio. Lá é uma comunidade. Então cai tudo no Rio também. Também. Nesse momento. Não muda nada, totalmente fora do... Mas todas as cidades... Ainda está caminhando, né? Nesse sentido. Eu acho que 70% da população do Brasil joga no rio. Não tem nenhuma política pública de... Deixa eu te perguntar a questão dos animais, porque você falou que tem gado, né? Sim. Vocês têm local para eles beberem, eles bebem direto do rio? Como que funciona? Com bebedouro. Com bebedouro. É, com o bebedouro e as caixas com boia, né? Pra não haver... a água não corre, assim, a céu aberto. Não há desperdício, né? Então, põe a boia, travou a caixa, ela enche à medida que vai usando. (Entrevistado 4).

E lá, até com essa construção que você fez depois, como que funciona pra você a questão de saneamento, esgoto? Eu faço fossa. Séptica? É, eu faço fossa séptica lá. Agora, meus vizinhos nativos, não. Não, né. Nossa é triste, a gente vai nadar no rio, lá perto de casa, tem um rio gostosinho, tem até uma quedinha d'água. Um lugar bem legal. Nossa, que tristeza. Minha vizinha estava com criança pequena, fralda era aos montes. Aos montes. Lá também é bem afastado, você falou, não tem coleta também de lixo? Não, não tem nada. O costume do pessoal lá é enterrar lixo, você sabe, assim, queimar, o que faz? Queimar e esgoto pro rio. E esgoto pro rio, infelizmente. É caro, e

eles precisariam de recurso. Como que você chega e fala, por exemplo, numa fossa, se ele mal tem jeito de comer? (Entrevistado 7).

A prefeitura busca lixo lá? Como que funciona? Não. Não, ali onde que eu moro na área lá não costuma buscar não. Não, como que funciona a parte de esgoto, de água, de chuveiro? Ah, de chuveiro tem a fossa né? E essa fossa vocês que fizeram? É, a fossa a gente que faz o buraco. A caída. Encheu tem que... Entendi. Mas é fossa negra, assim, normal? Normal. Não pode ser perto de córrego né, pra não atingir a água. Entendi. Mas também nunca teve apoio assim, pra fazer? É sempre que vocês fizeram, né? É, 'nóis' que 'fizemo', não teve apoio pra fazer não. (Entrevistado 8).

Mas qual é o hábito de vocês assim com questão do lixo? Lá do nosso lado eles não tem pegado não (...) Mas aí o senhor faz como com o lixo da sua casa? (...) Queima, queima. Mais queimado mesmo. Porque esse lugar que não há químicos. E restos de comida, isso não dá para criação? Tem, tem gato, tem cachorro, agora também tem uma leitosa lá. Na roça é bom de... E como que vocês fazem com o esgoto da casa? O esgoto é a mesma, tem um cano e a gente sai. E vai? O Certo era fazer fossa, mas a fossa é muito perigosa. Dá aqueles mosquitos que mordem a gente, aí começa a doer muito. Aqueles que é que se chama, a fossa chama muito mosquito. (Entrevistado 9).

Fiz fossa séptica. Agora, a única zebra. A casa minha foi feita ilegal. Ela já estava lá quando eu comprei. Ah tá. De uma distância da beira do Rio. Que não poderia. E fiz a fossa na posição da casa pra baixo, porque não tinha jeito. Não tinha espaço pra um ou outro. Aí eu fiz a fossa com sumidouro com tudo, sabe? Tem a caixa da 'divididura', tem a... a... como que fala? A decantação e tem o sumidouro. E tudo você fez por sua conta também, não usou o valor do programa pra isso? Não, não porque isso aí eu já tinha feito. (Entrevistado 10).

Lá tem esgoto na casa? Você sabe dizer se tem tratamento, é fossa, o esgoto é... E12.2: Então, a gente faz aquele sistema de banana. As bananeiras? R: Isso, a gente viu no YouTube, E aí eu vamos fazer isso. Porque a área é fechada, e a gente até mexe com gado, mas o gado não entra na nascente. (Entrevistado 12).

E16.2: a área já tava fechado, né, já tava preservado lá, né. Independente ou não, se tem recurso, a gente sempre é preza pelo cuidado, né. E16.1: Sempre a gente já tem desde criança, da época do pai da gente, né? Então, de deixar mato, árvore. Tanto que as terras, a minha aqui, por exemplo, aqui, é árvore pra todo lado, né? Ali tem um campo, ali era campo. Tá vendo em cima ali, ó? Quando eu vim pra cá, isso queimava tudo. Eu larguei mão de queimar e agora, uma árvore em pé. (Entrevistado 16).

Uma questão apontada por um dos entrevistados foi alguns conflitos que passaram a surgir com a expansão da fronteira urbana, que agora está bem próxima da área rural.

Agora com a expansão estou na fronteira com a zona urbana, estão estou tendo problemas com lenhadores, caçadores, é... eu sou conhecido lá como o encrenqueiro, porque quando eu expulso um lenhador, eu expulso um caçador, a pessoa acha que eu sou um encrenqueiro. Inclusive eu tenho lá o macaco Sauá, que é um macaco grande, que eu morro de dó, porque ele é muito caçado, porque a carne dele é comestível. (Entrevistado 1).

Alguns entrevistados estão envolvidos com ações que vão além dessas medidas individuais, mostrando realmente um grande envolvimento com a questão ambiental, como participação em programas de educação ambiental e envolvimento com a criação de associação de cunho ambiental.

Esses dias eu tava produzindo lá carvão, biocarvão, porque eu tenho um projeto na África, e eu tô ensinando a produzir biocarvão sem derrubar uma árvore, só com restos vegetais, então aqueles restos vegetais que normalmente são desprezados, aqui ó... (Entrevistado 1).

Quanto ao imóvel Rural ser regularizado ambientalmente e se já era antes do Programa BV, não foi possível estabelecer uma relação exata, pois alguns (algumas) entrevistados (as) já tinham, por exemplo, a reserva legal averbada, antes de aderirem ao programa, outros fizeram com auxílio da OSCIP Amanhãgua, quando participaram de alguns programas intermediados por eles e outros não chegaram a fazer. É importante lembrar também que o Cadastro Ambiental Rural – CAR, plataforma que começou a ser utilizada para acompanhamento dessa regularização ambiental, por parte do Governo Federal, em parceria com os governos dos estados, somente foi lançado posteriormente e, na época de inscrição no Programa Bolsa Verde, ainda não era utilizado.

Tinha uns negócio de ir no cartório de fazer, reconhecer, não sei o que, que coisa chata... Deve ser fazer a averbação da reserva... Isso averbação. Perda de tempo, demora, é... eu fiz isso tudo, agora se tiver isso de novo, hoje não faço mais não, negocio de cartório ter que pegar senha... (Entrevistado 1).

E2.2: mas o que ela quer saber é se estão dentro, se aquela mata é a reserva legal, mas é né, só tem ela... E2.1: só tem ela, entendeu, dá uns 15 hectares mais ou menos, que fez esse mapa com o CAR. Ah sim, a fazenda é regularizada ambientalmente? Tem reserva legal averbada? E2.1: Não. Ah mas tem uma área de reserva e tá no CAR? E2.1: tá no CAR, entendeu. (Entrevistados 2).

E nessa propriedade também tem reserva legal? Tem. E ela entrou também? Você lembra? A reserva legal não entrou, mas ela era na época obrigatória, a partir de uma quantidade de hectares, de um certo módulo, né? Ela era obrigatória. Eu tenho a minha reserva legal averbada, mas eu acho que ela não fez parte desse programa. Mas se eu já tinha essa... então já... essa propriedade é regularizada ambientalmente? Regularizada. E já era antes do programa? Já. Já era antes? Tá. É só pra gente entender também se o programa teve alguma influência nisso ou se já... Não, não teve nenhuma influência. (Entrevistado 4).

Não, não era reserva legal. Eu nunca fiz reserva legal. (Entrevistado 8).

E esse terreno do senhor tem reserva legal que o senhor falou nele? Tem reserva já registrada que é os 10%. No cartório? Averbada, né? Averbada. E o senhor fez CAR também? Tem, eu tenho CAR. (Entrevistado 9).

E outra também, as pessoas naquela época começou a ser cobradas as reservas ambientais, né? Ah, sim. A porcentagem de reserva ambiental.

Vocês também ajudavam nessa parte de regularizar? (A OSCIP Amanhãgua)
 Sim, inclusive o Promata, podia ser incluído a reserva, os 20% da propriedade que tinha que ser. Entendi, aí vocês também orientavam e ajudavam o pessoal? E hoje são reservas, né, fazem parte dos 20% das reservas que as pessoas tiveram que fazer em seus terrenos, em suas propriedades. A maioria colocou. (Entrevistado 13).

Então, não se pode dizer que o programa despertou o interesse nos (as) beneficiários (as) cadastrados (as) que foram entrevistados (as) em regularizar ambientalmente suas propriedades. Parece ter sido mais relacionado à questão da obrigatoriedade legal de realizar o CAR, quando esse programa passou a ser utilizado pelos governos.

Em relação à percepção dos Impactos de eventos climáticos extremos (como secas, inundações etc), vários entrevistados deram relatos, em relação a aumento de período de seca e como essas secas têm asseverado na região, inclusive reduzindo muito a disponibilidade de água na época mais seca.

E2.2: era diferente, chuva, era mais, como que a gente fala, regular, a chuva era mais regular, mas agora acho que é pra todo mundo, o que tá acontecendo lá, tá acontecendo com todo mundo. (Entrevistado 2). A gente enfrentou um período de seca bem acentuado, o que? Uns 4 anos atrás aqui no sudeste lembra? (Entrevistado 4). A nascente que abastece a casa até secou. Que era captação por gravidade né. Eu tive que conectar uma outra nascente abaixo, em torno de 150, 200 metros de cano, fio, colocar bomba dentro. (Entrevistado 5). E12.2: Geada, seca, sim. É comum, assim? E12.2: É, seca a gente tem, a gente ficou até sem água uma vez lá, que a área é toda fechada. É, e você estava até comentando que a água tem diminuído assim na região. E12.2: Diminuído bastante. E não tem, assim, não tem compactação de animal nenhum, a área todo fechada, o animal não tem acesso a essa área. Eu acho que... eu não tô com isso. Eu aumento as temperaturas, né? Também, isso diminui. (Entrevistado 12). Se vê esse calorzão aí, como é que está. Lá quase secou em 2000 e... Aquela seca que deu 2 mil e... 2014, né? É. 10. É, 2010. A água ficou um fininho assim. Mas agora voltou? Voltou. (Entrevistado 18).

Também houve a menção a enchentes, sendo citados alguns casos de inundações, porém menos entrevistados citaram essa questão.

E2.2: não, só aquelas chuvas fortes, que uma vez levou até a ponte de entrada nossa... E2.1: mas foi uma chuva pesada, entendeu. E2.2: que lá é terreno né, mas foi uma chuva que durou um dia, depois fez de novo, não existia nem possibilidade de ter enchente lá. E2.1: tinha represa, arrebentou a represa e aí inundou e teve isso aí. (Entrevistados 2). Inundação não, porque teve uma vez uma tromba d'água, né? E a nuvem pesada encostou foi lá em casa. Lá não aconteceu nada, mas pra baixo. Lá choveu, choveu bastante, eu não estava lá. Mas pra baixo, arrastou o barco, um monte. Foi fazendo barrinho, né? Um negócio bem violento. (Entrevistado 5). No ano 2000 deu uma enchente, maior enchente que eu vi aqui. A água veio aqui, ó. Eu andei de barco aqui, ó. De barco aqui. Andei de barco aqui. Foi no ano 2000, maior enchente que já teve aqui. (Entrevistado 6). Sabe, e aquilo ali deu uma

tromba d'água uma vez que tem que ver o que que derrubou de árvore. (Entrevistado 10).

Outra questão muito levantada foi a das geadas, que, na região, também acontecem muito. Por fim, foram muito citados os incêndios.

E2.2: 2021 foi uma geada terrível, essa pra nós foi a pior de todas acabou com árvore minha, arvore frondosa... uma coisa fora do normal... (Entrevistado 2). Tem geada também. E aí, a gente é real, mas... Dá seca também, mas a capoeira é boa, porque a capoeira mantém o... Mantém o solo fresco né, não mantém o solo quente. Não mantém o solo quente, porque pode dar o calor que for que a capoeira refresca. (Entrevistado 9). Inundação não, geada eu sei que é bastante. (Entrevistado 11). O ano passado ela deu uma geada forte, está bom. Esse ano só apareceu nas baixadinhos. Apesar que o sol, a seca aí, o pasto seca, né? (...) Atrapalha bem, porque é o boi, o gado sente, né. (Entrevistado 15).

Quando questionados sobre a percepção se esses eventos climáticos extremos têm acontecido com mais frequência e intensidade, alguns dos entrevistados relatam que sim.

Sim chegou aquela seca maior que nós tivemos a água secou! Foi assim, é, a única água que tinha lá era da minha área, na hora que eu vi aquela água secando... chorei mesmo... porque aquela nascente tem, ela é centenária, eles contam, que quando tinham os escravos, no tempo da escravidão, não sei o que, aí eles iam lá buscar água, então eu fiz de tudo para conservar aquela água, mas não dependia mais de mim, né, ela secou... (Entrevistado 1).

Quando questionados a que atribuem essas mudanças, as repostas são as mais variadas, desde questões políticas, até questões das alterações do uso do solo no entorno.

Quatro anos do Bolsonaro (ex-presidente), pra mim foram terríveis, porque ele é francamente a favor de mineração, de minerador, de coisa e tal, eu passei quatro anos apagando incêndio né(...) porque foram quatro anos em que essas atividades se sentiram seguras para tentar voltar a fazer o que faziam antes (...) Agora deu uma aaah refrescada, sem político partidária tá, foi o que aconteceu, foi o fato, foi assim e agora um refrigério também, não sei até quando, mas esses são os fatos. (Entrevistado 1).

É o entorno, tá depredado, o entorno da minha RPPN é uma depredação generalizada, um... ali eu fiquei com uma ilha... (Entrevistado 1). Muitos atribuem essas mudanças à questão geral do clima: E essa questão da seca, por exemplo, percebe que tem piorado ou está a mesma coisa? O tempo tá completamente louco, né? De manhã tem uma previsão do tempo, de tarde tem outra previsão. Tem que sair pra todos os lados. Exato. Verão faz frio, inverno faz calor. (Entrevistado 3). Olha, isso não só na região, acho que nós estamos falando do outro lado, né, porque as chuvas não estão volume né... a precipitação, eu acredito que continue acontecendo... o que está acontecendo é que a impermeabilização do solo, no Brasil, em vários lugares, não tem contribuído com essas nascentes. (Entrevistado 5). O clima no geral está tendo um pouco. Bastante vezes acontece essa onda de calor que está aí. A gente sente muito. (Entrevistado 6). R: Mas é devido a alta temperatura também. (Entrevistado 12).

Mas alguns entrevistados não percebem mudanças significativas.

Ah, não, é pouco tempo que ‘gia’ lá. Só pega a geada nas beira do córrego, mas não... senão não ‘gia’ não. Mas isso percebe que vem piorando ou tá a mesma coisa também? Ah, tá a mesma coisa. (Entrevistado 19). E aumentou, assim, a quantidade de água? Ah, eu acho que manteve, né? Manteve a mesma. (Entrevistado 18).

Poucos entrevistados relatam que manter a área de vegetação nativa, pelo menos, apenas em sua área, contribui para retardar esses efeitos.

E vocês sentem que tem algum benefício essa questão de ter a mata ou você acha que não interfere em nada? Acho que não interfere, mas talvez porque eu não entendo tanto. (Entrevistado 11).

Por fim, quanto à percepção se está contribuindo positivamente para a preservação ou conservação da natureza, dezessete dos (as) entrevistados(as) demonstraram bastante afinidade com o tema ambiental e relataram ser uma constante entre amigos e familiares e reconhecem que estão contribuindo positivamente para a preservação e conservação da natureza, ao participar do programa, mas também independente disso, pois doze dos entrevistados entendem que essa participação no programa foi uma consequência de buscarem agir dessa forma, ou seja, “uma coincidência”. Mas alguns entendem que o programa aprimorou a forma como passaram a enxergar a questão ambiental e chegou a provocar mudança, tanto em relação ao interesse pelo assunto, quanto a ter acesso a informações pertinentes ao tema e, por fim, a uma mudança de comportamento, com a adoção de práticas menos nocivas à natureza, como já foi citado anteriormente. Também, em alguns trechos reproduzidos de falas dos (as) entrevistados (as), muitos alegam que cuidam das áreas de vegetação nativas independentemente do recebimento de recursos, mas todos os entrevistados vêm esse auxílio financeiro como fundamental para ajudar na preservação. Um entrevistado inclusive relatou que se sente fiscal da capoeira, que reporta as autoridades, em caso de incêndio, que fiscaliza. Na verdade, diversos (as) entrevistados citaram essa preocupação em fiscalizar, acompanhar e combater o fogo, em caso de incêndios, demonstrando realmente uma internalização de sentimento de responsabilidade pela boa conservação das áreas de vegetação nativa.

Tem a percepção se está contribuindo positivamente para a preservação ou conservação da natureza? Com certeza. Sim. Mas isso desde sempre, né? Sim... já era, eu sempre mexi com essas questões, sempre gostei muito, sempre me interessei muito por isso, e daí são questões de fórum íntimo. (Entrevistado 1).

Mas o senhor percebe que está contribuindo assim positivamente com a questão da conservação. Eu acho que sim porque... Mas desde sempre?

Sempre. não tem nada a ver... É mal de família... Ah a família toda tem ligação com a questão rural. Eu tenho tio que era paisagista. (Entrevistado 3).

Ah, entendi. Legal. E aí, o senhor percebe com essa questão do programa, que teve uma participação em preservar, em conservar essa questão ambiental? Ou, pelo que você já tinha colocado, já era uma preocupação que já tinha até antes do programa? Você fala a minha visão? É, de vocês, sim. Como que você é ligado nessas questões? Se o programa contribui de alguma forma para esse tipo de informação? Eu acho que contribui, sim. Principalmente para aquele produtor rural que não tem muito acesso à informação. De certa forma, ele foi envolvido. Então eu vejo, sim, que teve um ganho muito grande na consciência das pessoas em preservar, né. Eu acho que foi bem útil, sim. Só o governo que não colabora. Mas foi muito útil sim. (Entrevistado 4).

E você acha que essas pessoas que participaram começaram a ter esse olhar também mais, assim, pra essa questão da preservação? Sim, eu acredito que sim, tá? Eu acredito que a maioria sim. Tem vários que já tinham, já vem de uma outra mentalidade, né, uma outra cultura. Mas mesmo o pessoal da zona rural tem uma, alguns tem, a grande maioria, né, tá com essa percepção. Principalmente depois dessa crise hídrica do ano de 2014. É... E aí então, também... O que que eu ia te perguntar... Ah, você tem essa percepção assim, se está contribuindo positivamente para a preservação da natureza? Já tinha essa percepção antes, né? Mas com o programa mudou alguma coisa, sim ou não? No pessoal, pessoalmente não. Porque já tinha né, essa preocupação? Só... preocupação, né? (Entrevistado 5).

Temos que preservar a natureza, né. É importante pra todo mundo que é um... vai pousar lá em casa pra senhora ver, o ar, o banho, é o nosso bem e não tem dinheiro que pague, aqui na cidade, eu num gosto de morar na cidade, eu não gosto, eu tenho casa aqui, mas não gosto de morar aqui. Só o ar aqui já não presta, por causa da poluição, porque lá tudo estão... Eu nasci na roça, criei na roça. Nasci na mesma região. E acha que também que ajuda, quando recebe essa ajuda assim, a deixar a capoeira lá? Ajuda muito, isso aí ajuda a natureza muito. Tanto faz do meu lado lá, como do vizinho também, não pode... a gente é tipo um fiscal. Eu também trabalho como fiscal da capoeira, não deixo, não deixo pegar fogo. Se for depois de... vou lá, se liga pra lá, eu ligo pro florestal, eles são obrigado a mandar gente pra lá pra apagar se acontecer um incêndio. (Entrevistado 9).

Mas participando do programa, sentiu também que estava ajudando a preservar? Uai é uai. Aí está preservando, tá ajudando. (Entrevistado 19).

5.2 Análise das Percepções sobre os Aspectos socioeconômicos

De acordo com os objetivos específicos de compreender a percepção dos beneficiários BV cadastrados, entrevistados em 2023, em algumas cidades da região sul MG, quanto aos impactos socioeconômicos do programa, quanto aos valores financeiros recebidos como PSA, quanto ao cumprimento/descumprimento do prazo para pagamento pelo governo de MG e quanto à tendência de adesão ou não de novos programas de PSA por parte do governo de MG e de contribuir na análise e compreensão dos programas de PSA e da importância da

avaliação como instrumento de aprimoramento das políticas públicas, outras doze perguntas foram realizadas na tentativa de captar a percepção que os (as) beneficiários (as) entrevistados (as) teriam em relação ao impacto econômico do programa e quanto a uma possível avaliação que teriam sobre o programa Bolsa Verde.

Quanto à compreensão econômica do programa pelos (as) beneficiários (as) entrevistados (as), questionou-se qual a percepção teriam sobre os valores financeiros recebidos pelo programa, se sentiram que valeu a pena participar e por que, qual teria sido o impacto do benefício concedido na vida da família, se perceberam que os valores recebidos foram suficientes para manter a floresta em pé nas áreas cadastradas ou não, se possibilitou ações de conservação e como os valores recebidos pelo programa foram utilizados.

Quanto à compreensão social do programa, permitiu-se que uma avaliação fosse feita por parte dos (as) beneficiários (as) entrevistados (as), primeiramente, indagando se teriam a percepção quanto à importância da avaliação como instrumento de aprimoramento das políticas públicas. Posteriormente questionou-se a percepção, quanto ao cumprimento ou descumprimento do prazo para pagamento pelo governo do estado de MG, se de alguma forma essa questão impactaria na percepção, quanto à tendência de adesão ou não de novos programas de PSA, sobretudo, se realizados por parte do governo do estado de MG. Além disso, foi questionada qual a percepção teria, quanto às principais dificuldades de acesso ao Programa, sobre o processo de cadastro do programa, dando inclusive a possibilidade de se realizar sugestões de melhoria sobre esses processos. E, por fim, qual teria sido a percepção quanto aos principais acertos e quanto às principais falhas do Programa e se, ao realizar um balanço sobre esses aspectos positivos e negativos, ainda assim entendia que o programa havia sido efetivo ou não e por que. Para concluir, foi aberto o espaço de fala, para que os (as) beneficiários (as) entrevistados (as) pudessem falar sobre outras observações importantes, ou se havia algum comentário que julgasse ser importante comentar, ou se havia alguma outra questão importante que não foi perguntada ou se queria acrescentar qualquer outra informação.

A maioria dos aspectos negativos levantados foi relacionada à falta de informação (treze pessoas citaram esse aspecto), distanciamento dos executores/gestores do programa (citado por oito pessoas), falta e/ou dificuldade de contato para tirar dúvidas e obter informações (citado por seis pessoas), atrasos e faltas de pagamento (citado por todas as pessoas), falta de transparência na gestão do programa (muito indagado porque um beneficiário recebeu o pagamento e outro não (citado por oito pessoas), quais critérios vêm sendo utilizados para os pagamentos) e a falta de continuidade do programa (citado por seis

peessoas); “falta de aviso do pagamento, dinheiro foi recebido no banco e ficou quase três anos até eu identificar”. (Entrevistado 6).

Os principais aspectos positivos citados foram o aumento da consciência ambiental, a importância da conservação e a conexão desse fator à questão da água; “eu acho que abriu muito a cabeça das pessoas é a questão de conscientização, né? De se preocupar com o ambiente, pensar em melhoria, de preservar, de deixar uma vida melhor para as próximas gerações.” (Entrevistado 6).

Positivo foi preservação da área, porque é uma área de recarga de nascente, então ajudou a preservar a mata nativa, então melhora as nascentes e a questão financeira também que é uma contrapartida né, ‘pro’ produtor, uma contrapartida financeira que é muito boa, então assim, é bem positivo mesmo. Bem positivo. (Entrevistado 15).

Um aspecto muito levantado pelos (as) beneficiários (as) entrevistados (as) foi uma grande ênfase na importância do terceiro setor, para a mobilização e execução do programa. Quatorze pessoas citaram a OSCIP regional Amanhãgua como o principal fator que fez com que o processo de divulgação, mobilização, cadastro e acesso ao programa fossem realizados de forma simples e descomplicada. Praticamente todas as pessoas entrevistadas não tiveram dificuldades, ao realizar o cadastro e acessar as principais informações de acesso ao programa e atribuíram isso à atuação da OSCIP. Quando a ex-funcionária foi entrevistada, ela também enfatizou essa questão de facilitar tudo para os (as) produtores (as).

Eu achei que eu ia perguntar se foi difícil fazer o cadastro, mas não, não foi super fácil, porque a Amanhãgua fazia tudo. É a Amanhãgua fazia tudo. Eles só assinavam. Quando a pessoa chegava eu vim fazer o Bolsa Verde. A gente ia pegar um cafezinho. Aí a gente fazia a documentação tudo no escritório, passava pro técnico, o técnico ia pra lá, *in loco*, media, fazia tudo. (Ex-funcionária).

Outra questão bastante levantada pelos (as) beneficiários (as) entrevistados (as) foi uma grande reclamação, quanto à dificuldade enfrentada na “roça”, os altos custos, a falta de recursos, a baixa de preços (muito citada a baixa de preço do leite, café, gado e produção agrícola em geral, aspectos políticos apontados por alguns entrevistados); “Mas o que desanima um pouco pra plantar é a mão de obra, aqui não tem gente, muito difícil.” (Entrevistado 15); “O custo é mais alto do que o... É tipo assim, a minha atividade não remunera o meu trabalho.” (Entrevistado 6).

Ao final, ao questionar sobre o balanço final se consideravam que o programa havia sido efetivo, no geral, mostrou-se um grande sentimento de aprovação pelo programa apesar das dificuldades: “O Saldo é positivo!” (Entrevistado 6); “Mas no geral a avaliação é positiva,

positiva e esperamos que continue, que tenha outros projetos” (Entrevistado 15); “deu certo, foi bom”. (Entrevistado 15).

Especificamente quanto às respostas da primeira bateria de perguntas, relacionadas à percepção que teriam sobre o valor financeiro que o programa propunha, se os (as) entrevistados (as) sentiram que valeu a pena ter participado do programa sob esse aspecto financeiro e se esse benefício teve algum impacto na vida familiar. As respostas foram as mais variadas, provavelmente isso acontece por dois fatores principais: o primeiro deles que já foi levantado, no início, quando da descrição do perfil socioeconômico dos (as) entrevistados (as) que não foi possível mensurar pela alteração solicitada pelo comitê de ética, no roteiro de entrevista, em que foi retirada a informação sobre renda pessoal e familiar. É muito provável que a percepção em torno dos valores recebidos, como benefício do programa, seja totalmente diferente de acordo com essa característica, mas por essa alteração não foi possível fazer essa correlação. O segundo fator se refere ao tamanho da área que foi cadastrada no programa, pois, como o benefício era calculado por hectare, o pagamento era realizado proporcionalmente ao tamanho dessa área, ou seja, quanto maior a área cadastrada, maior seria o pagamento do benefício.

Qual a percepção dos valores financeiros recebidos pelo programa, sentiu que vale a pena participar e por que. Qual o impacto do benefício concedido na vida da sua família? Foi pouco e nem ajudou na manutenção. Olha eu só fiquei sabendo que eu recebi porque um dia eu tirei o extrato da minha conta do banco e tinha lá um crédito, eu falei que raio de crédito é esse, embora a gente usa a teoria que quando tema letra C a gente não discute, só discute se tem a letra D, risos, letra D a gente se mata lá, mas letra C eu não ia discutir, mas fiquei intrigado, daí fui procurar saber e me falaram é o crédito da bolsa verde, mas nem me avisaram, eu nem fiquei sabendo, eu ‘tava’ lá e falei que bom, mas também foi só aquela vez e... O valor era insignificante... insignificante... mas valia o lado político da coisa, nossa pelo menos o governo tá tentando reconhecer que isso aqui existe, politicamente tanto é que eu falo, olha tem uma bolsa, ‘papapa’ eu faço a propaganda... (Entrevistado 1).

Nós não recebemos nenhum, nenhum. E era um montante razoável, se você somar os 5 anos, dava o quê? 35 mil reais. E aí, a questão do... você falou, no seu caso, não recebeu. É até difícil também de perguntar um pouco dessa parte, né? Porque, assim, o valor, na época em que eles propuseram, o senhor considerou que era um valor justo, assim? Eram valores anuais, né? Era uma parcela anual. A gente cadastrou, nós fizemos acho que uns 5 cadastros, é por área, aqui preservação, aqui uma mina, aqui uma APP, então o montante todo dava em torno de 7 mil anuais, vezes 5, vezes 5, e desse nós não recebemos nem o primeiro, nem o segundo, enfim, nem um centavo, e fizemos tudo que foi proposto, tudo que foi pedido pra gente, que nós fizemos. Mas, considerou que era um valor justo, ou era baixo, ou era alto, o que achou na época? Você receber, vou falar o meu caso, você receber 7 mil reais pra você preservar uma mina dentro da sua propriedade... Que já preservaria, né? Eu achei um incentivo até. Não que não seja justo, eu acho

justo sim. Eu achei que é um incentivo para a pessoa preservar dentro da propriedade. Se eu tivesse que pagar para o governo fazer tudo bem. Eu achei justo sim. (Entrevistado 4).

Olha aí, eu achei pouco, mas... Melhor do que nada, né. Risos. (Entrevistado 5).

Ajudou muito a gente, nunca tem apoio em nada. (Entrevistado 6).

Eu achei pouco, não por mim, que eu não precisava desse dinheiro tanto assim. Mas pra muita gente que entrou no programa, eu acho que foi pouco. Parece que era duzentos, 'tô lembrando disso agora, parece que era duzentos reais por ano por hectare. Até ontem passou o de Extrema (município). Ah, o deles é da prefeitura. É o deles é 30 reais por hectare por mês. Então por ano sai 360, era quase o dobro. (Entrevistado 7).

Não, até que a gente... o 'trem' tá lá no mato, não tá vendendo com a gente. Tudo que vier é lucro, já sabe que não vai recusar. Não, isso não vai recusar, não. Tu que vier é lucro, não vai saber o que vai acontecer. Tudo que vier com a gente que tá ajudando. Então ele mantém em pé lá. É melhor do que o que é mexer. E o que vier de dinheiro, ele manda pra gente. Porque eu não vou falar nada, a gente não pode falar nada, porque tá ganhando. E a gente... Pior assim, se não ganha nada. Aí 'cê' fica sem nada. (Entrevistado 9).

Entendi. E você lembra se você achou o valor justo, ou se achou pouco, se achou muito? Risos... Pode ser sincera. Mas, pelo menos, eu acho que ele perdeu uma área bem grande. Então, eu achei que foi pouco. Achei que podia ser mais. Você pode falar a verdade, com sinceridade o que você achar. É, mas pensando bem, foi uma área proporcional ao tamanho de espaço que ele tinha. Mas eu achei que foi pouco. É, porque seria interessante ter esse valor, no caso, que vem para... Porque, tipo assim, o cercamento em volta... Agora, eu nem sei, porque faz bem tempo que eu não vou lá. Eu comecei a fazer já faz uns dois ou três anos para eu subir mesmo na área. A cerca ainda estava... Eu não sei se já cresceu o mato suficiente para não precisar cercar mais. Mas, tipo assim, para manter isso cercado seria interessante o valor, porque é uma área grande, então... (Entrevistado 11).

E12.2: Ah, pela responsabilidade da gente, né, que a gente assinou um termo, né, de responsabilidade, eu achei pouco. E12.1: também achei pouco. Porque a gente é... É uma responsabilidade, sabe? E12.2: é uma responsabilidade, porque a gente é em frente da Serra da Careta, a área é toda praticamente de mata. Isso aí a gente sempre tem que estar de olho. Toda vez a gente pode acontecer de pegar algum fogo, de ter que fazer o BO, né. É uma coisa bem séria. A gente tem que... Achei que que foi pouco o valor, sabe? (Entrevistados 12).

E esse valor que recebeu na época, o senhor achou que ele era um valor justo ou achou que era pouco ou muito? Eu já... Eu tenho um tanto de terra aqui pra... pra... pra e pagou 850 e... acho que é 4 hectare. Mas aí achou que era um tanto bom ou achou que era pouco? É, tá mais ou menos Mais ou menos? É. (Entrevistado 14).

Era pouco porque você perde a terra, né? Pra quem produz na terra, era pouco. Mas assim, foi um dinheiro que ajudou até, em partes. (Entrevistado 17).

Mas ajudou de alguma forma? (os valores recebidos pelo programa) Uai ajuda ué... Na roça, qualquer tanto que a gente recebe... É bem vindo... O valor, você acha que era justo? Ah, não, não, eu não alembro mais. Mas você

lembra se achou que era pouco? Não, pra mim era pouco porque eu fiz pouquinho. Porque o mundo lá que fizeram... É um programa que eles fizeram, é diferente do que eu fiz. O meu, eu cadastrei reserva legal, né? Averbada no cartório e eles fizeram um programa lá. Esqueci o que que é. Até tem uma moça lá, que fez, e tanto lá, e recebia bem por meio do programa, sei lá. Mas lembra se achou se era pouco ou muito? É, muntueira não é não, mas não, mas... Servir serve, né. (Entrevistado 19).

Os “entrevistados 15”, que são pai e filho, acharam o valor muito pouco, além disso, tiveram, segundo o relato deles, um erro de cadastro que reduziu em muito a área que pretendiam cadastrar e, para eles, não ficou claro o que aconteceu, pois possuem muitas áreas de tamanhos consideráveis de vegetação nativa que poderiam ser cadastradas, para chegar ao montante que pretendiam de 60 hectares e, ainda, sem justificativa aparente, cadastraram apenas seis hectares. e então, durante as entrevistas, eles reclamaram bastante que cadastraram incorretamente uma área bem menor que ele tinha, e isso acabou impactando um pouco, em relação às respostas quanto aos valores financeiros, que foram recebidos pelo pagamento do programa BV.

“E15.2: a dificuldade foi mesmo corrigir o erro, né? Ficou esse erro aí, aí recebeu muito pouco, né. Mas para outros foi um dinheiro que ajudou as pessoas. Mas, tudo que vem... risos, Já ajuda. Já ajuda” (Entrevistados 15).

Outra questão muito levantada era que, na época, o valor poderia até ser justo, ou ter feito com que valesse a pena se inscrever no programa, mas, na atualidade, sem dúvida alguma, seria considerado um valor muito baixo. Todos os entrevistados levantaram essa questão, que, caso fosse haver novos programas, esses valores teriam que ser revistos.

E em relação aos valores que o programa pagou, vocês sentiram que o valor era justo ou não? E2.1: Na época era, na época era. Hoje, não sei se compensa não. E2.2: Pelo valor que você falou aí, pra época... foi sim. E2.1: Na época foi sim. Mas de alguma forma esse valor ajudou assim a... E2.1: Claro que ajudou. (Entrevistados 2).

E aí o valor que recebeu na época, considerou que era justo assim? Na época foi. Na época eu recebi, a última vez, acho que era 200 reais por hectare. Ah, sim. O valor... Mas na época achou que era pouco, era muito? Não, na época estava bom, mas agora tinha que ser mais. Importante. Agora tem que evoluir, né, ir para o mínimo. Na época estava bom. E hoje eu já tá quase... Quase dez ano parado, né. É. A ideia é eu parar. A reserva tá do mesmo jeito como se diz. (Entrevistado 8).

Em quase todas as perguntas realizadas nas entrevistas, foi percebida uma confusão que os beneficiários fazem, em relação aos diversos programas que participaram, pois a maioria participou inicialmente de programas promovidos pela própria OSCIP, que atuava na região, então, ao serem questionados sobre valores e recursos financeiros, muitos respondem

como se o Programa BV tivesse doado insumos para a realização de cercamentos, o que não ocorreu. É provável que essas ações se referem aos programas anteriores do governo de Minas Gerais, em parceria com o governo alemão, os Programas Promata I e Promata II.

Valia pouco, valia a pena em função dos insumos que fornecia, senão eu não ia fazer. Ah, sim. Sabia, Mal não ia fazer. É, porque também muitas vezes já com a área verde lá, não ia... Não, não ia alterar nada. Entende. Porque o seu cadastro a área se não ia usar, por exemplo, para outra atividade, não? Não, a atividade que eu usava era plantio de milho, feijão, capim... hoje em dia não compensa. Não, não compensa. (Entrevistado 3).

. E se eles deram os insumos para fazer? No primeiro programa, sim. Forneceram os mourões, não lembro se forneceu arame. E eu entrei com a mão de obra. Hum, certo. Então, pronto, tudo bem. Vai me dar tudo e eu só vou fazer com a minha mão de obra? Eu não lembro, fui e fiz. Mas se não tivessem, eles não tivessem fornecido esses insumos, né, para poder fazer, mas se tivesse recebido o valor, também, acha que teria feito, aplicado esse valor de cercamento, esse tipo de coisa ou não? Eu acho que eu teria feito, em virtude daquela seca que teve, a gente está vivendo aí uma consciência ambiental muito grande, de onde você vê essas coisas, bobo de quem não acompanha isso, quem lida com o campo, o produtor rural, sobretudo da agricultura familiar, ele deve se inteirar sim a respeito a essas questões ambientais, porque uma propriedade que não tem água, se ela vale x sem água, ela não vale nem o x. Então, essa consciência tem que ser despertada, e despertou de certa forma esse bolsa verde, conscientizou sim muita gente também a respeito disso. (Entrevistado 4).

Quanto ao questionamento se os valores recebidos foram suficientes, para manter a floresta em pé nas áreas cadastradas, se possibilitou ações de conservação, as respostas também foram as mais variadas, desde que sim, graças aos valores foi possível cercar áreas importantes de nascentes e de vegetação nativa, por exemplo, até as respostas de que o valor foi tão ínfimo que não ajudou em despesa alguma da área. Assim, como no questionamento anterior, provavelmente a questão da classe social, do tamanho da propriedade e o fato de ter recebido os valores acordados ou não influenciam nessas respostas.

Os valores recebidos foram suficientes para manter a floresta em pé nas áreas cadastradas, se possibilitou ações de conservação? Mas não seria suficiente nem para fazer uma cerca, para cercar uma área, não seria mesmo, eu poderia sim consertar uma porteira, remendar um pedaço de cerca, enfim... (Entrevistado 1).

E2.1: sim. E2.2: É, a gente cercou tudo. E2.1: Cercou todas as áreas que eram da mata. E2.2: Quer dizer, cercou melhor, né, porque a gente já tinha essa preocupação antes, da água, até pela água da gente, não deixava o gado entrar na água. E2.1: Tinha nascentes, mas não eram cercadas as nascentes. Aproveitei e cerquei, entendeu? Uhum. E2.1: É... Fizemos represa, não tinha represa. Hoje eu tenho quatro represas grandes em casa. Na água. E tem as nascentes que é fora da represa. Nascente vem e cai dentro da represa, né?. E esses valores usou então mais pra isso, né? E2.1: Ah, sem dúvida. Foi. (Entrevistados 2).

Mas no seu caso, por exemplo, se não tivesse tido o programa... Eu faria da mesma forma. (Entrevistado 3).

Aí, então, um pouquinho que eu usei, um pouquinho que eu usei de bolsa verde, era muito pouco. (Entrevistado 10).

Mas você acha que a quantidade que eles pagavam era suficiente para ajudar a manter essa área assim preservada? Ele achava que sim, então acho que talvez seria porque ele entende mais que eu, entenderia mais que eu, então, do processo. Entendi. Ele achava que era um valor interessante, sim, para manter o que propunha. Então, acho que era mais para manter a área cercada e tal, né, esse tipo de coisa. Então, ele achava que era um valor razoável. (Entrevistado 11).

Mas de qualquer forma vocês falaram que acharam pouco, né? E12.2: Sim. O valor... (Entrevistados 12).

O Bolsa Verde ajudou muito pouco, o que ajudou mais foi o outro (provavelmente o Promata) (Entrevistados 15).

Ah, assim. E vocês acharam na época, assim, o valor, vocês acharam que era justo, era pouco, era muito? E16.1: Não, foi mais ou menos de acordo. Não foi... É, pela área que ficou fechada, foi suficiente. Foi suficiente pra ajudar a deixar ela fechada, assim? E16.1: Ah, foi, sim. (Entrevistados 16).

E ajudou de alguma forma a manter a área a lá, né? Ajudou. (Entrevistado 19).

Ao serem questionados sobre como os valores recebidos pelo programa foram utilizados, as respostas também são bastante variadas. Algumas semelhanças que se destacam são em relação à utilização com cercamento de áreas, utilização dos valores para as despesas das propriedades, mas também investimento, como no caso do entrevistado que conseguiu comprar um veículo, para levar sua produção para vender na feira que participa na cidade, ou o filho de um dos entrevistados, que disse que o valor ajudou a comprar uma moto, para poder se deslocar para estudar na UFLA, além de alguns terem respondido que o valor ajudou em questões de saúde da família.

Hahahaha, Na verdade pra cobrir os custos do que eu tinha feito já com recurso próprio. Ah, sim. Tipo cercamento, essas coisas? Cercamento, limitação da propriedade, né? limpa de pasto, né? A gente acaba tirando de um lugar, né? E aí, faz aí a dança dos bilhões, né? É. Se calhar. (Entrevistado 5).

Usou na própria propriedade, nunca termina o trabalho numa propriedade rural. (Entrevistado 6).

E aí, assim, você falou questão do cercamento, essas coisas, os valores foram recebidos, você considera que foi importante para deixar a mata preservada? Ah, foi muito bom. Porque eles falam de manter a floresta em pé, né? Ajudou bastante. Eu, na época que eu tinha comprado o terreno, eu não tinha condições de cercar meu terreno. Foi graças ao projeto que eu cerquei. Entendi. Aí o dinheiro que você recebeu, você aplicou lá no próprio terreno, assim? É, porque aí eu ganhei o material e usei para pagar a mão de obra. Entendi. Certo. E no geral, você não precisa detalhar, mas se você lembrar, o

recurso também se utilizou para alguma outra coisa ou foi só para isso? Muito provavelmente eu investi tudo lá. (Entrevistado 7).

Ah, gastei muito, comprei as coisas da casa, comprei... meus filhos, assim, ajudei na saúde, ajudou muito. Reformei, ajudou a reformar minha casa da roça. Foi muito bem aplicado. Fui o maior produtor quando começou viveirista de candeia (inaudível), na Lage era só eu, só eu que participei disso aí, o povo: ah você vai ‘trazê’ florestal com isso aí, risadas... E não mudou nada em relação a isso, né? Não, não mudou nada. Serviu para beneficiar eu, mentalmente. Entendi. Prejuízos e não trouxe nenhum, né? Não, não trouxe nenhum. (Entrevistado 8).

O dinheiro serviu muito. Porque aí a ‘muié’ ficou doente, e ‘perô’, né? ‘Perô’, de pedra na ‘visícula’. E chegava no terreno, aí você sabe, né? É aquele momento né que ‘cê’ paga uma coisa, paga ‘outra’, teve muita despesa. Mas ajudou muito. Também comprou carro também pra ajudar na roça, pra trabalhar na feira. Porque precisa pra trazer, né? Precisa ter carro porque é 25 quilômetro daqui lá. (Entrevistado 9).

Lembro de uma vez que eu ganhei na bolsa, que é o que interessa pra você saber, e eu ganhei, mas só deu pra comprar “moeirão” só, pra me melhorar a cerca minha. Era muito pouco, eu não tô falando pra você, deu pra comprar “moeirão”, e se eu, nem sei se deu pra me pagar, porque tinha um rapaz que trabalhava pra mim, ele teve que contratar, é burro pra levar lá pra cima, é muito, levar pra cima, um ajudante pra poder fincar os moirões. Então o dinheiro que o senhor recebeu do Bolsa Verde, ele só usou pra poder pagar? Ah, era pouquinho. É muito pouco. Foi insuficiente então pra fazer esse cercamento? Oi? Foi insuficiente então pra fazer esse cercamento? É um pedaço. (...) Se eu compro um pouquinho de adubo pra eu plantar essas coisas igual que eu te falei, isso foi o máximo que eu posso ter comprado, ou um rolo de arame... (Entrevistado 10).

O valor, na época, a gente ‘tava’ devendo um pouco, né, porque vinha saindo uma situação meio difícil. Então, a gente pagou conta, comprou alguma bezerra, alguma coisinha. Serviu muito, serviu. Veio numa hora, boa. Foi pena não ter continuado, né. (Entrevistado 15).

Quanto à percepção que os (as) entrevistados (as) tiveram, quanto ao cumprimento ou descumprimento do prazo, para pagamento pelo governo do estado de MG, apesar de haver unanimidade na questão de ter havido atrasos, pois praticamente todos (as) os (as) entrevistados (as) responderam que sofreram atrasos no pagamento de seus benefícios, a forma como perceberam esse atraso variou bastante de pessoa para pessoa. Alguns (algumas) beneficiários (as) entrevistados (as), quando diretamente questionados sobre como o atraso as impactou, relataram não terem se importado, mas, quando continuávamos com a entrevista, percebíamos quem em alguns (algumas) parecia haver um sentimento de mágoa, de rancor. Outros relataram que o importante é que houve o pagamento (lembrando que esse tipo de resposta também vai divergir de outras, pois algumas pessoas entrevistadas até os dias de hoje ainda não receberam o que lhes era devido), mostrando não terem se importado tanto quanto ao atraso e outros (as) deixam claro que se importaram com a questão do atraso, pois

cumpriram sua parte do contrato e alguns (algumas) inclusive relataram o sentimento de insegurança que esse atraso trouxe para os (as) beneficiários(as).

Ele não cumpre, um lado não cumpre (o estado não ter cumprido o prazo de pagamento), simplesmente não cumpre, porque a RRPN está lá, quem quiser conhecer, está lá, inclusive coloquei uma placa gigantesca lá, essa propriedade é uma RRPN, ainda escrevi embaixo, proibido caçar, proibido pesquisar minerais, proibido lenhar e tá lá o número do decreto, tá na placa lá, se a pessoa achar que eu tô falando mentira, pode anotar e ir lá na internet, tem o número do decreto. (Entrevistado 1).

E essa questão deles terem atrasado os pagamentos? Não, eu não senti nada não, porque eu realmente não lembrava disso. Dessa coisa não, desse dinheiro. Entrava na conta, realmente não sei. Quem me lembrou foi minha esposa, falou ó “cê” recebeu sim, eu sei. Mas o dinheiro que entrava na conta, não tem outra coisa a não ser a fazenda. (Entrevistado 2).

A gente estava falando em relação aos pagamentos, quando teve os atrasos isso de alguma forma, te impactou, qual foi a percepção do senhor em relação a isso? Que talvez não fosse sair. (Entrevistado 3).

Recebi. Recebi. Com muito atraso, né, muita demora e fiscalização. E essa questão do atraso, qual foi a sua percepção em relação a isso, da falta de cumprimento do prazo? Isso aí é são questões do governo, né, você também é funcionária pública, né, pra gente ser funcionário público, não é? Sei bem... sei bem como que é. Às vezes tem o recurso e não tem vontade política, às vezes não tem recurso... ou às vezes tem vontade política, mas não tem recurso. Não entendo, não sei qual que era a dotação para isso, se era uma dada para esse contrato que foi feito, para os agricultores aqui da região. Não sei se foi recurso carimbado, não se foi... se é recurso próprio, do orçamento, não sei qual foi a dotação, mas... essas... demora acho que foi... burocracia, mesmo... Mas você conseguia informação, assim, de porquê? Não. E, assim, quando se ligava, procurava saber, o pessoal dava alguma informação? Eu sempre tive acesso bom com o servidor do IEF, né. Então o servidor do IEF, quando ele tinha informação, né, ele me passava. Várias vezes falava tá pra ser empenhado, mas a Secretaria da Fazenda suspendeu todos os empenhos até tanto... Então lá, dizem que tem o recurso, mas é informação, né? Então é informação que não... (Entrevistado 5).

Eu dizia assim, o importante é que a gente recebeu. Porque se a gente for analisar, não é um dinheiro que a gente tinha certeza que ia receber, ou que se a gente tivesse participado do projeto não existia aquele dinheiro. Então foi interessante, foi bom. Mesmo atrasado serviu da mesma forma. (...) Atrasou, mas pagou. (...) Eles não foram muito transparentes e tal. (Entrevistado 6).

Aham, E aí o senhor falou que a sua parte foi paga toda, né? Mas o senhor teve também atraso no pagamento? Não, teve atraso. Teve? Teve. E aí o que o senhor achou? Não, o atraso, eles pagaram o que era meu. Entendi, mas foi muito atraso? ‘Atrasô’ um ano e pouco. Ah, entendi. Mas aí o senhor não ficou com uma má impressão do programa? Não, não. Não tem má impressão nenhuma. (Entrevistado 8).

Muito burocrático, como tudo, né? Acho que foi muito burocracia mesmo. Não sei, tipo assim, também aquela coisa, não me falam porque que não dá certo. Entendi. Falta um pouco de informação? É, muita informação. Tipo assim, me solicita o que eu faço, eu mando o processo, depois, simplesmente

não libera nada e me mandam de novo. Tipo assim, parece que a parte de avisar que não deu certo é interessante, não me falam porquê. Só acho que alguém sempre que manda novamente. (Entrevistado 11).

E essa questão de não ter recebido uma parte, isso ficou uma sensação ruim assim pro senhor? Não ficou não, porque até umas coisas não deu, não vou editar, né? Não foi ruim também. Filho: O programa foi bom. É que a gente não teve sorte de receber o valor que era... que ficou reservado, né? Mas tirando isso, o programa entrou. (Entrevistados 15).

Eu ligava, ligava pro T. (funcionário da prefeitura que era parceria do programa na época), ele dizia que a previsão que era de sair e tal, não sei quando, não sei quando, e foi e não parei nem liguei mais. E ficou sem? É, minha irmã até colocou na justiça, eu falei, você vai pagar tudo a hora que você receber, você vai pagar tudo pro advogado, aí eu não... Entendi. Aí teve outro pessoal também que, um cara de São Lourenço, não sei de onde, que procurou meu pai, eu falei, eu não vou mexer com isso não. Você vai receber do governo, vai entrar contra o governo e vai receber quando você receber o advogado fica com tudo. E eu vou ficar gastando com viagem, e daí até Itanhandu. Aí acho que não sei se meu pai acabou mandando meus papéis, mas eu acho que não, não lembro bem. Eu até poucos dias eu vi esse contratinho ali, menina. (Entrevistado 17).

Chegou a receber tudo que eles deviam pro senhor do programa? Um pouco, mas passou um tempo sem pagar. Atrasou? Atrasou. Mas depois pagou? Depois acertou, mas... Aí foi do jeito que eles quis né. Foi...(provavelmente a questão de não pagar correção monetária e juros, etc). O que eles 'dizia'.... Em 2010 eu vendia minha propriedade. Vendí pro meu sobrinho. Tá lá até hoje, tá fechado. Entendi. Entendeu? E quando teve esse atraso, o senhor conseguia informação de porque que estava atrasado? Não, informava, eles falou que teve um atraso, que não sei o que, que ia voltar, entendeu? Aí depois que... Aí teve... Legalizou. E pra receber teve que abrir conta no banco? Banco Brasil. J já tinha ou abriu só pra isso? Eu já tinha. Ah, então foi tranquilo também? Foi tranquilo mesmo. Entendi. E o que pensou sobre o programa assim, quando teve esses atrasos? Não, aí eu até pensei que ia acabar aquilo, que não ia receber mais, mas ficou lá, fechado tudo". (Entrevistado 18).

E quando ficou sem receber o que achou do programa? Deu uma percepção? Uai, foi um negócio esquisito, né? Começava com a casa, depois... uns falaram os funcionários da OSCIP regional parceria do programa BV que fizeram algo errado lá. Só que muita gente ficou sem receber, mas nem sabe para que fim levou. Ficou sem informação? Sem informação. Sem saber nem porquê? Porque certinho ninguém ficou sabendo certo. (Entrevistado 19).

Quando houve os atrasos nos pagamentos, algumas parcelas foram pagas juntas em uma única vez, isso parece ter gerado alguma confusão no entendimento de alguns (algumas) entrevistados (as) se realmente haviam recebido tudo que tinham para receber ou não. Além disso, como já havia passado alguns anos, desde que firmaram o contrato, alguns (algumas) entrevistados (as) também não se recordavam com precisão dos detalhes de pagamento, de quantas parcelas e quais valores haviam recebido. A percepção que ficou, em relação às respostas desses (as) entrevistados (as), é que o atraso gerou essa sensação de inadimplência

ou falta de pagamento, fazendo com que até pessoas que tenham recebido tudo que tinham para receber não tenham ficado com essa informação clara, pelo pagamento de várias parcelas terem acontecido juntas no mesmo momento.

Chegou a receber tudo que eles deviam do Bolsa verde? E aí é outra parada, que só o C. que vai falar, porque se a gente recebeu só uma parcela eu tenho certeza. Ah tá... Nós recebemos uma parcela, e depois, por isso que eu queria tirar essa dúvida até a noite de hoje, eu vou conversar com você. Então não lembra se você recebeu? Não, no total eu não sei. (Entrevistado 10).

Nós não recebemos... É. Teve aqueles problemas, mudança de governo. (Entrevistados 12 que, ao consultar a planilha de gestão do programa, consta que receberam 4 parcelas, ou seja, estando pendente apenas 1 para finalizar o contrato).

Inclusive, ao se analisar a pergunta seguinte, quanto à percepção que teriam sobre a tendência de adesão ou não de novos programas de PSA, principalmente se fossem promovidos por parte do governo do estado de MG, pela experiência que tiveram com o Programa BV, em especial, quanto aos atrasos que ocorreram, alguns (algumas) relataram que não teriam a confiança para participarem novamente. Mas, surpreendentemente, a maioria (onze pessoas) relatou que ainda sim participaria de novos programas e que inclusive ansiavam por isso.

Eu participaria, se eu tivesse orientação, se eu tivesse uma visão de facilitar ao proprietário, porque o proprietário que quer participar mas tem que ficar quebrando pedra, é muito ruim. Eu quero participar eu acho boa a proposta, mas eu... é turbilhão de exigências e não sei o que, isso é muito chato, podia ter os programas, e uma facilitação, uma orientação, porque a propriedade tá lá, alguém quer, vai lá visita, não precisa, eu ficar redigindo, vai lá, eu tenho cadeado lá na porteira, mas vai lá e tem o funcionário, até evita que eu fale alguma coisa que não seja verdade, vai constatar com os próprios olhos, vai lá visitar, ah, é aqui, então tá.... os documentos, estão todos certinhos, mantenho a documentação rigorosamente em dia, tudo em dia, todo ano eu refaço essa documentação, tá rigorosamente em dia, aí de repente, ah mas o senhor precisa fazer um relatório, ih, mas relatório, eu não, vai lá, verifica você, eu vou escrever, eu posso escrever uma coisa que talvez nem seja verdade, né, é, sei lá eu penso assim, porque na agroecologia eu trabalho com o pequeno produtor né, a gente facilita o máximo, porque o pequeno produtor já luta demais, já tem problema demais, então, a gente facilita o máximo, pra que as coisas sejam feitas corretamente, mas né que ele não seja tirado do dia a dia dele que já é difícil. (Entrevistado 1).

Mas isso atrapalharia, por exemplo, se tivesse um novo programa, nem que não fosse do Estado, mas de prefeitura ou alguma coisa assim? Tô dentro, participaria. O senhor participaria de qualquer forma? Participaria, claro. (Entrevistado 3).

Então por esse caso eu acho que eu não entraria no programa Bolsa Verde, em qualquer programa do governo. (...) Se não fosse ligado ao Governo. Eu acho que eu participaria sim. Até porque a nossa propriedade é toda regularizada, tudo preservado, a gente tem cuidados ambientais. Esse é o

futuro. Lá a gente não joga pasta de dente na água. Olha, eu não sei se eu participaria pelo seguinte, 35 mil reais não é uma coisa desprezível, não vou jogar fora, eu não preciso desse dinheiro, eu não fui atrás do Bolsa Verde para eles, embora tudo o que nós fizemos nesse programa está lá, reflorestado, cercado, Eu achei um descaso com o produtor rural. Por que que gente recebeu valores maiores, mais de um milhão de reais? Muitos pequenos que estão no meu caso, com um caso igual ao meu, não receberam. Por que uns recebem, outros não? (Entrevistado 4).

la aderir... 'Tô' trabalhando pra isso. (Entrevistado 5).

Hoje com certeza. Mesmo sendo do governo". (Entrevistado 6).

Depende, né? Depende. Depende do programa. Agora eu entraria, depende eu não entraria não. Porque você conta com aquilo ali e não aparece. Cria expectativa. É, e depois não aparece e aí... E se você investiu em alguma coisa esperando esse dinheiro, né? Então, não sei. Eu provavelmente, lá eu até provavelmente entraria, porque lá eu tenho justamente pra isso, pra preservar. Então, seria bom. Mas quem deixou de fazer alguma coisa, porque a gente não podia mexer nessa área. Aí a pessoa não recebeu a verba e não pôde mexer. Se fosse, por exemplo, porque igual você está falando, se às vezes já fosse uma reserva legal, alguma coisa que não fosse mexer mesmo, não ia fazer tanta diferença. Mas se fosse... Mas se a pessoa precisava plantar um milho, alguma coisa... Podia usar pra uma outra atividade. Teve uma época que eu cheguei a falar que eu ia descumprir o projeto, que eu ia mexer lá. Mas depois passou, mas eu cheguei a cogitar isso, falei e aí? A gente não recebe, não pode fazer nada, vai ficar com esse terreno amarrado? Porque às vezes a pessoa fez esse cálculo, né? As vezes tinha até autorização, né? Pra mexer e tudo. Pois é, pois é... (Entrevistado 7).

Entendi. Se tivesse, por exemplo, outro programa, participaria da mesma forma? Da mesma forma, da mesma forma. Se eu participaria, já tentei entrar em outras formas, mas eu pretendo preservar. A preservação da natureza é muito importante. E aí se tivesse outro, então participaria? Eu participaria do mesmo jeito. (Entrevistado 8).

E essas dificuldades que você teve, assim, isso impediria você de participar de um novo programa, se existisse? Sim, acho que sim. E mesmo se não fosse do governo? Porque a gente viu que tem uns que estão sendo feitos assim, até com empresas, uma pessoa comentou pra gente um da Copasa... Eu acho que talvez, é, não sei, mas a burocracia não vem só do governo. Do governo é um pouquinho pior, mas a burocracia eu acho que vem meio que de tudo, né? Mas talvez dependendo da empresa, você sabe, participaria do que é mais... (Entrevistado 11).

R: Participaríamos. Mesmo se fosse do governo? R: Sim. (Entrevistados 12).

Ah, participa, eu participaria, E15.2: Mas foi bom, foi bom. A gente tem interesse de novo, se tiver um outro programa assim, a gente tem interesse. Mas, espero que venham outros, né? Risos... (Entrevistados 15).

E se fosse ter tipo um novo programa, assim, vocês participariam? E16.1: Com certeza. (Entrevistado 16).

Entendi. E aí, em relação à questão do atraso, assim, dos pagamentos que teve, isso de alguma forma impactou para vocês? Por exemplo, se existisse um novo programa, vocês não participariam por conta disso? Não, eu participaria. Ainda assim? Participaria. (Entrevistado 17).

E se fosse ter um novo programa, mesmo tendo tido esses atrasos, o senhor participaria ou não? Uai, eu, eu participaria sim. (Entrevistado 19).

Por fim, os (as) entrevistados (as) foram questionados sobre a percepção quanto à importância da avaliação, como instrumento de aprimoramento das políticas públicas, principalmente no caso do programa Bolsa Verde. As respostas consideram que os (as) beneficiários (as) entrevistados (as) acham fundamental existir esse tipo de instrumento, inclusive alguns (algumas) citaram que seria mais um espaço de interação com os (as) beneficiários (as), que permitiria inclusive trocas de conhecimentos, pois alguns (algumas) deles (as) gostariam de ter um *feedback* também sobre suas ações.

Eu sou a favor de avaliação constante de tudo, sabe, eu sou a favor de avaliação generalizada, em tudo, tem que avaliar. (...) É muito importante a gente saber se tá no caminho certo, tem que, porque você falou em avaliação, eu gosto muito da auto avaliação, eu gosto de tá revendo meus conceitos de tá, essas coisas que eu penso, que eu acho, que eu divulgo, então quando a gente tem o retorno, a gente fica sabendo, opa, tenho que rever isso aqui, dar continuidade nisso aqui, mas é uma coisa meio índole nacional, por exemplo, eu recebo muito estudante aqui fazendo pesquisa sobre esses assuntos, muito, a gente atende, as vezes a gente pergunta, atende, ele fala eu vou fazer aquilo, aí a gente fala, ô filhinho, quando você terminar dá um feedback aí só pra gente saber, iiiih, mas não tem problema não, a gente vai continuar recebendo, vou continuar falando, e tocando a vida pra frente, não pode ficar na rua da amargura não, senão a gente fica amargo, risos. (Entrevistado 1).

Sim. E aí, em relação também ao programa, porque na minha pesquisa prévia eu tinha identificado isso, que as pessoas não tinham sido ouvidas, assim, aí eu tinha feito essa proposta de escutar as pessoas. Vocês acham importante quando, por exemplo, se tivesse outros programas que tivesse? E2.1: Ah, sim. Não tenho dúvida. Eu acho. Ah, eu tenho certeza. Teria que ser divulgado, sim. Entendeu? Nem que fosse uma vez por ano, qualquer coisa. Igual fazia um negócio... uma que faz o seguinte, motiva a pessoa que fez o negócio, né? O cara vem lá... porque a gente gosta de ser cobrado. Sempre faz parte da gente. O empregado gosta de ser cobrado. Se o empregado não chama atenção, não fala nada dele, é bom conversar. Eu acho que... olhar como é que tá... (Entrevistados 2).

Mas, assim, pelo que eu identifiquei, não teve um instrumento formal de avaliação, né, de vocês poderem falar, assim, o que vocês acharam do programa, dos beneficiários serem escutados? Não, o acompanhamento que foi feito foi um técnico, do Bolsa Verde, fazia o laudo, o fotográfico, o escrito e ia embora. Então foi uma questão mais técnica né? Não tinha essa questão de perguntar, de envolver. E aí, você acha que seria interessante, por exemplo, se tivesse um formato de um novo programa que tivesse incluído essa avaliação também de escutar os beneficiários? Isso é fundamental. É o X da questão, envolver o produtor. Aí que tá. Eu acho que seria uma coroação do programa, ouvir os produtores também. (Entrevistado 4).

Acho importante. Se você conversar com a pessoa, você vai ver muita rejeição na questão do programa. Foi essa a questão que o pessoal não entende. Eles falam assim, o Z. não me pagou. Foi a questão que eu te falei

dos viveiros, porque os caras dedicaram naquilo, trabalhou pra produzir muda. Aí chega na hora, eles não receberam. (Entrevistado 6).

E aí, você acha que seria importante se tivesse tido uma avaliação, assim, desse programa, na época, que tivesse escutado os produtores rurais, pra colher, assim, o que é que eles achavam, sugestão...Ah, eu achava que deve ter feito uma reunião lá no bairro. Pra explicar melhor? Pra explicar melhor, pra entender o que é isso, o que é isso, coisa assim, coisa assim. É uma área que a gente conhece, é uma área que a gente não vai desfrutar dela. (Entrevistado 8).

Isso eu acho que não pode deixar de ter. (Entrevistado 10).

E aí, essa questão da dificuldade que você teve com o programa, você acha que seria importante se tivesse mesmo uma avaliação que fizesse parte do programa? Essa questão de poder escutar as pessoas, entender? Sim. (Entrevistado 11).

Mas você não sentiu falta de alguém perguntar o que vocês acharam? Ah, senti, né? Porque sumiu tudo, né? Não apareceu mais, a gente sentiu. (Entrevistados 15).

E16.2: Eu acho que é importante também, dos dois lados, né? Ele chegar, explicar e escutar também o pessoal também, né? Da terra, né? (Entrevistados 16).

Sentiu falta, assim, que tivesse nesse programa, é, algum acompanhamento mais de perto, fizesse uma espécie de avaliação, perguntando para as pessoas o que elas tinham achado? Ah, eu acho que sim, que depois que saiu da Amanhã ficou tudo muito mais largado, sabe? Tanto que nem pra gente receber, dava trabalho, era complicado, vai sair tal dia, não vai sair, não vai sair. E o acompanhamento, esse T., ele chegou a vir aqui uma vez ou duas, sabe? Mas teve uma vez que eu lembro dele chegar só trazendo os papéis pra assinar, que eu nem lembro o que era mais. (Entrevistado 17).

Mas também houve quem confundisse a avaliação do programa com uma fiscalização e tivesse receio de, após tanto tempo ter essa fiscalização, as obrigações previstas em contrato para aquelas pessoas que já encerraram o programa já não existem mais.

Tá. E aí, em relação, assim, ao programa, é... Como não teve esse acompanhamento de perto, você acha que teria sido importante, por exemplo, se fosse fazer um novo programa, que tivesse uma avaliação, um acompanhamento? Com certeza, seria interessante. Porque é uma coisa, cada um faz de uma maneira. Entende? Eles forneceram o material e pronto. Se tiver que se enterrar ou jogar fora. Entendi. (...) E aí, se tivesse, por exemplo, uma... você acha que seria importante ter uma avaliação das pessoas que participaram sobre o programa? Pode ser, mas é para o que eu tenho hoje em dia para oferecer? Nada. Porque, se eu já fiz 500, cercas diferentes, já modifiquei, já. Sim, mas é isso que eu acho então que, para avaliar se foi efetivo ou não esse programa, seria interessante fazer uma avaliação? Eu acho, mas é outra coisa, avaliação só de conversa, porque realmente não existe mais nada. Sim. É, não, eu digo mais assim, da pessoa mesmo ter esse contato... Tranquilo, com certeza. (Entrevistado 3).

Algumas perguntas foram realizadas aos (às) entrevistados (as), para tentar compreender como foi a sua percepção, no início do Programa Bolsa Verde, principalmente

sobre o acesso ao programa, como teriam ficado sabendo do programa, se eles que buscaram a informação em algum lugar ou se a informação teria chegado até eles e, nesse caso, como teria chegado a informação do programa, a percepção deles (as), se foi fácil ou difícil obter informações sobre o programa e, posteriormente, em outra pergunta, como foi a percepção que tiveram sobre o processo de se cadastrar no programa. É interessante observar as diferenças de respostas, dependendo da localidade onde se encontra o (a) entrevistado (a), pois foi possível depreender, a partir das respostas, que as pessoas que se localizavam bem próximas à área de atuação da OSCIP, que atuou em parceria com o governo, promovendo o programa, não perceberam qualquer dificuldade de acesso, tendo sido procuradas pelos próprios técnicos da OSCIP que lhes apresentou o programa, passou as informações iniciais e ainda os auxiliou com a documentação necessária, para realizar o cadastro, questão que será abordada mais profundamente à frente, referente a esse questionamento específico que foi realizado sobre o processo de cadastro. Mas o beneficiário entrevistado que se localizava em Lavras foi o que relatou maior dificuldade de acesso ao programa e de obter informações, pois relatou que ele tinha que ficar procurando as informações, contrastando com as respostas dos restantes dos entrevistados, que estavam localizados em sua maioria, em Baependi, município onde a OSCIP em questão tinha sede de trabalho. Uma das questões que se buscou entender melhor, ao entrevistar pessoas, que seriam as únicas cadastradas em determinado município, teria sido a motivação, para participar do programa, justamente por não contar com mais inscritos na mesma localidade. Quanto aos entrevistados de Cruzília, (um casal, mas que na realidade o benefício está cadastrado para o entrevistado, sendo ele considerado o beneficiário do programa, no entanto sua esposa participou da entrevista, parecendo ter igualmente se envolvido nas questões do programa, provavelmente tendo sido mera formalidade a questão de o benefício estar em nome apenas de um deles), é o único beneficiário cadastrado no município, ele relatou que tinha um conhecido bem próximo que trabalhava para entidades governamentais, ligadas ao meio ambiente na cidade de Caxambu, na época, que é o município vizinho a Baependi, sendo a sede dos dois municípios muito próximas fisicamente e, por isso, tinha ficado sabendo do programa. Alguns (algumas) entrevistados citam também outras entidades governamentais, mas não dão certeza sobre qual foi a entidade a que estavam ligados os técnicos que procuraram para apresentar o programa. As entidades citadas ao menos uma vez foram: IMA, IBAMA, Emater e o próprio IEF (citado apenas uma vez por um entrevistado). Fora os (as) poucos (as) entrevistados (as) que citaram essas entidades, todo o restante das pessoas informou que foram apresentados ao programa pelos técnicos da OSCIP Amanhãgua. Um dos entrevistados chegou a citar a UFLA, que teria tido parceria com essa

OSCIP. Ao questionar se tinham tido alguma dificuldade com acesso à conta bancária no Banco do Brasil, que era exigência na época para pagamento do projeto, esses (as) entrevistados (as) informaram que não tiveram dificuldade alguma. Alguns (algumas) enfatizaram que o processo foi extremamente facilitado, por causa da atuação da OSCIP citada. Já o entrevistado que passou a ser beneficiário, após o falecimento do pai, que era o beneficiário inicial, relatou grande dificuldade com a atualização dos documentos necessários, para realizar essa troca de titularidade do benefício, o que será detalhado mais adiante, ao se tratar da questão de cadastro. Vale ressaltar sobre o acesso ao programa. Alguns relatos recebidos dos (as) beneficiários (as) entrevistados (as) sobre o início do programa, como a falta de conhecimento e informação, gerou uma série de desconfianças nas pessoas, que relatavam que, ao assinar os documentos para participar do programa, estariam “abrindo mão de sua terra” e que o governo “tomaria as terras dessas pessoas”, que seria então um absurdo, uma bobagem participar do programa. Quem relatou essas questões informou ter sido fundamental o trabalho da OSCIP, para promover os esclarecimentos necessários e ganhar a confiança das pessoas para que participassem do programa. Outro caso que destacou dificuldades de acesso foram os entrevistados 15 que, conforme já relatado e será mais detalhado novamente mais à frente, ao se tratar da questão do cadastro, tiveram dificuldade quanto à área cadastrada, que, segundo o relato deles, foi reduzida por erro de cadastro, sem a devida justificativa para os beneficiários.

Qual a sua percepção quanto às principais dificuldades de acesso ao Programa? Eu penso que a gente tem que ser mais informado, vai cansando, você correr atrás das coisas, existe um momento na vida da gente, por exemplo, quando eu quis criar a RPPN, eu fui ‘N’ vezes em Belo Horizonte, porque era difícil, na década de 90, quando surgiu o advento da proposta, então eu tinha disposição, eu fui muitas vezes na Feam, sei lá o que no Ministério da Minas e E..., mas agora eu não tenho mais essa disposição, não vou mais não. (Entrevistado 1).

Lembra mais ou menos como que vocês ficaram sabendo desse programa Bolsa Verde? E2.1: na verdade nós ficamos sabendo foi mais por causa de Baependi. Ah, lá tem muita gente cadastrada... E2.1: lá tinha um outro programa que era de plantas, sei lá, mãe d’água, manhágua, alguma coisa... Ah, Amanhágua. E2.1: Amanhágua isso. E nesse meio aí, nós ficamos sabendo ali, ficamos sabendo lá, foi aí que surgiu isso aí, vão fazer? Vão fazer... Ah, aí eles que deram as informações do que precisava? E2.1: é foi. (...) (Entrevistados 2).

Tinha a Amanhágua, e um projeto, acho que do governo Alemão, se não me engano. Ah, o Promata? Eu não me lembro o nome do projeto, tá. E na época forneceram uma parte de moirão, aquele... aquele o arame, enfim, pra fazer... pra cercar também a mata e tudo mais. E me forneceram também, se eu não me engano, um pouco de candeia. (...) Mas em relação ao atraso, assim, teve alguma justificativa? Não, dependendo do governo você sabe como que é

nem, tem sempre alguma coisa. Mas isso era fácil ter informações? Não. Não foi fácil. (Entrevistado 3).

Nós já participamos duas vezes do Bolsa Verde. Nós participamos de uma primeira etapa onde nós conhecemos esse programa Bolsa Verde através dos técnicos, não sei se foi da EMATER. Eu ia até te perguntar isso... Então não sei se foram técnicos da EMATER, mas foram técnicos que foram apresentar o programa. Ah, eles que procuraram? (...) Ah, bacana. E até o acesso também, que o senhor falou que também eles que apresentaram o programa e tudo, né? Sim, sim. (Entrevistado 4).

Em relação ao acesso ao programa, como que você ficou sabendo? Foi através da M. da Amanhágua. Ah, tá. Eles procuraram as pessoas e explicaram sobre o programa? É já tinha essa ONG começou a atuar aqui em Baependi, né... devagarzinho, né, e parece que tiveram contato com o (inaudível) da UFLA, e uma pesquisa que estavam fazendo de candeia, e começou a mexer por aí, a M. já tinha alguns contatos, né? E eu sei que isso viabilizou o convênio da OSCIP, né, que ela tinha transformado a Associação em uma OSCIP viabilizou essa parceria com o governo do estado. E eles que administraram isso. A divulgação foi por conta deles, né e eu fiquei sabendo por conta disso. (Entrevistado 5).

Foi fácil, a Amanhágua fez tudo. (Entrevistado 6).

Através da Amanhágua.(...) Na verdade, no começo, quando eu comecei a conhecer, foi porque ela fundou a Amanhágua, aí eu fui conhecendo e tal, aí eles conseguiram isso e aí eu entrei no programa por causa deles. Então, o acesso com eles que te apresentaram foi facilitado, assim, né? Super! Não teve nenhuma dificuldade? Nenhuma! (Entrevistado 7).

Fui convidado pela Amanhágua, Primeiro foi o Promata e depois o Bolsa verde, que era um contrato de 5 anos. Entendi. Então, assim, eles que procuraram para explicar sobre o programa? Eu fui viverista da Amanhágua, trabalhei com mudas, sabe? Ah que bacana. Eu trabalhei com muda. Ah, que bacana. Eu sei como fazer mudas, plantar assim, mas... E aí, eles procuraram e te apresentaram? Sim eu, era conhecido por lá na roça, porque eu me virei na roça. Na época foram 40 viveiristas familiares no projeto. Foi uma grande coisa. Ajudou demais nós. Foi e a Amanhágua que incentivou o pessoal a fazer mudas para reflorescer? Foi a Amanhágua que incentivou. Para fazer reflores... reflorestar, né? Fazer muda de candeia, 'eucalimpio', (cotambu?), araucária. E aí a organização da Amanhágua, que doava as mudas, como que era? A Amanhágua a gente fazia a muda, ela dava a semente, ela deu todinho. E aí eles viram montar, nós montamos tudo, nós fizemos tudo pra montar, completinho. E repassava os produtores, 500 pés cada um. E aí Amanhágua pagava, a gente pegava o dinheiro do governo e repassava pra gente. Ah, entendi. Pagava por pé. O do Bolsa verde caia na sua conta, né? Caia na minha conta, eu tenho conta no banco do Brasil. Teve alguma dificuldade em relação a isso, ou não? Não, não teve. Foi tranquilo também? Tranquilo (Entrevistado 8).

Mas aí na época você chegou a acompanhar assim, você lembra como que ele ficou sabendo do programa? Não lembro. Eu acho que foi é... ele tinha muito contato assim com pessoas que mexiam com isso com algumas ONGs eu creio que deve ter sido por meio de uma ONG que tinha lá na época, que não tem mais. É a Amanhágua? É a Amanhágua eu acho que foi É eu me frustro cada vez que eu tento fazer o... (Entrevistado 11).

E12.2: Como que a gente ficou sabendo? Ah, não, foi através da M., né? O J. em Baependi (Amanhágua), e ajudei muito eles também. Eu fui bem... Fiz

várias indicações pra eles, né... mas... (...)Então através do que a gente faz com o Bolsa Verde, com o Promata, eles ficaram... Ah, vocês... na cabeça deles acharam que a gente ia ficar sem o terreno. Olha a loucura da cabeça deles. Achou que a gente ficasse no terreno. Ah, vocês estão se dando em se encontrar. Vocês estão dando, vai assinar. E o que que acontece? Eles sabem, mas eles...Vocês vão ficar sem os terrenos, estamos tomando riscos. E12.1: achou que eles iam tomar a terra da gente. Tentaram explicar pra eles, 'oia' que isso aí é uma coisa que não vai tomar não, é só o contrato, pra você não por fogo, você não 'destruir', não desmatar. E12.2: Pra ficar consciente que você está preservando...M: Não pode desmatar, é um direito, tá preservando. (Entrevistados 12).

Como que ficou sabendo do programa na época, você lembra? Aí, tem um rapaz aqui um tal de Z. (...) Z., a M. e o outro rapaz, o Bacana, um tal de Bacana. (equipe Amanhágua). Foi esse rapaz de Bacana que me encontrou. (...) Aí ele que te procurou pra falar do programa? Aí ele explicou como que funcionava? Isso. (Entrevistado 14).

Não, não foi difícil não. E15.2: Foi difícil, difícil porque a gente ligava, eles não resolviam, né? Ligava no órgão lá, não lembro mais os telefones, faz anos. Aí não resolvia, falava que ia resolver e ficou por isso mesmo. (Entrevistados 15).

E16.2: Começou pela ONG, né? Pela Amanhágua. (...) E aí na época que fez o cadastro no programa, foi fácil de fazer o cadastro? E16.2: Parece que na época quem estava fazendo esses cadastros era o pessoal da Amanhágua. Aí já facilitavam tudo? E16.2: Já facilitava, tinha os técnicos, aí eles terceirizavam Amanhágua, a Amanhágua vinha e fazia, e já encaminhava documentação, né? Ah, então não teve nenhuma dificuldade assim? Pra acessar o programa, pra cadastrar? E16.2: Não (...). Que era fácil de conseguir informação sobre isso? Foi difícil? E16.2: Não, não foi não. Porque eu... Lá da Amanhágua, o Z., ele fazia tudo. Ele mandava aqui, até... (Entrevistados 16).

Como que você ficou sabendo do programa? Faz tempo... (...) A própria M. avisou que eles tinham cortado, não seria eles mais, e aí ia passar para Bolsa Verde, ia ser direto com o governo, né, com o pessoal. E aí eles pagavam direto para vocês, o governo? É, também ali. Chegava, a verba liberava ali, quando programado já vinha tudo pra nossa conta direitinho. Ah, assim, aí pagava na conta? Na conta, é. Teve alguma dificuldade em relação a isso, assim, de abrir conta pra receber isso? Eu não, porque eu já tinha, né? Eu já tinha a conta. Aí foi tranquilo também? É, foi tranquilo. (Entrevistado 17).

Quando questionados diretamente sobre sua percepção sobre o processo de cadastro do programa, novamente apenas um entrevistado, do município de Lavras, informou que achou o processo de cadastro burocrático. Ele informou que tinha técnicos (as) de entidades governamentais próximos e que o ajudavam, mas, mesmo assim, achou o processo de cadastro extremamente burocrático. A inferência que se pode fazer nesse caso é que provavelmente os técnicos das entidades governamentais informavam sobre o processo, mas se limitavam a isso, enquanto os (as) técnicos (as) da OSCIP que auxiliaram os (as) inscritos (as), em Baependi e proximidades, faziam todo o processo para os (as) interessados (as). Os (as) demais entrevistados (as) enfatizaram a facilidade que realizar o processo de cadastro e,

ao serem questionados se teriam alguma sugestão de melhoria, informavam que não, que o processo havia sido bem tranquilo, sendo solicitados, segundo os (as) entrevistados (as), apenas documentos que a maioria tinha ou era fácil de conseguir, como certidão de propriedade da terra (escritura), comprovação de produtor rural, documentos pessoais e coordenadas geográficas auferidas pelos (as) próprios (as) técnicos (as), segundo esses relatos.

Já o entrevistado 5 informou que teve um problema de cadastro relacionado a uma área sobreposta, que aconteceu pelo processo de cadastro da área ser auto-declaratório, assim como no CAR. E, como o vizinho teria inscrito essa área que seria dele, no Bolsa Verde e no CAR, o vizinho acabou recebendo por ela que não teria conseguido resolver a questão. A sugestão que ele deu, para a melhoria no processo de cadastro, seria auferir com mais exatidão a questão da área. Segundo o relato de vários (as) entrevistados (as), a inexatidão das medidas das terras rurais é uma questão bem comum. Antigamente, não se realizava a medida exata das propriedades pelas dificuldades de equipamentos e, para realizar a medição exata e por, à época, não ser possível captar as coordenadas geográficas, ou ainda, posteriormente, quando passou a ser possível, era difícil captar com exatidão, por isso, segundo os relatos, utilizava-se muito a área “louvada”, que seria uma estimativa do seu tamanho. Com isso, diversos (as) entrevistados (as) relataram que tiveram que realizar o processo de retificação de área e, para que isso acontecesse, todos os vizinhos confrontantes precisaram concordar e assinar o documento para posterior registro em cartório. Com o avanço dos instrumentos utilizados, principalmente para georreferenciamento de área, é possível que atualmente, ao se realizar novos cadastros de áreas, para programas de pagamento por serviços ambientais, esse tipo de falha ou divergência não aconteça mais, ou ao menos seja bastante reduzido.

O entrevistado 11 relatou que teve problemas para a alteração do beneficiário com o falecimento do seu pai, que era o beneficiário original do programa, ao passo que o entrevistado 4 também precisou fazer esse processo, fornecendo certidão de óbito e não relatou dificuldade. A diferença é que o entrevistado 11 tem muitos irmãos, (13) e que residem distantes e quando precisa enviar alguma documentação solicitada pela gestão do programa, é necessária a anuência de todos eles com assinatura reconhecida no cartório o que, além de dificultar por não residirem perto, ainda traz custos tanto com o cartório quanto com o correio. Portanto, o entrevistado 11 relatou grande dificuldade até os dias atuais quanto a essa questão de cadastro. No entanto, durante a finalização da pesquisa, foi identificada nova orientação, quanto ao programa nesses casos, no documento Bolsa Verde: lições aprendidas disponível no site do IEF, que consta a necessidade de apresentar termo de nomeação de inventariante emitido pelo juiz, nos casos de falecimento do beneficiário. Realmente existe

uma orientação jurídica repassada pela Procuradoria do IEF, mesmo observando-se a dificuldade do atendimento, em especial, pelos custos relacionados à abertura de processo de inventário, o que ocasionou o cancelamento de processos, sem o pagamento das demais parcelas. É uma obrigação legal, porém não existe amparo no ordenamento legal atual para a dispensa desse documento. Mas, em relação à carta de anuência dos demais herdeiros ao inventariante, assim como os documentos pessoais dos herdeiros, contatou-se que seriam documentos que poderiam ser dispensados, considerando que o inventariante já possui legitimidade para tratar dos aspectos relacionados ao inventário. Além disso, com a legislação que versa sobre a simplificação, na prestação de serviços pelo Poder Público, tanto na esfera federal, como nas esferas estaduais e municipais, muitos documentos estão sendo dispensados da necessidade de assinatura com firma reconhecida em cartório. (IEF, 2022).

Os entrevistados 15 relataram também sérios problemas com o cadastro da área, não em relação ao processo em si, pois não tiveram dificuldades e não consideraram burocrático. Mas tiveram, segundo seu relato, um grande problema com o tamanho da área cadastrada, visto que era de 60 hectares e, por algum erro, segundo eles, não lhes foi justificado. Houve grande redução de área para seis hectares, sendo assim, relataram que a alteração ocorreu sem a devida justificativa. Nos documentos de controle da gestão do programa consta apenas que o beneficiário realizou recurso fora do prazo e, por isso, não teria sido possível retificar o termo de compromisso mútuo – TCM, que seria uma espécie de contrato do programa, em que constavam os detalhes sobre a área cadastrada, inclusive, seu tamanho. De acordo com o documento Bolsa Verde: lições aprendidas com a evolução dos sistemas de informação geográfica e maior número de imagens de satélite disponíveis foram verificadas algumas inconsistências no cadastro de certas áreas de vegetação nativa cadastradas no programa Bolsa Verde. Quando esses erros de cadastro foram identificados, o polígono foi ajustado, com a exclusão de áreas inaptas, no entanto a retificação do polígono com inclusão de novas áreas aptas não foi permitida para evitar que fossem criadas novas despesas. Como sugestão de aprimoramento, para futuros editais ou novos programas de PSA, o documento traz a necessidade de padronização dos polígonos e tabelas de atributos dos polígonos das áreas cadastradas a fim de compor uma base de dados, o que facilitaria a publicidade das informações. (IEF, 2022).

Mas por exemplo quando foi fazer o cadastro, porque tem um IEF aqui né? Dentro da Federal? Tem, agora, lá embaixo, o IBAMA, principalmente, sempre me ajudou muito, o IBAMA tinha uma funcionária aqui que tá aposentada, chamava R., foi tipo assim, eu brincava com ela, R., você parece um anjo da guarda, porque me apoiava, porque tinha muito documento,

muita coisa, tinha uns negocio de ir no cartório de fazer, reconhecer, não sei o que, que coisa chata... Deve ser fazer a averbação da reserva? Isso averbação. Perda de tempo, demora, é... eu fiz isso tudo, agora se tiver isso de novo, hoje não faço mais não, negocio de cartório ter que pegar senha... Então essa parte do cadastro mesmo foi difícil? Foi. Dos documentos? Essa parte de documentação, o Brasil tem uma vocação burocrata impressionante, é tudo e até uma simples declaração que não votou é complicado... Se bem que hoje tá conseguindo tirar até nos aplicativos né? É... (Entrevistado 1).

E lembra se na época achou difícil de fazer o cadastro? Ou se foi tranquilo? E2.1: não, não foi difícil, muito pelo contrário, não foi difícil não. Ah eles tinham todas as informações? E2.1: tinham, entendeu, isso aí eu lembro, não demorou e não teve dificuldade nenhuma de fazer o cadastro não. É foi naquela época que surgiu isso aí, foi na mesma época (...). Então, você tinha falado que sobre o cadastro do programa o senhor não teve dificuldade, né? E2.1: Não, nenhuma. Que o pessoal ajudou? E2.1: Ajudou (Entrevistados 2).

Porque quem fez, quem fez tudo foi a Amanhágua. Então eles meio que facilitaram as coisas? É. Eles tinham um convênio com acho que com a embaixada Alemã. Ficou sabendo por causa deles? Por causa deles. Eles comentaram e tentaram... Tentaram algumas mudas, me falaram isso. Até não sei se você conhece o... O apelido dele é Bacana. Trabalhou lá, está na Prefeitura, inclusive. Não... É até interessante conversar com ele. Você lembra o nome dele? Não, não lembro ainda agora. Ele, na época, trabalhava para Amanhã. Trabalhava para Amanhágua. E aí ele conversou com alguns produtores? Com certeza, com vários. Entendi (...). E aí, em relação à parte burocrática de cadastro, essas coisas, eles também facilitaram pra você a questão do documento? O documento era documento de praxe, é o título da terra, a comprovação do produtor rural. Isso foi o que foi pedido na época? É e aí foi tranquilo, porque era um documento que já tinha... Não teve nenhuma dificuldade. Não? Não, na época não existia CAR... Não achou assim nada burocrático demais? Não, não tem. (Entrevistado 3).

Depois o meu pai faleceu, o técnico responsável pelo programa Bolsa Verde nos procurou, falou ó o seu pai faleceu, é preciso mudar a documentação. Nós fizemos todo o trâmite, atestado de óbito, enfim, mudou tudo, já com a propriedade no meu nome, fizemos tudo, ficou elas por elas. E aí, em relação ao cadastro, quando foi feito, teve alguma dificuldade em relação à parte burocrática, assim, de documento? O que você achou do processo em si? Não, o documento foi... era o documento da terra, né? A escritura, documentos pessoais. Não teve nenhum, nenhuma burocracia. E aquelas marcações coordenadas, geográficas, tudo o que o técnico fazia, mas não... É, eu ia perguntar, e vocês, os técnicos ajudaram com essas questões? Ajudaram, ajudaram, não tinha nenhuma burocracia, basicamente documento da terra, documentos pessoais, fazia tudo. Então foi simples, não foi nada muito burocrático? Não, não tinha. Documental não foi nenhuma burocracia. (Entrevistado 4).

Então, eu cadastrei no programa tudo, mas teve um problema, tá? Na época eu não identifiquei, tá? Quando eu levei lá na Amanhágua pra poder fazer os documentos, olhando no mapa, tinha uma área que estava sobreposta. O vizinho cadastrou uma área e colocou uma área minha no terreno dele. Na época eu nem... hum essa área aqui, mas essa área aqui, como chegou sobreposta, acabou que como era autodeclaração. Acabou que eles colocaram um saldo de aproximadamente 4 hectares na propriedade dele. Eu vim a saber disso. Só agora, recentemente, foi informação até do P. Porque eu tive um problema com esse vizinho depois, que a minha divisa com ele

era na res.... Eu até adquiri uma parte da propriedade dele, quando eu comprei essa aqui, do Seu T. que tinha essa, como é que fala, essa averbação da reserva legal de uma outra propriedade dele. Esse rapaz comprou uma outra área desse Seu T. e tinha uma parte da mata, e diviso com ele era um caminho no meio dessa mata. E na verdade agora, recentemente, tem uns três anos, ele entrou dentro do meu terreno, passou a cerca de arame que ele fez, cortou duas árvores dentro da minha reserva legal, serrou, fez um curral e ficou me olhando de cara feia. Então, claro, não tem jeito, fiz boletim de ocorrência. Eu não sei qual foi o desfecho da questão do furto, mas da questão ambiental eu fiquei sabendo que ele fez um ajustamento de conduta, que ele pagou a cesta básica, uma coisa aí fora, mas do furto eu não fiquei sabendo até vou procurar isso melhor. Quando eu vi, aí ele perdeu o terreno todo, colocou o terreno ali (inaudível), e eu estava fazendo... fazendo topografia dele lá, tirando coisas do PRA, pedindo pra verificar a área mesmo, aí conheço o engenheiro que estava prestando serviço pra eles falou que tinha que fazer uma retificação de área, e eu falei, olha, eu vou levar pra ser assim, e não é assim, eu vou trazer os seus documentos, os documentos, como é que se fala, a planta que você fez, as coordenadas que eu vou olhar, na hora que eu olhei eu falei pra ele olha, tá errado isso aí, tem uma sobreposição aí, mas vamos ver o que está acontecendo, né. Por via das dúvidas, você pega a escritura dele, eu pego a minha e a gente vai lá e 'vamo' olhar, para poder ver o que está acontecendo. E assim fizemos, né. Ele pegou a escritura de uma parte, eu fui lá, mostrei pra ele, conferi que o que ficava na minha 'tava' na dele mesmo, e tinha sobreposição nessa área de um pouco mais de 4 hectares, quase 4 hectares. E aí eu falei pra ele, ó, não tem nem como. Aí eu fui levantar isso aí, porque eu perguntei pro P., ó, olhou pra mim, foi olhar, né, ele 'tava' no CAR dele, ele tinha colocado no CAR dele, essa área, e colocou o... tinha colocado um bolsa verde, tava essa área. Quer dizer, acho que ali foi uma falha, né? do cadastro, né? Que se por acaso isso vier a acontecer de novo, eu acho que teria que prestar atenção mesmo, de conferir. Porque na época eu não fiz questão, não... não olhei e disse, é isso aí mesmo, e, tal. Mas aí conseguiu resolver assim, no final? Bom, no final ele vendeu o terreno dele, mas essa área não é... Os atuais proprietários já sabem disso, porque ele tirou a cerca inclusive. Tá abandonado né, a cerca tá abandonada, no caminho que não passa ninguém. Na verdade é um caminho dos povos originários que foi utilizado pelos colonizadores e que hoje tá em desuso. Isso é uma coisa que até eu tenho trabalhado que eu 'tô' com a ideia de mexer agora de resgatar esses caminhos antigos. São vários aí que são bem bacanas os caminhos. Mas aí essa área tem 35 hectares, na verdade dá quase 40, de hectares de mata, porque o que estava cadastrado, meu do Bolsa Verde deu 35 hectares. E tem mais uma área de campo, que é... Bem acidentada, né. E uma parte como é que se diz? Agricultável, né, e uma parte de campo, que eu cheguei até fazer um plantio de candeia (...). Não, mas ele já tinha recebido, já tinha encerrado o programa, eu já tinha recebido também... Entendi... Foi com essa facilidade que você me dizia, no cadastro e isso aí pode ter... sem a comprovação se a titularidade da área estava correta, pode não, no meu caso aí, gerou essa... esse erro, e assim eu acabei sendo lesado. Isso aí você poderia, se você quiser, até pro seu trabalho de pesquisa, de me levantar essa informação e exibir meu vizinho F. (inaudível). Parece que.... Então, essa comprovação foi falha, né? Eu acho. Eu acredito que por ser o cadastro, que acredito foi muito simplificado na época. Até porque há muito tempo atrás a gente até conversou com outras pessoas, parece que tinha muita dificuldade nessa questão da área também, de comprovar. Acho que hoje em dia está um pouco mais fácil? É, se fosse por onde antiga (inaudível). É que a gente

conversou com umas duas pessoas que estavam fazendo, como que chama a palavra? Retificação de área. É, porque diz que na época, né, ficou... ainda era muito solto assim, né? Então foi isso que aconteceu. Quando ele colocou o terreno dele à venda, né? Esse rapaz lá... A área dele deu um maior... maior... passou... O engenheiro passou, o GPS lá, o geodésico, não sei. Foi pra se fazer, quando eu vi ele tinha uma área maior, né? Pra fazer retificação. Agora, esse engenheiro aí, ele tá fazendo muito lá, né? Muito vizinho meu. Um cara de São Paulo, chegou comigo de novo, e eu falei, olha aqui, mandou um vídeo pelo whatsapp, aqui tá aqui e eu falei, tá, eu vou lá ver eu cheguei e aí perguntei pra ele, onde você passou? Peguei as coordenadas lá. Ele falou, você vai pegar um lugar, não tem picada nenhuma, não tem coisa, não tem sinal nenhum, não passou nem bicho do mato passou lá, como é que você chegou na cerca de divisa, fui lá na segunda-feira, cerca no chão, alguém que passou né, cerca dividindo de uma madeira, muito complicado a manutenção. (Entrevistado 5).

Foi fácil, a Amanhágua fez tudo. (Entrevistado 6).

E em relação à parte de cadastro, eles também ajudaram com a documentação? Tudo! Eles orientaram tudo, eles foram, eles ajudaram a medir, eles tinham um escritório, eles faziam essa parte toda de documento, de levantar. Eles fizeram tudo. E foi super fácil também, não achou burocrático assim? De jeito nenhum. Era fácil essa parte dos documentos? Muito fácil. Muito fácil. Muitas pessoas falaram deles, que eles ajudaram com essa questão do acesso, do cadastro? Sim, sim. (Entrevistado 7).

Aham, tá, sei. E aí, quando foi participar do programa, que o pessoal da Amanhágua procurou, eles que ajudaram a fazer a parte do cadastro também do programa? Ajudaram a fazer a parte. E aí achou assim que foi simples ou foi difícil? Não, foi 'simpleszim' sim. Eu gostei muito. Não foi nada assim muito burocrático? Não, não, foi beleza. Os documentos para participar eram fáceis? 'Fácissimo' só 'truce' a escritura da terra e tudo. Só pra cadastrar, mas eu já consegui cadastrar. Entendi. Então o senhor não teve nenhuma dificuldade de acesso ao programa? Não. (Entrevistado 8).

Entendi. E aí tenta lembrar um pouquinho, pra me contar, da época da Amanhágua lá, que você foi fazer o cadastro no programa. Eles procuraram e explicaram como que era? Procurou, eu vim aqui na Emater, era aqui e, até o Z., da Amanhágua, a dona S., ela que me deu... E aí eles explicavam? Me deram 'morão' pra mim, muito morão arame, fechei umas água lá, onde era a mina d'água, mas só que a capoeira não podia fechar porque ela era muito grande. (...).É, no começo recebeu, quando minha aventura era Amanhágua, aí ia pagando certinho. Depois passou para Cruzília, aí deu aquele atraso medonho e só pagou 5 mil e não pagou mais nada. E eles pagavam isso na sua conta do banco? É, lá no meu banco do Brasil, eu tinha a conta aberta. E foi difícil conseguir? Você já tinha essa conta? Aí eu abri a conta lá. Só pra isso? Só pra isso. E aí foi difícil ou foi tranquilo? Não, a conta foi tranquilo. Hoje tá mais difícil se abrir uma conta lá. Não deixei de fechar. Eu tenho lá R\$400,00 pra não fechar a conta. (Entrevistado 9).

Entendi. E na época que foi cadastrar, você teve alguma dificuldade de fazer o cadastro no programa, com documentação, essas coisas ou não? Não. Lembra assim, se foi fácil? As dificuldades que eu tive, mas não foi por causa do Bolsa verde. (...) (Entrevistado 10).

Pedia muito (documento para fazer o cadastro). Era burocrático... E aí continuou sendo burocrática pra você fazer essa alteração pra você, né? Continuou sendo burocrático, sempre é burocrático, sempre pede no caso

documentos normais, documento da terra, né, do, do, do...a escritura, a certidão de óbito dele para provar que ele faleceu. E, no caso, todas as vezes eu tenho que pegar a assinatura dos treze irmãos. Isso que é o mais difícil, né? Isso, é. Porque, se tem um irmão em cada lugar, aí eu tenho que autenticar todas as assinaturas em cartório e enviar. Aí depois de novo. Porque você falou assim que a questão dos documentos não é que são documentos difíceis de conseguir, né? Não, são documentos fáceis. Mas essa questão, por exemplo, da assinatura. É, tem que ter a assinatura e depois, tipo, aí tem o custo também, não é tanto, mas tem alguns que não acham legal, tem que gastar, aí de novo, mas por que... Mas você fala custo porque teve que reconhecer a firma? Tem que autenticar todas as assinaturas todas, todas as vezes e você tá... É um custo baixo, mas depois assim... Mas eu estou perguntando por que agora já tem tanta mudança, né? Tem aquela questão da gente reconhecer pelo aplicativo do GOV, essas coisas, né? É, agora me solicitaram de novo, há pouco tempo. Aí não sei como vai ser agora. Preciso autenticar de novo. Só não sei se vai poder ou se vai... Não, mas tem que ser em cartório. Eu acho que pela Carta de anuência tem que ser em cartório. Tem que ser em cartório? Porque eu lembro que teve uma portaria, acho que foi até desse último governo, falando que ia abolir esse negócio de cartório, que ia aceitar outras? Olha, talvez possa até ter que pesquisar, mas tipo assim, mas eles mandam sempre uma carta de anuência, porque todo mundo tem que assinar, pelo jeito lá fala cartório. Mas talvez tenha que ver melhor. Pode ser que dê, mas não seja necessário mais? Mas talvez também a informação ainda não chegou... porque você falou que tem um pouco de dificuldade de comunicar, né? Porque você não tem uma pessoa de referência, assim, pra conversar? Não. Mas você já fez esse processo várias vezes e mesmo assim não recebeu nada? Não. Só a primeira parcela, porque você recebe em parcelas... A primeira parcela, no caso, foi o que o pai que recebeu. Eu só retirei porque ele já tinha falecido. Aí, no caso, depois não recebi mais. (Entrevistado 11).

E na época que vocês fizeram o cadastro, você falou da Amanhãgua, né? E12.2: foi. Eles também não tinham essas informações pra passar? E12.2: Não. Entendi. E pra fazer o cadastro, eles que ajudaram? E12.2: Foi, eles ajudaram a gente a fazer esse cadastro. E foi assim, foi difícil, foi fácil? E12.2: Foi, foi fácil. A documentação que pedia era muita burocracia ou não? E12.2: Não, não era muito. É, era com escritura, né? Umass coisas assim que a gente conseguia claramente, mas foi... Foi rápido, foi tratada. Acessar o programa foi através deles também? E12.2: através deles, a gente não tinha informação. Eles que procuraram, explicaram? E12.2: é, Foi. (Entrevistados 12).

E aí, na época que o Z., né que o senhor falou que foi apresentar o senhor teve alguma dificuldade assim de acessar o programa ou foi tranquilo? De fazer o cadastro? Pra fazer? É. “Es” (eles) foi lá, não foi? E fez. Ah, então foi fácil? É. Eles ajudaram o senhor a fazer? É. E a parte de documento era muito difícil ou era tranquilo? Era tranquilo. Eles ajudaram também a? Ajudou, é. Não foi muito burocracia, assim, não né? Foi não (.Entrevistado 14).

Não foi muito burocrático? Amanhãgua que ajudou? Foi, ajudou. (Mas relatam que o cadastro da área foi feito errado, com área bem inferior à solicitada que foi de 60 hectares e foi aprovada seis hectares). Não, não foi, não (...). A Bolsa Verde pagou uns três anos, meu cunhado recebeu, eu recebi, acho que uns dois só. Mas quem fez a lá... mudou o papel pra Bolsa Verde, o meu, eu pus, é 60 hectares que eu tinha na Bolsa de Verde. O cara

cortou o zero, pôs seis só. Aí só ficou? Aí eu recebi, acho que, dois mil e pouco só. Meu cunhado ali com 30 recebeu seis mil. Fizeram errado, deu um erro, medonho. Cortaram o zero (...). O pessoal lá da Amanhágua que ajudou? Foi, ajudou. Esse que fez tudo, né? Aí tinha o escritório da Amanhágua, até o rapaz que trabalhou lá, é meu primo, sabe, ele que fez errada a “foia” minha, 60 hectares, depois seis, ele cortou o zero, aí pagou sobe seis só. E aí não tinha mais jeito de arrumar? Aí não teve, o meu filho tentou ver se arrumava, se recuperava os 60 hectares, que se tem na época ia vim uns seis mil, era bem mais de seis (...). O ruim foi que eu não dei sorte, que o rapaz lá fez o cadastro lá errado. Ele errou, ele pôs a 60 hectare e depois ficou seis hectare. E na época, o senhor não? Aí tentaram correr atrás, o meu filho tentou, mas não conseguiu. Mas na época, o senhor acompanhava eles pra fazer essa? Acompanhava, fui lá no escritório deles ali da Amanhágua, fui lá. Entendi. É. Mas aí mesmo assim ficou errado? É. Que primeiro chamava a Bolsa Verde, né? Primeiro, né? Não, primeiro foi a Amanhágua. Que a M. que veio pra cá, que criou ela aí. Aí depois passaram pra Bolsa Verde. E teve mais gente aí que tinha, acho que recebeu, viu? (Entrevistados15).

Olha, era uma ONG ali de Baependi, que... e o meu irmão era funcionário da EMATER, conhecia o pessoal da região, e daí soube dessa Bolsa... dessa... desse dinheiro que vinha para o pessoal manter, deixar reflorestar e aí tudo começou nessa ONG, aí de Baependi, que eu não lembro mais o nome... Aí ele passou as informações para você? E aí a pessoa ONG veio, cadastrou, visitou os terrenos, vinha vistoriar todo ano, tinha os rapazes lá que era contratado, vinha, vistoriava tudo direitinho, sabe? E foi não sei quanto tempo, eu não lembro. Depois passou pro Bolsa Verde, aí já virou uma coisinha assim... Enroscado já. Quando passou pro governo direto, aí já enroscou mais. Dava trabalho pra gente receber, até hoje tem uma parte que eu mesma não recebi (...). Então, essa época do contrato, assim, pra fazer o cadastro, lembra mais ou menos se foi difícil? Se a documentação era complicada? Não, não. Pra fazer o cadastro, não. Era tranquilo? Era uma ficha que a gente preenchia tudo, a escritura, o tamanho da terra, quantos hectares direitinho. Não era complicado, não (Entrevistado 17).

E quando fez a inscrição no programa, a parte de documento pra fazer o cadastro foi fácil ou foi difícil? Não, foi fácil. Quem que ajudou, assim? Parte da escritura, do terreno, entendeu? E os confrontantes que eu tinha. Mas aí foi esse pessoal do IEF que foi lá que ajudou a fazer? Foi. Ah, tá, entendi. E aí era fácil? Aí pediu documentação, meu CPF, tudo. Foi fácil. Entendi, não teve nenhuma dificuldade? Não teve, não. (Entrevistado 18).

Após o questionamento sobre a percepção que os (as) beneficiários (as) entrevistados (as) tinham sobre a importância ou não de ser realizar uma avaliação como instrumento, para aperfeiçoamento de uma política pública e, especificamente, sobre a importância ou não de se avaliar o programa Bolsa Verde, foi dada a oportunidade aos (às) beneficiários (as) entrevistados (as) de relatar, segundo sua própria visão, qual ou quais teriam sido os principais acertos do programa, ou seja, o que considerariam os principais pontos fortes ou positivos que o programa atingiu. As respostas foram bastante variadas e alguns (algumas) foram bem pragmáticos em sua resposta, com a opinião de que a própria iniciativa, para a criação de um programa de pagamento por serviços ambientais, tinha sido um ponto positivo

e inovador, mas para alguns (algumas), a partir daí, pouco tinha se desenvolvido. Outros (as) foram ainda mais objetivos em sua resposta informando que o principal ponto positivo havia sido o fornecimento de recurso financeiro. Mas houve aqueles (as) que destacaram a importância ambiental do programa com o auxílio para o desenvolvimento de uma consciência e prática mais favorável à preservação dos recursos naturais. Muitos destacaram a importância de passarem a se importar com o cercamento de nascentes ou áreas de vegetação nativa, por exemplo, isolando-as de acesso ao gado. Mas alguns (algumas) questionaram a não continuidade, não só do programa, mas de ações que reforçassem essas ações preservacionistas. Um dos entrevistados citou que o principal ponto positivo do programa foi o reconhecimento de que os produtores rurais têm uma importância muito grande na preservação. Para um dos entrevistados, que teve todo o pagamento devido recebido, o maior ponto positivo foi o programa ter cumprido tudo o que foi acordado, ressaltando a importância da finalização do contrato, com os pagamentos efetivados. Muitos (as) beneficiários (as) entrevistados (as) destacaram tanto a importância de despertar uma consciência ambiental quanto o recurso financeiro em pé de igualdade, mostrando que valorizam também esse reconhecimento prático. A relação da conservação de áreas de vegetação nativa com a preservação dos recursos hídricos também foi muito citada, como um aspecto de fundamental importância, a palavra “água” é uma das mais citadas nas entrevistas. Além disso, alguns destacaram a importância do “efeito dominó”, com a experiência de alguns houve também uma influência em vizinhos para adotar essas práticas mais conservacionistas, como parar de colocar fogo em algumas áreas, por exemplo. Ou até mesmo ir além e passar a combater o fogo nas áreas de vegetação nativa em caso de incêndio. Um entrevistado comparou o programa Bolsa Verde com os demais programas executados pela OSCIP, que atuava na região, relatando que, na época que eles atuavam com os demais programas, faziam um acompanhamento bem mais próximo dos (as) produtores (as) rurais, e que esse acompanhamento individualizado foi o que existiu de melhor em todos os programas. Essa e outras observações serão tratadas mais adiante, ao se analisar as falhas relatadas pelos (as) entrevistados (as) e as sugestões de melhorias informadas por eles (as).

O principal acerto é a proposta né, de apoiar, tipo assim, o fato de ter surgido essa proposta é um grande ponto positivo, né, eu não sei se tem RRPN que recebe isso, assim, regularmente, poxa, maravilha, mas a partir daí não serviu pra mais nada não. (Entrevistado 1).

E2.1: De melhor foi... é... E2.2: Foi a intenção. A intenção foi a melhor. E2.1: hein? A intenção foi boa. Ajudar a fechar as matas, essas coisas, entendeu? E2.2: é, é. E2.1: Não era fechado, eu fechei ele. Todos os meus pedacinhos de mato que tem lá, gado não tem acesso não. Principalmente

não tem acesso. E2.2: é, foi feito nessa época. E2.1: Foi nessa época que eu resolvi, não de uma vez, mas fui fazendo. Esse aí, acho que foi o mais importante pra mim, ter isolado as nascentes da fazenda e a mata. Tem uma mata lá que eu tenho uns... sei lá, 'vamo' por... A mata em si, tem outros pedaços, mas ela deve ter uns 10 hectares, 8, 10 hectares. Ela é fechada. (Entrevistados 2).

Na época foi positivo. Depois morreu. Mas o que que achou que teve de positivo? Não, ajudou na época, por exemplo, a divisão de... de preservação, entende? Da parte de que era... a parte de preservação, de se cercar. Uma cerca bem feita, tinha aquele 'balancinho' e tudo, entende? Sim. Forneceram tudo. Mas...E é isso. E aí? (Entrevistado 3).

De bom? Eu acho que de certa forma despertou no povo da zona rural esse cuidado que a gente deve ter com o meio ambiente. Isso aí foi um ganho. No começo todo mundo ficou assustado, assustado sim, porque chegaram oferecendo, né? Aí começa aquele 'mimimi' daqui e 'aí ah', porque você vai vender a sua mina d'água, você vai vender pro governo, até isso, falaram que é desconfiança. Não é isso, ninguém vai vender a mina d'água. O governo tá dando um incentivo pra você preservar a sua mina d'água. Ele quer o documento porque precisa, né, documentar o negócio. Então, eu acho que foi muito válido, sim, despertou uma consciência ambiental nos produtores rurais que talvez não tivesse. (Entrevistado 4).

(Pausa, pensa bastante...) Uai, a remuneração né, o pagamento por serviços ambientais, né, isso é um acerto, é um atrativo, né, pra a adesão e a questão da preservação, mesmo, né? E isso acaba que mobiliza, pela preservação, né, e reconhece que os proprietários rurais têm uma importância muito grande na preservação. E são, e muitos são, muito, muito, muito, muitas das vezes, né? Na ótica, na percepção deles, eles sabem o que deve ser feito, mas não tem, como é que se diz, esse reconhecimento por aquilo que está sendo feito, falam, vamos fazer para que? Ninguém faz, e ninguém recebe nada por isso. Fica naquele sentido, né? Fazer... de compreensão de injustiçados, sabe? Pra que que eu vou fazer... (Entrevistado 5).

Tudo que foi acordado foi cumprido (...). Iniciativa nova (...). Eu acho que abriu muito a cabeça das pessoas é a questão de conscientização, né? De se preocupar com o ambiente, pensar em melhoria, de preservar, de deixar uma vida melhor para as próximas gerações (...). Todo recurso é bem-vindo, região pobre. (Entrevistado 6).

Os principais acertos? Aaah... As pessoas terem mais conhecimento dessa questão ambiental, as pessoas se interessaram mais, já ficaram mais preocupadas, já separaram algumas áreas, mesmo que fosse por conta do dinheiro, né? Mas já despertaram mais pra essa questão, nunca tinham ouvido nada, eu acho que isso foi muito bom. (Entrevistado 7).

Ah, eu acho que existiu muitas coisas boas. Por exemplo? Mas é o que vai ajudar a natureza. Foi um grande... criaram isso daí, não sei se foi o governo, quem foi o esse programa aí da Bolsa Verde. Entendi. Foi muito bom. E igual também vai ajudar a situação financeira, que nessa época era muito apertado por ele. Sim. Ajudou demais a trazer. (Entrevistado 8).

Então, na época que saiu pra 'nóis' foi muito, foi muito bom, uma coisa boa, que eles inventaram, e o outra também, né, porque, pensa bem, agora, graças a Deus, jogou bem, mas para trás, para trás 'farto' muita Água. É, muito terreno ficou sem água, muito bem, né, com a água, né. Então, assim, o que é que foi que teve de melhor no programa, se fosse falar assim? O melhor foi o

dinheiro nosso né, porque ajudou muito. É, precisamos mais... (Entrevistado 9).

Bom, positivo foi isso aí, o que eles falaram pra gente. O objetivo, né, positivo que eu acho é isso. Para, vamos dizer assim, para a população, para o projeto, era de que conseguiu fazer uma coisa, né, já foi positivo isso, de, de, agregou bastante gente que se comprometeu e quando deu uma ajuda, eu acho assim, não no meu caso, mas uma pessoa mais igual o meu, meu vizinho, que vive só daquilo ali, essa ajuda é muito boa. Pra eles, pra mim, eu vejo isso aí. Eles valorizam muito. Então, por exemplo, uma ajuda pra pessoa pra ir preservar, isso é importante. (Entrevistado 10).

Eu acho que seria no caso o incentivo. Tem pessoas que talvez nunca ‘fazeriam’ uma reserva, ter um espaço desse se não fosse o programa. Meu pai não precisou disso. Tem pessoas que nunca teriam. E tipo assim, por mais que eu não entenda tanto, eu sei que é importante ter essas áreas de preservação. Eu acho que é importantíssimo. Aí você acha que o programa desperta um pouco isso nas pessoas? Desperta. Até muitas pessoas talvez ‘fazeriam’ só pela contribuição que tem. (Entrevistado 11).

E12.2: O que eu posso dizer que foi importante? A questão da preservação, né? Se a gente... Mas a gente já... Já consciência de tá fazendo, né? É... Né? Nossa, fiquei na dúvida agora, de repente. (...).E12.1: eu achei que foi bom... E12.2: Eu também... Eu indiquei várias pessoas... E12.1: Que eu achei... Foi... Foi bom lá o Projeto. Eu achei... Mas por que achou bom? E12.1: Porque eu achei bom que aí as pessoas não colocam fogo, a gente avisou para todo mundo, eles não colocam fogo, lá queimava, eles pescavam, eles punham fogo, e isso acabava nas águas, destruíam tudo, porque passava fogo, né, queima tudo, então eu achei que foi bom. Então, melhorou a consciência? E12.1: Melhorou a consciência das pessoas... E12.2: através da gente lá a cabeça do pessoal do vizinho era diferente o que acontecia, que a gente estava fazendo um projeto que eles não tinham esse conhecimento... E12.1: aí a gente começou a falar, falando pra eles que olha, está destruindo a natureza as águas estão acabando aí porque não vai ter água como vai fazer? A gente falava pra eles, começamos eu achei que foi bom. (Entrevistados 12).

Foi bom, porque fechou lá, a reserva saiu. Então você acha que foi importante? Foi importante (...). Teve bom. ‘As criação’ não entrou mais lá, né? Aí “elas desce” toma do bebedor, não toma água do ‘corguinho’... os gado não entra mais lá, deixa a criação. (Entrevistado 14).

Achou que faltou um pouco de acompanhamento, de escutar vocês no programa? Deles lá? É. Não, não faltou não. Não? Acha que foi bom as informações que tinha? Foi, foi bom. Foi bom. Foi ruim não. Ah, foi o dinheiro que eles pagaram, ajudou, né? Foi bom. Foi bom, não foi ruim, não. Filho: positivo foi preservação da área, porque é uma área de recarga de nascente, então ajudou a preservar a mata nativa, então melhora as nascentes e a questão financeira também que é uma contrapartida né, pro produtor, uma contrapartida financeira que é muito boa, então assim, é bem positivo mesmo. Bem positivo. (Entrevistados 15).

E16.1: Não, o que foi bom que foi virando um mato, né, sem queimar, né? E aí se, por exemplo, não tivesse isso, ‘tava’ queimando. E a gente faz tudo aí pra não... E16.2: as vezes sem incentivo não ‘tava’ preservando, porque a gente gosta mas é difícil. E16.1: aparece fogo. E16.2: a gente vai lá e apaga. E16.1: arrumo uma turma, tem um lourinho aqui, o patrão dele lá do Rio,

né? Então vai com a turma tudo apagar, mesmo nessa serra nossa. (Entrevistados 16).

Bom, é que a Amanhãgua foi tão boa, o... o que aconteceu do Bolsa Verde foi que o cara veio e que a gente fez os cadastros ali na biblioteca, foi todo mundo ali, fizemos o cadastro direitinho e depois uma vez ou outra eles vinham e pronto, agora o da Amanhãgua eles ficaram amigos, eles vinham porque na cidade a M. vinha aqui, que era a presidente da ONG ali, ela vinha aqui também, sabe? E eles vieram, fizeram o cadastro direitinho, mas não foi aquela coisa assim, de você se inteirar de um programa que você 'tava' ali participando, sabe? Vieram, fizeram, pagavam, vinha de vez em quando. Aí faltou essa? É, e a outra como foi uma maravilha, a outra... Aí fica sempre essa comparação, assim, né? É. (Entrevistado 17).

Eu acho que foi bom. Pra mim, nota 10. (Entrevistado 18).

Uai de bom que fizeram a capoeira, no caso, o plantar, que eu plantei lá uns pinherinhos, já estava secando. E faz um mato e preserva a água, eu acho que é muito bom. (Entrevistado 19).

Quanto à percepção de que os (as) beneficiários (as) entrevistados (as) tiveram sobre as principais falhas do programa, ou o que apontaram sobre os principais pontos que consideraram negativos sobre o programa Bolsa Verde, as respostas também apontam pontos de congruência, mas também peculiaridades, de acordo com a observação de cada pessoa entrevistada. Vários (as) entrevistados (as) apontaram a falta de continuidade como a principal falha do programa, o fato dele ter acabado. Além disso, um entrevistado apontou uma questão que é muito sensível na relação entre a sociedade e o poder público, a dificuldade de conhecimento de todas as normas criadas (portarias, resoluções, decretos, etc), tanto de divulgação das informações que, muitas vezes, não chegam até as pessoas, como a própria linguagem utilizada que, segundo o entrevistado, deveria ser apropriada de forma mais "palatável", para as pessoas que precisam ter acesso a essas informações, como por meio de cartilhas ilustradas e como linguagem mais simples e objetiva, por exemplo. Outro ponto negativo levantado foi a falta de acompanhamento mais próximo, não apenas como um monitoramento, mas como uma extensão rural, mesmo para troca de experiências com os (as) beneficiários (as) envolvidos (as). Um dos entrevistados relatou que a falta de informação de forma fácil, ágil e disponível, inclusive como preconiza a lei da transparência que rege o serviço público, é um dos maiores problemas apresentados pelo programa. Segundo ele, não existe um painel claro e disponível com as informações de por que um (a) beneficiário (a) recebeu e outro (a) não, o que fomenta desconfianças e descrédito. Vários relatos dão conta de favorecimentos políticos como motivo, para alguns beneficiários terem recebido os recursos financeiros devidos, e isso se deve provavelmente a essa falta de um local próprio com informações claras sobre o programa, principalmente acessível à sociedade com os motivos

claros do que levou ao pagamento de alguns beneficiários e outros não. Ainda, a falta de pagamento e o atraso foram outra falha crítica do programa, pois a percepção que teve é de que foi beneficiário do programa, mas não foi beneficiado pelo programa, pois até a data da entrevista não havia recebido o que lhe era devido. Segundo esse entrevistado, a impressão que o programa passou com essa questão é que foi extremamente desorganizado. Muitos (as) entrevistados (as) relataram ou demonstraram um sentimento de injustiça, em relação a essa questão, tendo se sentido injustiçados por terem cumprido sua parte do acordo, mas não terem recebido a parte que cabia ao governo, que seria o pagamento, ou ao menos, informações claras, diretas e precisas. Além disso, a estrutura das entidades ambientais do estado com as diversas temáticas trabalhadas não permite, segundo ele e muitos (as) outros (as) entrevistados (as), que se tenha acesso às áreas responsáveis do programa com facilidade. A maioria até desiste de tentar contato, pois os (as) próprios servidores (as) não sabem direcionar corretamente para as áreas que atendem o programa Bolsa Verde. Já para o comando e controle, segundo esse entrevistado, não existe essa dificuldade, o que se pode depreender que reforça a visão punitivista do estado. Apesar da regionalização de algumas entidades de meio ambiente do governo de Minas Gerais, inclusive do IEF que é o executor do programa, os (as) entrevistados (as) relataram grande dificuldade de identificar qual a estrutura desconcentrada que atende a sua região e em que município estaria a entidade responsável pelo atendimento dessas áreas. A falta de informação, segundo os (as) entrevistados (as), foi tão grande, que sequer eram avisados sobre os créditos, houve até relatos de que o dinheiro foi recebido na conta bancária aberta apenas para esse fim, que o produtor não movimentava e ficou por três anos, até que ele se desse conta, principalmente pelos atrasos e falta de informação. Os (as) beneficiários (as) não ficavam acompanhando, inclusive, houve relatos de pessoas que até hoje ainda não haviam recebido. Houve entrevistados (as) que apontaram a falta de comunicação e de informação como bastante prejudicial à imagem dos (as) técnicos (as) e da própria OSCIP que auxiliou na divulgação do programa na região, pois, com a falta de pagamento, os atrasos e a falta de informação, criaram-se boatos de que seria a responsabilidade da OSCIP. Alguns (algumas) entrevistados (as) tiveram dificuldades em apontar diretamente as falhas, quando questionados especificamente sobre isso e não quiseram apontar, mas, durante as entrevistas, foram sendo observadas as principais falhas apontadas, mesmo que indiretamente por eles (as). Algumas ações muito comentadas, para apontar as falhas do programa, foram a falta de transparência, a falta de comunicação, a falta de acompanhamento, a falta de monitoramento e a falta de fiscalização. Houve também as questões individuais levantadas anteriormente, como dos entrevistados 15 que relataram

também sérios problemas com o cadastro da área, com redução da área sem a devida justificativa para eles; o entrevistado 11 relatou que teve problemas para alteração do beneficiário com falecimento do seu pai que era o beneficiário do programa e até hoje enfrenta problemas, para a regularização da documentação e não consegue informações claras que possam sanar o problema e o entrevistado 5, ao informar que teve um problema de cadastro relacionado a uma área sobreposta por um vizinho, que acabou recebendo por sua área e ele também não conseguiu sanar o problema, tendo sido prejudicado. Outra questão que pode ser apontada como falha, apesar de ter sido apontada diretamente nesse questionamento por apenas um entrevistado, mas foi sendo relatada por diversos (as) entrevistados (as), ao longo de seus relatos, foi como ficou dificultado para que os (as) beneficiários (as) entendessem de fato quantas parcelas foram recebidas. Com os atrasos, alguns (algumas) beneficiários (as) receberam várias parcelas juntas de uma vez, isso fez com que os (as) beneficiários (as) não soubessem identificar de fato quais as parcelas receberam, quando receberam e a qual parcela/período as parcelas se referiam. Ao verificar nos documentos de gestão do programa, várias pessoas que relataram não terem recebido tudo, tinham registrado, no acompanhamento do programa, que haviam recebido todas as parcelas e que os contratos estavam finalizados. Pode-se depreender que essa confusão foi gerada pelo próprio transcurso do tempo pela demora, para que os pagamentos fossem realizados e, junto a essa questão, ter havido pagamentos de parcelas conjuntamente em uma única vez. Provavelmente, se houvesse um painel com as informações de pagamentos facilmente acessíveis para esses (as) beneficiários (as), as informações ficariam mais claras.

A falha é essa, é não ter continuidade, não ter continuidade, não ter orientação eu até acho que existem programas, existe programa de vacinação da Covid, programa de vacinação da gripe, programa de vacinação da poli, devia ter um programa de RPPN, sei lá o que, sabe, centrado, focado, aí eu ia lá tratar disso, eu não ia ficar, vai aqui, vai ali, tem gente que não sabe, manda pra outro, que não tem certeza, que precisa ver, que tem uma nova portaria, isso enche o saco, é muito chato, então se de repente tivesse um programa de RPPN que a unidade fosse preparada para responder essas questões, e o proprietário, não precisasse gastar tanta energia com coisas que as pessoas deveriam saber, devia saber, então, ah surgiu uma nova portaria né, ah precisa ver, ah vou mandar pra você a portaria, eu não, não vou ler portaria, detesto esses negócios aí, linguagem chata... Devia facilitar né? Fala pra mim, essa portaria aí o que eu tenho que fazer, fala pra mim, eu faço, mas não vou ler nada não. Deus me livre... advogado, odeio, com todo o respeito... (Entrevistado 1).

E2.1: A falha foi não ter cobrado. Levar para frente o programa. E2.2: Falta de assistência mesmo. E2.1: é cobrado é uma palavra muito forte, né, falta de assistência mesmo, de ajudar as pessoas a fazer isso aí. Não teve incentivo, depois que fez esse cadastro, foi e ficou assim, ficou a bel prazer, né? Não teve uma pessoa acompanhando, não teve uma pessoa perguntando, igual

vocês vieram aqui agora, o que vocês estão precisando, né? O que é que vão fazer para o próximo? Não teve um acompanhamento do programa não teve, não veio, não foi. (Entrevistados 2).

Não teve continuidade. A falta de continuidade? Mais alguma falha, assim, que queria apontar? Que ele tenha acabado o programa. A principal. (Entrevistado 3).

Aiuruoca, Carvalho, então toda a Serra da Mantiqueira aqui participou desse programa. Teve produtores que fizeram junto comigo, Bolsa Verde, receberam um milhão de reais de indenização. Então, eu não sei se tem o dedo de político, se tem indicação. Muitas pessoas receberam, muitas não receberam. Eu estou entre as que não receberam (...). Sim, eu entrei no programa, mas eu não fui beneficiado com o programa (...). Mas você acha que por o pessoal ter falado assim, faltou um pouco de esclarecimento? Sim, faltou ouvir, aí que entra, você ouviu o produtor. Por mais que os técnicos falaram que não era aquilo, que não é nada, mas o povo da roça é desconfiado, né? Todo mundo é, né? Cada vez mais. O povo da roça é desconfiado, né? Tem que ser também, né? Mas eu acho que foi extremamente válido. Faltou um movimento maior. E as principais falhas, os pontos negativos? Os pontos negativos que eu vejo é a questão financeira. Eu acho que foi uma bagunça. Meu vizinho recebeu, eu não recebi. O vizinho de cá recebeu, o Dr. C. lá não recebeu. Lá na Alagoa, na Aiuruoca, a maior parte recebeu tudo. Porque na época o Antônio Anastasia era o governador de Minas Gerais. E o Antônio Anastasia tinha um namorado em... Olha o que eu tô falando, não é a fofoca, mas é a realidade. E o Antônio Anastasia (ex-governador) tinha um namorado em Aiuruoca. Vai falar que não teve o dedo do governo, eu acho que teve. Então, começa por aí. Eu acho que, se é pra fazer, o governo é que propôs...Vá, nós já vamos. Acho que deveria ser igualitário pra todos. Porque um recebe, o outro não. Eu conheço um cara que recebeu 1 milhão e 200 de incentivo, 1 milhão e 200. Talvez se tivesse também uma forma fácil de vocês identificarem porque, né? E os canais de comunicação também que inexistem. Então eu acho que as falhas são essas, esses privilégios para alguns e a comunicação é falha. Se é que existe. Se quiser ligar uma bolsa verde, você vai ligar pra quem, eu não sei quem. Você liga lá na Supram, que é um órgão, maior órgão. Você conhece lá, né? Não. Superintendência do meio ambiente de Minas Gerais. Mas é aqui? É lá em Varginha. Tem uma sede regional. Responde pra região inteira. Ah, então o de lá é o que atende aqui. Sim. Supram. Superintendência do meio ambiente. Deve ser regional, né? É regional, lá é o escritório regional. Deve ser. Lá responde por todos os departamentos de água, mata, enfim, não há ninguém na notícia. Ah, é porque na verdade o pessoal que eu conversei foi um pessoal do IEF de Lavras e um pessoal, acho que é do NAR, não sei se é NAR de Caxambu, que acho que é do IEF também, não tenho certeza. IEF, tem o maior órgão ambiental que tem no estado é a Supram, aliás, não o maior órgão, o órgão máximo que responde por todo o meio ambiente é a Supram. Entendi, mas mesmo assim é difícil? Se liga, olha, é do meio ambiente de vocês, queria falar no Bolsa Verde, ah não, não é aqui, aí passa pra um, passa pra outro, enfim, ninguém dá notícia. É difícil? Se fosse o contrário, se fosse o contrário, se eu ligar lá, olha, tem uma multa, como é que é o seu nome, então, 'perai', então, tá aqui, você vai pagar hoje? Aí todo mundo dá notícia. É o contrário. Complicado. (Entrevistado 4).

Foi com essa facilidade que você me dizia, no cadastro e isso aí pode ter... sem a comprovação se a titularidade da área estava correta, pode não, no

meu caso aí, gerou essa... esse erro, e assim eu acabei sendo lesado. Isso aí você poderia, se você quiser, até pro seu trabalho de pesquisa, de me levantar essa informação (...) E aí, e as principais falhas? O que teve de mais negativo, assim, no programa? Olha, o que eu percebi, tá, aqui na análise, isso foi até uma reclamação, tá, não foi só minha eu vi e percebi isso ouvindo, inclusive, de outras pessoas, né, até que não tinha uma... como que se diz, uma fiscalização maior, tá, dos gestores do programa aqui né, na região... Que ficou meio assim abandonado? (inaudível). Não sei se... se isso é aí foi geral, mas... eu ouvi da boca do produtor rural que pra saber como é que é que 'tava' acontecendo isso, a questão de gerenciamento dos recursos, ah não eu faço do jeito que eu quero e... Falta de transparência, sim, né? E de comunicação também, né? Unhum (meio magoado). (Entrevistado 5).

Falta de transparência na prestação de contas. (...). Falta de aviso do pagamento, dinheiro foi recebido no banco e ficou quase três anos até identificar (...). Falta de comunicação, publicidade dos dados. (Entrevistado 6).

Lá o nosso teve muito empecilho, porque parece que a segunda parte do dinheiro não saiu. Aí muita gente achou que foi a Amanhágua que fez coisa errada, eu acredito que não, que a M. era muito correta. E aí as pessoas começaram a falar que ela tinha pego o dinheiro, então ficou uma coisa muito chata. Então foi muito difícil essa questão de conseguir... Comunicação? Conseguir informação, de eles divulgarem também as questões e de saber com quem conversar. Sim, nossa, teve gente que ficou sem saber completamente. O pai do L. mesmo vai falar isso 'procê'. Que ele, pelo o que o L. falou, eles ficaram (...). Mas se a gente tivesse um canal, alguma coisa pra falar, pra conversar, seria bem melhor. Principalmente pras pessoas que não tiveram nenhuma informação. Eu ainda corri atrás, né? Mas teve gente que... E ia atrás da Amanhágua, foi aí que a Amanhágua teve o problema. Porque eles achavam que eles estavam recebendo e não estavam recebendo bastante. Sendo que nem passa recurso por eles? Não, nunca passou, vinha direto. E tem gente que chegou a falar que eles estavam roubando. Sendo que era direto pra pessoa, tudo por falta de informação, né? É, chega uma pessoa lá na zona rural, aí tem um com maldade, fala alguma coisa. Hoje todo mundo tem internet. Há 10 anos atrás lá não tinha luz. Então como que a pessoa ia saber se era verdade, se era mentira? A M. sofreu muito com isso. Teve gente de ameaçá-la, falando que ela tinha pego o dinheiro. Foi coitada. Ela sofreu muito com essa questão. Não era culpa dela, né? Sim, pelo contrário, né? Ela estava ajudando a facilitar, né? É ela tava ajudando...O acesso e tudo pro pessoal. Ai, é tão complicado lidar com os outros, né? Ixi... A comunicação (foi a maior falha)? Com certeza, a falta de informação. Total, total. A gente nunca teve acesso a nada, nunca teve informação, nunca teve nada. No começo, sim, fluiu bem. Ah, você vai receber uma vez por ano. A gente ia lá e recebia e pronto, de repente, parou de pagar e ninguém falou nada. Esse foi o pior. Tem muita gente que ficou descrente (Entrevistado 7).

Isso aí eu não achei... foi só a coisa de atrasar, né. Porque todo mundo caía na minha conta. E quando teve esse atraso, pelo menos consegui informação? Informar não vai sair... vai sair... vi só pela televisão. Quando eles informaram, aí primeiro saí umas cinco pessoas aqui em Baependi. Eu fui um dos primeiros. Risos alegres. Que bom, né? Porque teve gente que a gente conversou que não recebeu ainda. É, um vizinho meu, um vizinho meu... (...) Eu falo que no último ano não pagou, ficaram devendo dois mil, eu falei, mas pro campo, não, serviu muito. (Entrevistado 8).

Então, o que que teve de ruim? Não, de ruim não deu nada, não ‘trapaiô nós’ em nada. Viu? Só sei dizer que... Não te deu contrariedade? Não, eu fique satisfeito com isso. Não vou ser um lado, a capoeira tá lá, direitinho, né. (Entrevistado 9).

Agora, o Bolsa Verde mesmo, o meu primo que era o meu informante, porque às vezes o pessoal deixava muito a desejar das informações (...). O pessoal não pode... A única coisa que eu falo pra vocês é isso, não tá legal, vocês deveriam fazer os devidos... informativos... a informação... (...). O que achou que teve de ruim, assim, do programa? É, eu acho isso, as informações, às vezes a gente tem que ficar correndo atrás. Eu lembro disso, eu só lembro. Eu ficava ali olhando pra pessoa... ou e aí? E era fácil conseguir ou não? Hein? Era fácil conseguir as informações ou não? Não, eu, eu, eu, eu, o contato, eu conseguia. Sabe? As pessoas me atenderam, eu, assim, eu ouço. Mas depois eu falava, mas o normal não é você ficar correndo atrás da... (Entrevistado 10).

Pra mim seria mais essa burocracia mesmo. E de repente essa falta de informação que você falou? A burocracia e a falta de informação, eu não sei porquê. Eu posso estar errando em algum dado que eles estão me pedindo, que eu não estou sabendo. (Entrevistado 11).

Eu só quero receber, porque lá é um lugar que está preservado e eles ficaram de pagar e não pagaram mais. Não pagou. E esse que é o objetivo. (...)E12.1: Só nós que não recebeu, os outros lá, uns receberam, né, E12.2.? Então isso é o que eu ia... E12.1: Porque uns pagou e outros não? Pois é...Eu ia perguntar também se vocês tiveram fácil informação na época? E12.1: Porque que pra nós num veio? Então vocês não conseguiram ter esse tipo de informação? E12.1: não, não. Por quê? E12.2: Eu encontrei com o pessoal de Varginha, que eu esqueci o nome, eu não me lembro, eu consegui mais informações em Cruzília. Ah, uma outra pessoa falou de Cruzília, é o que que tem lá? E12.2: Lá tem o escritório do IEF também. Ah, é uma agência, você sabe? E12.2: É, você tem agência. Aí eu tinha trabalho lá. Aí eu passei, eu tinha conhecimento do cara, aí ele me deixou os papéis e me mandou para Belo Horizonte. fonte. Aí nós recebemos acho que em 2014, 2016, uma coisa assim (...).E12.1: Não completou os pagamentos. E o que mais? E12.1: Aí os outros falaram, olha, o nosso lá, tem lá na Piracicaba, o rapaz que foi pra, recebeu, mas por que que o nosso não tem mais, não recebeu? Então essa falta assim de explicar porque que um recebeu e outro não, a falta de informação mesmo? E12.1: A falta de informação. E12.2: falta de informação. Falta de transparência? E12.2: Eu tinha um e-mail lá de Varginha Eu sempre procurava e-mail pra ele, passava uns dados da minha mãe certinho... (Entrevistados 12).

‘Faliô’, né que eu não sei se es(eles) pagou tudo, ou se ‘faiô. Então até de dar essa informação para vocês, assim, né? É. De falta... De falta.... De prestação de contas, de coisa, né? É isso. (Entrevistado 14).

Falta de informação sobre os atrasos no pagamento (...). Não, de ruim não teve nada, foi bom. Porque a serra lá a gente não punha gado mesmo, não fez falta não de ficar fechado. Entendi, não prejudicou, não? Não prejudicou, porque ainda ficou mais a área, tem muita área. Engraçado, a outra área que não tá na Bolsa Verde, que aí gado não entrou mais, lá fechou por cima, ela ‘apogrediu’ junto com a Bolsa Verde, o trecho, entendeu? (...) O ruim foi que eu não dei sorte, que o rapaz lá fez o cadastro lá errado. Ele errou, ele pôs a 60 hectare e depois ficou seis hectare. (...).E15.2: Negativo foi isso, a dificuldade de poder resolver um problema né, dificuldade resolver um

problema que era simples né, um erro né, de 60 para seis hectares não teria, pra mim, cortaram um zero, bateram, o digitaram errado ou cortaram a despesa mesmo Falou, não, vamos cortar isso aqui. Mas pra cortar a despesa poderiam ter pago 30, poderiam ter pago 20, 10. (Entrevistados 15).

E16.1: Não, eu não achei nada ruim (...).E16.2: Aspecto negativo, né, eles fossem um pouquinho mais responsável com o programa... Com os prazos? E16.2: Com os prazos, com a campanha e tudo mais, né? Eles falavam que vinha e aí não ‘parecia’, ou sei lá o quê e tal. Aí ficava aquela expectativa, sabe, vai continuar ou não? (Entrevistados 16).

Depois passou pro Bolsa Verde, aí já virou uma coisinha assim... Enroscado já. Quando passou ‘pro’ governo direto, aí já enroscou mais. Dava trabalho pra gente receber, até hoje tem uma parte que eu mesma não recebi (...). E eu acho que ficou pior depois que passou por Bolsa Verde. Faltou um pouco assim de informação? Um pouco de assessoria, eu acho. De informação, de estar junto, sabe? Ver uma parte do pagamento, que foi o pior, que eles não pagam e não falam por que também. E pronto. Quando vira para o Estado, para o governo, é complicado, né? (...). E os pontos negativos que você acha? Foi essa questão do atraso? É, de não pagar, né? Atrasava. Depois de uns três anos, eles pagaram uma outra parcela, porque era dividido, não sei se era por quatro ou cinco anos. Eu já nem sei mais o tanto que eu recebi. Se falta duas se eu recebi só três, se eu recebi quatro. Aí era uma vez no ano, só que eles não pagavam, aí no outro ano, ah, vai pagar, quando veio não pagava nada, quando veio pagava. E foi aquela confusão, sabe? (Entrevistado 17).

Mas teve alguma coisa que falaria que poderia ter sido melhor, alguma coisa que você achou ruim? Não, cada um pensa de um jeito. Se eu penso em coisa, às vezes o vizinho já pensa diferente. Acha que aquela área não vai servir pra ele, não vai preservar, não vai adiantar mais pra mim. Eu acho que tem solução, sim, vale a pena (...). E o que poderia ter sido feito diferente, de uma forma melhor assim? Não, eu acho que todo mundo tinha que preservar, né? Porque a água é muito importante. (Entrevistado 18).

E o que foi, no seu caso, recebeu uma parte e ficou faltando outra? Ah, recebeu não sei quanto, sei que ficou um tanto, sem receber, que aí não pagaram mais. E aí você acha que isso foi a principal coisa ruim que teve no programa? Uai é, ué. E só isso mesmo... (Entrevistado 19).

Ao questionar os (as) entrevistados (as) sobre a percepção que tinham sobre a importância e necessidade de se realizar uma avaliação sobre o Programa Bolsa Verde, foi identificado que os (as) beneficiários (as) entrevistados tinham um pouco de dificuldade em discernir uma avaliação de um monitoramento e muitas respostas foram dadas que se tratava das duas questões como sendo uma única ferramenta de aprimoramento da política pública. Mas o monitoramento, apesar de termos recebido alguns relatos contrários, foi realizado, ao longo do tempo, mesmo que de forma falha, pois não seguiu a previsão de uma vistoria anual no período estipulado, mas buscaram-se realizar vistorias periódicas, de forma presencial e por meio de amostragem de vistorias via imagem de satélite também. No entanto, o que se pôde depreender dos relatos recebidos é que os (as) beneficiários (as) gostariam que esse monitoramento fosse realizado de forma mais próxima, com mais periodicidade e por

peças que atuassem de forma mais contínua na região. Alguns apontaram a importância de receberem *feedbacks* contínuos sobre as questões de preservação, além de uma assistência técnica e que gostariam que ações de educação ambiental fossem desenvolvidas em conjunto com esse monitoramento. Houve também relato comparando a forma de realizar o monitoramento dos programas anteriores desenvolvidos pela OSCIP que atuava na região e após ter iniciado o programa Bolsa Verde. Segundo esse relato, os monitoramentos dos programas anteriores eram desenvolvidos de forma muito próxima aos (às) produtores (as) rurais, com a participação deles (as) e de forma mais periódica. Ao ser iniciado o programa Bolsa Verde, segundo esse relato, o monitoramento já não era mais realizado por equipe de técnicos da região e passou a ser algo muito distante, tanto em proximidade mesmo, quanto em periodicidade, pois quase já não era realizado. Já uma avaliação sobre o Programa Bolsa Verde, como instrumento para aprimoramento da política pública, não foi identificada, durante a pesquisa, que tenha ocorrido formalmente. Sendo assim, foi questionado aos (às) beneficiários (as) se considerariam importante que houvesse uma avaliação sobre o programa Bolsa Verde e a maioria das respostas (quinze pessoas) considerou importante essa ferramenta. Para que pudesse ser concluída a avaliação proposta aos (às) beneficiários (as), depois de solicitado que apontassem o que consideravam os principais pontos positivos e negativos do programa, foi-lhes solicitado que fizessem um balanço, levando em consideração tudo o que tinham apontado e, refletindo após essa análise, se, afinal de contas, levando tudo em consideração, pontos fortes e pontos fracos, se consideravam que o programa havia sido efetivo ou não. A maioria das pessoas (dezesseis pessoas) que respondeu a essa pergunta considerou, em uma avaliação final, que o programa foi, sim, efetivo e, inclusive, acredita que deveria ter continuidade e ser considerado como uma política de estado perene, em vez de apenas um programa temporário. Um dos pontos levantados, para considerar a efetividade do programa, foi a relevância que o recurso financeiro teve para muitos (as) beneficiários (as). Até os (as) entrevistados (as) mais críticos ao programa entendem que, de certa forma, ao menos parcialmente, o programa pode ser considerado efetivo. Inclusive, muitos (as) entrevistados (as), que não receberam o pagamento devido, ou receberam parcialmente, consideraram, ao final da avaliação, que o programa foi efetivo. Mas houve aqueles entrevistados que enfatizaram que apenas consideraram o programa efetivo, porque foi cumprido o que foi prometido, ou seja, que, no caso específico deles, foi considerado efetivo, porque haviam recebido todas as parcelas devidas. Outro ponto levantado por um entrevistado, para considerar a efetividade do programa, é o importante papel que os pagamentos por serviços ambientais têm para fortalecer a conectividade de áreas de vegetação

nativa, reduzindo a questão da fragmentação, que é um dos grandes desafios enfrentados na questão ambiental da atualidade, que compromete a existência de muitas espécies que precisam de áreas maiores que os fragmentos disponíveis para se locomover, se alimentar, se reproduzir, etc. Houve quem apontasse os benefícios gerados pela preservação de áreas de vegetação natural, como a efetividade do programa, como ar puro, qualidade e quantidade das águas e a questão da saúde relacionadas a esses fatores. Mas houve quem fizesse distinção entre o programa ter sido efetivo, para o governo e para os (as) beneficiários (as), tendo considerado que foi efetivo apenas para o primeiro, pois, segundo o relato, as áreas estariam preservadas de qualquer maneira, mas, para os (as) beneficiários (as) não foi efetivo, pois não houve o cumprimento da parte que cabia ao governo, como os pagamentos que não foram efetuados. Mas muitos (as) entrevistados consideram que, apesar desse fato, não se pode considerar o programa ineficaz, mesmo tendo sido, eles próprios, os não beneficiados, pois, para muitas pessoas que receberam o recurso, o programa foi muito importante, não podendo ser desconsiderado. O principal motivo, para que tenha sido considerado efetivo, foi primeiramente a própria iniciativa, que, segundo a maioria das repostas, foi fundamental para uma mudança de postura de maior apoio ao proprietário rural. Além disso, segundo a maioria das respostas, o simples fato de ter despertado ou aumentado a consciência, em relação às questões e práticas ambientais, faz com que o programa possa ser considerado efetivo e, por fim, o fato da maioria das áreas cadastradas terem permanecido conservadas até o momento, fato não apenas levantado nas falas desses (as) entrevistados (as), mas observado pelos (as) gestores (as) do programa, na análise de várias vistorias finais, que foram realizadas anos após o término do prazo inicial previsto nos contratos. Um alto percentual das áreas conservadas nessas vistorias faz com que o programa seja de fato considerado efetivo. Por fim, houve um entrevistado que levantou a possibilidade da falta de pagamento ter gerado um descontentamento tão elevado a ponto de ter gerado atitudes opostas ao desejado pelo programa, tendo levado a ações de depredação, como incêndio na área cadastrada, mas essa hipótese não foi levantada e não foi abordada por esta pesquisa não sendo possível verificar sua veracidade e sendo sugestão para futuras pesquisas.

Vamos dizer que foi parcialmente efetivo, né, parcialmente, também houve um esforço, houve uma tentativa, que não pode desmerecer, foi parcialmente, houve alguém iluminado que falou lá, vamos tentar, então não pode desmerecer não. (Entrevistado 1).

E aí pensando nessas questões do que teve de bom e do que teve de ruim, acha que o programa foi efetivo ou não? E2.1: Foi, foi com certeza. E2.2: Com certeza as matas estão todas cercadas. E2.1: Olha, pra mim, eu já disse, pra mim melhorou muito. Nesse sentido que foi uma motivação. E2.2: Que

cercou as matas, né? Cercou a... E2.1: É, minha fazenda é toda cercada. E2.1: Pô, tanto é que minhas nascentes não secaram, né? Eu tinha ano que secava. Isso aí, eu tenho certeza que foi as mata. E2.1: Como é que fala? Isolar as mata de animal, entrar, beber água, essas coisas. Isso aí eu acho que ajuda, porque onde o animal pisa ali, ele vai piorando. Vai acabando com as minas. (Entrevistados 2).

Com certeza, positivo. Mesmo assim, sua avaliação foi? É positiva. Com certeza. Pra mim é pouca coisa, nós nunca esquecemos nunca coisa. Mas pra muita gente sim (inaudível), mas pra muita gente é uma ajuda substancial. (Entrevistado 3).

Considero que sim. Considero sim. Tirando os ruins e adicionando os bons. Eu acho que a gente tem que ver pelo lado positivo. Eu sou um cara positivo. Eu acho que foi bom sim, apesar de tudo. Dessas... no meu caso, se você perguntar para o cara que recebeu 1 milhão e 200, ele vai adorar, vai falar que é o maior programa da vida dele. Mas eu acho que teve acerto sim. Acho que teria acerto sim, teve esses pormenores aí, mas eu acho que foi válido. (Entrevistado 4).

Eu entendo que foi positivo, muito positivo. Por quê? Porque ajudou a aflorar né essa questão da preservação ambiental, e perspectiva de se criar novas áreas de reserva, novas conexões dos fragmentos que existem... (Entrevistado 5).

O Saldo é positivo! Geralmente, as autoridades não cumprem o que tá no programa. (Entrevistado 6).

Pra mim, eu acho que foi. Vai ter gente que vai falar que não foi, mas eu acho que foi. E por que você acha que foi? Porque despertou muito essa questão, as pessoas começaram a separar mais as áreas, preservar mais as nascentes, entendeu? Então, eu acho que nesse sentido foi. Foi bom. Mas quando não deu continuidade, muita gente desanimou. Tacou fogo, então será que foi bom? No meu ponto de vista, sim. Muita gente vai falar que não foi bom. (Entrevistado 7).

Efetivo. Eu creio que sim. Eu tenho a sensação que sim. Se meu pai não tivesse falecido, eu sei que teria funcionado direitinho. Acho que o programa foi, tipo assim, ele ter falecido e ter mudado, né, muita coisa. Eu sei que teria sido efetivo. E você acha que teria sido efetivo por quê, assim? Não sei. A área está lá, né? É uma área interessante de ter e de conservar. É, de conservar. Está lá. (Entrevistado 11).

E12.2: não, funcionou, funcionou sim. É porque o pessoal tomou consciência né, viu que, muita gente ficou com medo, ficava com medo de fazer, de passar o terreno, eu mesmo fui explicando, e ele me disse, não, isso é o contrário, entendeu? Mas eu acho que foi importante, porque se deixasse, pessoal aí ia desmatar tudo, entendeu? O pessoal ninguém tinha consciência... E12.2: É, foi importante. (Entrevistados 12).

Acho que foi bom. Mesmo assim, você acha que no geral foi bom? Foi bom. (Entrevistado 14).

É. Foi bom. Foi bom, foi bom. Porque aí o outro lá, o fogo não entrou nela lá não, sabe? Preservou bem, sabe? Achei que ela foi muito boa (...). Deu certo, foi bom. (...) Foi bom que rendeu dinheiro, né? (...).E15.2: Mas é, mas no geral a avaliação é positiva, positiva e esperamos que continue, que tenha outros projetos. A esperança é essa. E15.2: Foooooi, foi, foi efetivo. Mesmo assim, considera? E15.2: Mesmo assim, é porque eu não posso falar só pela

gente, né? Porque pra quem recebeu o número certo de hectares, foi um dinheiro que ajudou. Ajudou bastante. (Entrevistados 15).

E16.1: Não, isso foi bom. É uma pena não ter continuado (...). Mas o programa é muito bom, que é muito importante, isso é. (...)E16.2: Eu torço para que volte, tomara que o governo mobilize mais recursos, né? E16.2: Foi importante, eu acho muito importante, incentivou muita gente, depois disso, como diz, criamos o pessoal assim pra tentar preservar mesmo, que é importante. (Entrevistados 16).

Funcionou porque o povo, funcionou pro governo, né? Pro Bolsa Verde porque o povo acabou deixando, porque era um compromisso, o povo acabou deixando, reflorestar e tal, né? Nesse ponto, pra eles, funcionou. Agora, pro dono da terra, é que eu achei que não foi muito legal, porque eles não cumpriram o prometido. Sim, por conta desses atrasos e do que faltou de pagar, né? É, é, aham. (Entrevistado 17).

Então você acha que mesmo tendo esse atraso, essas questões, o programa funcionou? Funcionou. (Entrevistado 18).

Ah, funcionou, pelo menos pra muita gente lá receberam bastante. Porque eu nem alembro quanto que eles pagavam lá por ano. Era bem... (Entrevistado 19).

Por fim, ao encerrar a entrevista, foi dada a oportunidade a cada um (a) dos (as) beneficiários (as) entrevistados (as) de sugerir melhorias, no processo proposto de avaliação da política pública, ou seja, com a experiência que tiveram no programa Bolsa Verde o que poderiam sugerir de melhorias com as lições aprendidas para programas de PSA futuros. Além disso, eram também questionados se havia algum comentário adicional que gostariam de fazer ou se houve algum item importante que não foi abordado, durante a entrevista, mas que considerassem importante de ser relatado. Um dos entrevistados enfatizou bastante a questão das políticas públicas facilitarem não apenas a divulgação das informações necessárias à sociedade, por meio de locais de fácil acesso, mas que as informações venham de uma forma facilitada para que todas as pessoas independentemente de seu grau de instrução e área de atuação possam compreender todo o conteúdo necessário. Que as orientações sejam dadas de forma mais fácil e os processos necessários para participar dessas políticas públicas seja simplificado. Além disso, acrescentou a importância da divulgação dos resultados da pesquisa para que realmente as contribuições propostas possam ser conhecidas e contribuam na construção do conhecimento sobre programas de PSA. Outra sugestão recebida foi de que o programa fosse contínuo, ou seja, tornar-se uma política de estado, mas com a regularidade da transferência dos recursos e que houvesse também um acompanhamento mais próximo e um monitoramento cujos os resultados fossem divulgados e de fácil acesso para a sociedade. De certa forma, a informação espacial está disponível para a sociedade, por meio da plataforma do IDE SISEMA, que contém todos os polígonos cadastrados, nas duas edições

do programa Bolsa Verde, edital de 2010 e edital de 2011, mas poderia haver um painel informativo com os detalhes disponíveis, como parcelas pagas, justificativas para os pagamentos realizadas e os pagamentos não realizados, pendências documentais, etc. Além disso, como foi sugerido que os contatos dos responsáveis pela gestão do programa também fossem facilitados, poderia também constar um telefone ou e-mail de contato de fácil acesso e de forma regionalizada. Muito se falou também da questão da informação, pois foi citado por vários (as) entrevistados (as) que inicialmente houve um grande receio por parte dos agricultores da região de que, ao participar do programa, o governo “tomaria” as terras das pessoas que assinassem o termo de compromisso, então, uma das sugestões recebidas foi quanto à importância de realizar uma boa divulgação das informações de forma clara e objetiva. Uma sugestão que também foi citada por vários (as) entrevistados foi quanto à necessidade de atualização dos valores, caso houvesse novo programa, para que o valor de remuneração por hectare fosse considerado mais justo pelos (as) beneficiários (as). Inclusive comparando a valores de programas ainda em andamento, como no caso do programa municipal de Extrema. Ainda, relacionada a essa questão financeira, indiretamente, foi sugerido por um dos entrevistados que também não houvesse a retenção do imposto de renda, anteriormente essa questão foi comentada, como citada na entrevista inicial que não foi computada no resultado da pesquisa, por se tratar de entrevista de teste, citando que, no momento das entrevistas mesmo, essa questão não havia sido diretamente abordada pelos (as) entrevistados (as). No entanto um deles sugere melhoria no valor a receber, pois uma parte é descontada pelo governo, embora ele não cite diretamente o imposto de renda, depreende-se desse relato que provavelmente estaria se referindo ao IRRF. Um dos beneficiários entrevistados sugeriu que fosse realizado, num próximo programa, o fomento para plantação e manejo de candeia, assim como foi realizado nos moldes de outro programa de governo que existiu anterior ao programa Bolsa Verde, o Promata, em que toda a cadeia de plantio, fomento na produção de mudas, colheita e venda para uma empresa que extrai o óleo pra uso farmacológico, foi incentivada. Outro entrevistado sugeriu que, num próximo programa, fosse realizada de forma mais direta a educação ambiental, dando importância, para a preservação de uma forma mais ligada ao cotidiano e a vivência das pessoas na zona rural, para que seja despertada a importância que essa preservação tem no dia a dia das pessoas, de modo que elas compreendam a importância de participar do programa, para além da questão do auxílio econômico que o programa dá ao produtor rural. Outro entrevistado sugeriu que, ao se trabalhar essa conscientização da importância da preservação, fosse realizada a conexão com a questão da água, da importância das áreas de vegetação nativa, para a recarga dos recursos

hídricos e como isso é fundamental, não somente para a vida humana, mas até mesmo para a produção rural. Já os (as) entrevistados (as) que tiveram problemas relacionados a seus cadastros e atualização de documentação sugeriram que esses processos fossem revistos e aperfeiçoados, buscando reduzir ou de preferência extinguir os erros cometidos anteriormente, quanto a áreas cadastradas de forma incorreta, ou reduzida e que houvesse uma facilitação quanto à documentação, sendo informadas de forma fácil, direta e ágil. As documentações necessárias, provavelmente vídeos instrutivos, tutorias e painéis de acompanhamento das atualizações fossem formas de melhoria desses processos. Houve também uma sugestão de facilitação para a regularização ambiental e instruções sobre averbação de reserva legal. Uma solicitação, também baseada em experiências de programas anteriores, seria que as entidades governamentais voltassem a doar os insumos, para a realização dos cercamentos de áreas, como mourão, arame, balancim e recurso financeiro, para contratação de mão de obra para o assentamento dessas cercas e doação de material, para a construção de bebedouro para a criação de gado. Até mesmo sugestão de contratação de mais servidores públicos, para as entidades governamentais ligadas ao meio ambiente e, especificamente citando o IEF e também a capacitação deles, para a realização de extensão rural, para a produção sustentável, foi feita por um entrevistado. Esse acompanhamento mais próximo aos produtores rurais foi citado por muitos (as) entrevistados (as), inclusive com a sugestão de parcerias da região, como foi o caso da OSCIP, que atuou na área, a Amanhãgua e a contratação de mão de obra local, para realizar esses acompanhamentos, além da ênfase na necessidade de realizar os pagamentos em dia e corretamente, sendo indispensável o cumprimento da parte dos governos de estado.

5.3 Aspectos gerais observados

Um dos principais aspectos observados, durante as entrevistas, foi como o transcurso muito grande de tempo dificultou que os (as) entrevistados (as) se lembrassem exatamente dos detalhes. “Pagou um ano, só dois anos. Um ano, né? Acho que... Eu não lembro mais. Eu nem lembro. Depois que passou para o Bolsa Verde, né? Não sei se foi um ou dois anos, não lembro”. Essa é uma ressalva a ser feita, porque, inclusive, durante os contatos, para a realização de agendamento, para as entrevistas diversas, pessoas contatadas foram prontamente informando que não se lembravam muito bem dos detalhes do programa em razão da distância temporal desde que foi lançado o primeiro edital do programa em 2010. Esse fato foi observado também, ao longo dos relatos coletados nas entrevistas, sendo assim,

fatos como data de inscrição no programa, área cadastrada no programa, valores devidos, valores recebidos ou não, datas de pagamento, número de parcelas recebidas, entre outros, foram, em sua maioria, coletados por meio dos documentos de gestão do programa, pois as pessoas relatavam não se recordar.

Também foi percebida uma confusão dos entrevistados entre os diversos programas que existiram e entre a desvinculação da pesquisa ao programa (ansiedades quanto a possibilidades de pagamentos), pouca citação do IEF, etc. Ao realizar as entrevistas, um cenário foi se desenhando sobre a atuação de uma organização não governamental, na região de Baependi, que teria desenvolvido diversos programas voltados para a temática ambiental, inclusive, de educação ambiental na região e posterior parceria com o governo do estado de Minas Gerais, no desenvolvimento de alguns programas de governo anteriores ao programa Bolsa Verde. Pelo que se pode depreender, por meio das entrevistas, essa entidade fazia a mobilização de produtores rurais e, como já havia essa história de atuação, vários (as) entrevistados (as) participaram de diversos desses programas, sendo quase que “automaticamente” inscritos no programa Bolsa Verde, quando foi criado. Sendo assim, muitos relatos mostraram uma dificuldade dos (as) entrevistados (as) em discernir o que foi pertinente a cada um desses programas. Algumas vezes, ao serem questionados (as) sobre o que tinham gostado do programa Bolsa Verde, por exemplo, ou o que haviam considerado importante, vários citaram a doação de insumos para cercamento de áreas e/ou reflorestamento, como doação de mourão, arame, balancim, mudas, etc., o que não ocorreu por meio do Programa Bolsa Verde, conforme relatado anteriormente. Além disso, um dos programas desenvolvidos em parceria com o governo do estado de Minas Gerais promovia o plantio de candeia e o fomento de toda a cadeia produtiva, tendo realizado a produção de mudas, a doação e venda dessas mudas, o incentivo do plantio, para manejo e a venda para uma empresa que produz o óleo, a partir da espécie para uso farmacológico. Por isso, é importante esclarecer esse fato, tendo em vista que não foi identificada, durante a pesquisa, que tivesse havido doações desses materiais no programa Bolsa Verde, que, segundo foi identificado, apenas realizava o repasse de recursos financeiros, no valor de R\$ 200,00 ao ano por hectare cadastrado, no programa de áreas de vegetação nativa, durante um período acordado de cinco anos, tendo tido editais em 2010 e 2011. Além do que, apesar da previsão legal de duas modalidades do programa Bolsa Verde, sendo a modalidade de preservação e a modalidade de restauração, previstas na lei de criação do programa, apenas a modalidade de preservação foi desenvolvida, nunca tendo havido editais que previssem a restauração de áreas dentro do programa Bolsa Verde. Durante as entrevistas, foi identificado então que a

maioria dos entrevistados não conseguiu fazer distinção sobre o escopo de cada programa, provavelmente também pelo grande transcurso de tempo, já que faz mais de uma década que o programa foi criado. Outra questão que se repetiu algumas vezes, ao longo das entrevistas, foi a expectativa com que muitos (as) beneficiários (as) vieram para os encontros, esperando que fosse resolvida a questão de sua pendência de pagamento do programa Bolsa Verde, ou que fossem ser cadastrados (as) em um novo programa de pagamentos por serviços ambientais. Mesmo realizando a introdução em todas as entrevistas, informando previamente que se tratava de uma pesquisa acadêmica, não financiada e que estava sendo realizada de forma totalmente independente, sob a coordenação científica da Universidade Federal de Lavras, mas sem qualquer vinculação com agências governamentais, associações, cooperativas ou organizações não governamentais de qualquer natureza. Algumas vezes essa expectativa gerou certa ansiedade que até interferiu um pouco no andamento da entrevista, com alguns (algumas) entrevistados (as) não focando no que estava sendo questionado e insistindo em saber detalhes sobre seu pagamento ou sobre a existência de um novo programa de PSA.

Uma das questões observadas, durante a análise dos relatos colhidos, durante as entrevistas, foi a pouca quantidade que a autarquia governamental responsável pela gestão e execução do Programa Bolsa Verde, o Instituto Estadual de Florestas, foi citada pelos (as) entrevistados (as). Apenas quatro entrevistados citaram o nome do IEF e apenas uma vez, cada um deles, de forma bem breve. Algumas outras entidades também foram citadas, mas também poucas vezes e outras vezes citadas por engano. As demais instituições citadas ao menos uma vez foram: IBAMA, IMA, EMATER, SENAR. Alguns programas também foram citados, além do Programa Bolsa Verde, como o Promata, o PRONAF, o Conservador das águas, o Conservador da Mantiqueira e o programa de pagamento por serviços ambientais dos municípios de Itamonte e de Extrema. A hipótese levantada para que o IEF tenha sido citado poucas vezes é que como a divulgação, a mobilização, o cadastro, entre outras ações, foram realizados pela OSCIP, que atuava na região. A imagem dessa organização ficou muito mais forte na mente das pessoas, pois, diferentemente do IEF, essa OSCIP foi citada por praticamente todos (as) os (as) entrevistados (as) (15 de 19 entrevistados) e inclusive diversas vezes por cada um deles (as).

Pelo grande número de citações e inclusive indicação por entrevistados sobre a importância de entrevistar antigos funcionários da OSCIP, foi possível realizar o contato com dois ex-funcionários, na tentativa de realizar as entrevistas, no entanto apenas um deles conseguiu comparecer. Um dos entrevistados que também fundou uma associação ligada à

questão ambiental, informou-nos, em seu relato, que se tratava de uma ONG e que posteriormente foi transformada em OSCIP. Um dos entrevistados relatou que trabalhou em parceria com a OSCIP, quando houve o incentivo da cadeia produtiva, para o manejo da espécie arbórea Candeia e, segundo relatos obtidos nas entrevistas, a OSCIP, em parceria com o governo de Minas Gerais, por meio de programas que antecederam o Bolsa Verde, incentivaram a produção de mudas por agricultores da região, a venda e doação de mudas, o plantio para manejo da espécie e contato com uma empresa que compraria a produção, para a extração do óleo, para utilização na indústria farmacológica. “Eu fui viverista da Amanhágua, trabalhei com mudas, sabe?” (Entrevistado 8).

Uma reportagem da revista Ecológico também foi identificada, informando a atuação da OSCIP, com sede em Baependi desde 2001 e atuando em mais de 30 municípios da região do Sul de Minas Gerais. O site da antiga organização não está mais disponível, mas a reportagem cita que a missão da OSCIP era ‘Promover junto às comunidades rurais a coexistência harmoniosa e permanente entre as pessoas e o meio ambiente, por meio da educação, da troca de conhecimentos e de ações concretas que desenvolvam alternativas econômicas, sociais e ambientais. Essa é a nossa missão, concebida coletivamente’. A reportagem está disponível em <https://www.souecologico.com.br/revista/edicoes-anteriores/edicao-39/oscip-amanhagua/>

Um dos entrevistados passou o contato de uma ex-funcionária da OSCIP Amanhágua que concordou em fornecer seu relato para a pesquisa. Foi uma entrevista extremamente enriquecedora, que permitiu compreender melhor sobre os programas desenvolvidos pela OSCIP, em parceria com o estado de Minas Gerais. O desencadeamento cronológico dos fatos e como era a atuação da organização na região, além da importância que existiu dessa atuação para a mobilização dos (as) beneficiários (as), que foram cadastrados no programa.

Inicialmente ela relatou como foi a experiência de trabalhar na entidade, que, segundo ela, foi fundamental, para desenvolver nas pessoas da região, um olhar ambiental e principalmente, entender que era possível conciliar a questão ambiental e produtiva, de forma sustentável. De acordo com o relato a OSCIP, fomentou o desenvolvimento na região do turismo rural e ambiental, o plantio e manejo da espécie florestal nativa, Candeia e a realização de viveiros de mudas familiares. Teve uma atuação muito importante na educação ambiental, fomentando também o cercamento de áreas de vegetação nativa, de nascentes e recursos hídricos em geral e o reflorestamento de áreas.

De acordo com a experiência relatada pela ex-funcionária, o grande diferencial no trabalho que realizaram era primeiramente contratar pessoas locais que conheciam as

características da região e a realidade das pessoas com quem estavam trabalhando. E, em segundo lugar, o diferencial seria o trabalho muito próximo que era executado, com visitas às propriedades, muitas vezes, hospedando-se com os moradores o que gerava uma relação de confiança e espaços de construção de conhecimento de forma participativa. Segundo o relato da ex-funcionária, que converge com o relato de alguns (algumas) entrevistados (as), a atuação da OSCIP era tão próxima, que faziam todo o trabalho de divulgação, cadastro e até mesmo acompanhar na abertura de contas bancárias, que, muitas vezes, não era usual o pessoal da zona rural ter. Pode-se depreender, a partir dos relatos, que esse trabalho foi fundamental para facilitar o acesso ao Programa Bolsa Verde pelos (as) beneficiários (as) da região.

Outra questão, em que convergem os relatos, foi que o programa Bolsa Verde, segundo a percepção do entrevistado, veio para substituir os programas anteriores realizados, em parceria com o governo do estado de Minas Gerais, como o Promata, por exemplo. Segundo esses relatos, a partir do momento em que foi alterado para o Programa Bolsa Verde, a relação passou a ser mais distante, pois foram sendo retiradas as atuações das entidades parceiras, que anteriormente faziam até as vistorias de acompanhamento. Isso passou a ser feito pela autarquia ambiental que, muitas vezes, tinham escritórios bem mais distantes que atendiam várias regiões. De acordo com o documento Bolsa Verde: lições aprendidas, apesar da Portaria IEF nº 132 prever a possibilidade de realização de vistorias pelos parceiros que auxiliaram na divulgação e cadastro do programa Bolsa Verde, houve a vedação de transferência de recursos financeiros para tais parcerias que não se estenderam à fase de monitoramento, sendo assim, o IEF tornou-se o responsável exclusivo pelas vistorias a serem realizadas (IEF, 2022).

Pode-se depreender também uma percepção de que os (as) entrevistados (as) tiveram de certo dano à imagem da OSCIP, com os atrasos ou ausências dos pagamentos pelo Programa, que, muitas vezes, foi atribuído a uma falha de atuação dessa organização, quando, na verdade, tratou-se apenas de contingenciamento de recurso pelos governos do estado de Minas Gerais, conforme pode ser observado na página 27 no documento Bolsa Verde: lições aprendidas (IEF, 2022).

Foi dada a oportunidade para a entrevistada de também realizar a avaliação do Programa Bolsa Verde, apontando os principais pontos positivos, negativos e posteriormente a avaliação final, realizando-se uma análise desses pontos, se considerava o programa foi efetivo ou não. Para a ex-funcionária, o principal acerto do Programa Bolsa Verde foi a questão ambiental mesmo, principalmente das pessoas continuarem preservando, pois,

segundo o relato dela, até atualmente as áreas que auxiliaram a cadastrar no programa Bolsa Verde e que participaram anteriormente do Promata e posteriormente tornaram-se Bolsa Verde, estão preservados até hoje. Ela complementou que tem bastante área, inclusive cachoeiras, que foram cercadas pelo programa Promata, que viraram Bolsa verde e estão todas intactas, “estão tudo virando capoeira mesmo, já. Já faz 10 anos, viraram capoeira mesmo. Continuaram. Acho que o positivo é isso”. (Entrevistado 13). Já o principal ponto negativo foi a alteração na forma de executar o programa tendo retirado a atuação das OSCIPs e tendo realizado um distanciamento dos produtores, tendo perdido o contato direto com eles, além de, por fim, ter descontinuado o programa e ter falhado com alguns pagamentos.

Eu acho que isso foi muito negativo. Por exemplo, se tivesse a gente que viesse fazer, ok. Mas deixou eles. Muitos problemas, atrasos nos pagamentos e não vieram fiscalizar. Não se sabe se as pessoas abriram as cercas e deixaram entrar o gado, lá, lá para os lados que eu vou, as pessoas da roça. Não sei se todos, mas a população em geral, eles ainda são muito pessoas de palavra né. Eu combinei com você, não precisa de papel. (Entrevistado 13).

Foi um relato difícil e emocionado, pois deu para perceber o orgulho e amor colocado no trabalho, um grande caminho trilhado, com envolvimento das pessoas locais de forma muito participativa e que depois foi todo desfeito com um encerramento muito prejudicial aos envolvidos. Gerou muito desgaste e estresse, inclusive, segundo a visão da entrevistada, levado ao adoecimento e posterior falecimento da principal responsável pela OSCIP. A percepção da ex-funcionária, apesar dos pontos negativos que existiram, considera que o Programa Bolsa Verde foi positivo, principalmente, porque foi possível desenvolver a visão ambiental, nas pessoas envolvidas, que, segundo seu relato, passaram a se preocupar mais com questões de preservação, sobretudo, ligadas às questões hídricas. Além disso, apontou uma mudança de comportamento nas novas gerações, pois houve um período de êxodo na área rural, mas que agora muitos (as) filhos (as) de proprietários (as) rurais estão retornando com uma visão diferente. Como sugestão de melhoria para novos programas de PSA, ela sugere um retorno ao que foi feito nos primeiros programas da OSCIP, em parceria com o governo, com o desenvolvimento de uma cadeia produtiva sustentável, com doação de insumos e de mudas produzidas, por meio de viveiros de mudas florestais familiares com pessoas da região e o grande envolvimento de OSCIPs regionais com programas de educação ambiental e extensão rural participativos.

Um conteúdo que foi citado por vários (as) entrevistados (as) se refere às dificuldades que são vividas no meio rural, ou como alguns nomearam, as “dificuldades na roça”. Durante os relatos obtidos nas entrevistas com os (as) beneficiários (as) cadastrados (as), no programa

Bolsa Verde, alguns (algumas) relataram de forma enfática como a situação no meio rural está complicada atualmente, segundo alguns relatos, por causa de quedas de preços para os produtos produzidos no meio rural que, muitas vezes, não cobrem os custos de produção para o pequeno produtor rural. Foi relatada a queda no preço da saca de café, a queda no preço do leite e da carne. Houve relato que, com a pequena propriedade rural mantendo as áreas de vegetação natural necessárias por lei, teria pouca área produtiva restante, principalmente para a atividade de criação de gado. Por isso, segundo esses relatos, o pagamento por serviços ambientais é tão importante e esperado por esses produtores rurais.

O custo é mais alto do que o... É tipo assim, a minha atividade não remunera o meu trabalho. (Entrevistado 6).

E2.1: Como é que aguenta? E2.2: Porque ele gosta também do café torrado. E comprou a R\$ 1.500, agora esse ano R\$ 1.200. Comprou a R\$ 1.200. E2.1: Agora está R\$ 800. Em vez de subir, está caindo (...): a fazenda minha na verdade durante muito tempo eu sustentei ela com meu dinheiro, da minha aposentadoria e do meu salário, entendeu, foi aonde eu parei de tirar leite, chega um limite que você não ‘guenta’, o leite não compensa, mesma quantidade de leite que eu ‘tava’ tirando e não ‘tava’ dando, só pra você ter uma ideia, eu não tô falando demais, quando eu parei, eu trabalhei por 3 anos, eu vendia o litro de leite a R\$ 2,70, hoje tá R\$ 2,50 (Entrevistados 2).

O gado tá lá. Imagina, eu compro queijo e vendo, pra ganhar um dinheiro, mas só quando dá certo. Não dá pra viver não. Tá tirando dois no litro de leite. Tem que trabalhar pra fora ainda pra ajudar. E vender as coisinhas pra comprar o farelo, pra por no prato, tá ficando difícil, tá apertado. Tá ficando difícil. E o leite abaixando. É, todo mundo comentou que o preço tá só caindo, né? Tá só caindo. Não dá, o povo da roça tá só sofrendo. É. Foi bom. Foi bom o programa e outra ‘cê’ sabe que doze, doze hectare de capoeira pra quem tem, sobra pouca pastagem né, pra ‘nóis’, pro gado. (Entrevistado 9).

E12.1: se o governo voltasse a pagar ajudava a gente, a despesa tá muito alta. Deixou o leite aí. Saco de sal 180. E12.2: uma pessoa que conheci de um frigorífico lá em Juiz de fora, o cara ficou... tinha comprado os garrote a 2.500, ele vendeu por 2.400... E12.1: tá muito difícil. Pessoal na roça. A gente vê o preço do leite só caindo... É. Uma pessoa falou que deixou de mexer com leite, porque estava muito barato. E12.1: Isso, muito barato. (Entrevistados 12).

E ela acreditava que a a as pessoas começar a explorar o turismo rural, que as pessoas iam começar a ganhar dinheiro. As pessoas iam ganhar dinheiro. Para parar de sofrer. Porque a vida do campo é muito difícil, hoje em dia. Corre de trabalhar às quatro da manhã, às sete da noite, eles ganham um mísero, um mísero dinheiro. Quase que não dá pra pagar a ração do gado. Então ela queria mudar esse caractere, ela queria, era uma mudança de paradigma que ela acreditava, sabe? Então ela punha isso na cabeça das pessoas, as pessoas diziam ah vão cuidar do que é da gente, o povo punha fogo pra fazer pastagem. E com esse trabalho da gente, o povo não punha mais fogo, eles começaram a entender que o fogo era ruim. E que isso era ruim pra nossa comunidade. Tanto que todas as coisas que a gente foi mudando, eu cresci nisso, e vejo isso de uma forma muito bonita. Não é só dinheiro. (Entrevistado 13).

Porque hoje, se for olhar aí, só o leite não dá pra pagar um funcionário. Se for um funcionário, hoje fichado, o 'retireiro' quer ganhar 2 salários, fica em 5 mil. E o preço do leite tá barato, né? Tá barato. Aí eu larguei mão, larguei de tirar leite aí. (...) Mas o que desanima um pouco pra plantar é a mão de obra, aqui não tem gente, muito difícil. Tinha na época pra plantar, tem que trazer de Baependi, de 'panhá', né? Que a 'panha' do café é complicado mesmo. É difícil, 'panhá', né? (...) Esse ano o café deu muito pouco. Sabe o que aconteceu? Caiu muita chuva de pedra esse ano aqui. Por fim o Jacu comeu demais. Bando de Jacu (...).E15.2: A despesa da roça é muito grande. Então não tem como fazer (sobre cercamento de áreas de preservação). (Entrevistados 15).

Se não é o leite, tá caindo de preço. É, todo mundo falou isso. E16.1: Cai o preço. Todo mundo queixou. A gente acaba que não acompanha muito, né, porque pra quem consome não é uma baixa né. E16.2: é fica a mesma coisa, igual a carne né. Carne não para quem produz a carne do boi, mas o açougue é muito pouco no mercado, muito pouco. Não sei se falta fiscalização também, nos frigorífico, se eles aproveitam um pouco da crise, aí joga o preço do boi lá embaixo, mas o preço caiu muito pouco. Da carne, no açougue. (Entrevistados 16).

Até uma vez teve um rapaz aí de Cruzília. Ele teve lá no terreno lá e falou, você está roçando a reserva lá? Nós vimos no satélite, então vai lá ver. Aí levei lá, nem o pasto, porque eu não estou roçando, não vou roçar reserva. Né? A crise que está, não vai roçar reserva. Aí foi lá, ver e não era meio, era um campinho, que aí o mato saiu do bote, ficou um pedacinho do campinho assim. Ah... (Entrevistado 19).

Outro ponto que foi trazido nos relatos foi o aumento da violência no meio rural, com relato de roubos às propriedades rurais de gado, maquinário e inclusive com uso de muita violência.

Os homens mesmo, eles entram, estão roubando de cara, durante o dia. Chega lá seis, sete caras lá, coisa e pega trator, pega gado, entendeu? Bate nos caras. E2.2: Tem uma fazenda próxima da gente, o cara é de São José dos Campos, ele foi embora, a fazenda tá a venda, tá abandonada. Por causa disso, bateram nele, judiaram dele, é próxima da gente. E2.1: Então, nessa experiência agora, desse ano, nesse ano que vai acabar, três fazendas aqui, perto da minha. Eu não vou ficar aqui, eu e ela, sozinha. Os camaradas meus já não ficam mesmo (Entrevistados 2).

Além disso, um dos entrevistados que inclusive fundou uma associação para fins ambientais, relatou a importância de se pensar em programas de cercamento de áreas de vegetação nativa e recursos hídricos, saneamento com correto tratamento de efluentes, mas, para isso, seria necessário financiamento, pois, segundo seu relato, com a grande dificuldade financeira vivida na área rural, a maioria dos proprietários não consegue, por exemplo, instalar uma fossa séptica ou um biodigestor por conta própria, pelo alto custo e poderiam existir programas de PSA que realizassem esses financiamentos, por exemplo.

Alguns relatos trouxeram também questões políticas, apesar de que esses relatos foram em menor quantidade e não foram o foco da pesquisa, por isso, não foi dada ênfase na questão, que pode ser sugestão para próximas pesquisas. Mas alguns relataram as dificuldades enfrentadas, durante um Governo Federal, que teve uma política de enfraquecimento das estruturas ambientais. Já outros relatam que o Governo Federal atual não favorece as questões para os pequenos produtores rurais e que o anterior sim. E, por fim, um dos entrevistados correlaciona a alteração no governo estadual com a falta de pagamentos do Programa Bolsa Verde e com a falta de continuidade do programa.

Mas tem a questão da mineração né, mas entende que a RRPN de alguma forma, segura, assim a questão das secas, etc.? Muito, muito, é... eu também não quero entrar em aspectos políticos, né, porque isso é extremamente complicado, né, então eu vou abordar de maneira assim, sem propaganda político partidária, mas aqueles quatro anos do Bolsonaro, pra mim foram terríveis, porque ele é francamente a favor de mineração, de minerador, de coisa e tal, eu passei quatro anos apagando incêndio né, com o advento desse novo governo que tem uma visão mais ambiental novamente, né, eu 'tô' sentido assim, Graças a Deus, né, vou poder respirar um pouquinho, porque foram quatro anos em que essas atividades se sentiram seguras para tentar voltar a fazer o que faziam antes, sentiam seguros porque, ah, desculpa, risos, tinha aquele animal daquele ministro que mandou abrir a porteira né... Ah, passar a boiada, né? É passar a boiada... Salles... É. Aí o que acontece, todo mundo citava ele né, ah que não sei o que, e eu: manda ele vir aqui, manda ele tentar passar a boiada dele aqui, passar na minha porteira, pra ver o que vai acontecer com ele com a boiada dele, coisa e tal né, mas... mas foi desgastante, foi desgastante. Agora deu uma aaah refrescada, sem político partidária tá, foi o que aconteceu, foi o fato, foi assim e agora um refrigério também, não sei até quando, mas esses são os fatos. (Entrevistado 1).

E2.1: a fazenda minha na verdade durante muito tempo eu sustentei ela com meu dinheiro, da minha aposentadoria e do meu salário, entendeu, foi aonde eu parei de tirar leite, chega um limite que você não 'guenta', o leite não compensa, mesma quantidade de leite que eu 'tava' tirando e não 'tava' dando, só pra você ter uma ideia, eu não tô falando demais, quando eu parei, eu trabalhei por 3 anos, eu vendia o litro de leite a R\$ 2,70, hoje tá R\$ 2,50... Nó em vez de aumentar, caiu... E2.1: então quem "guenta" um troço desse... E2.2: tão importando o leite né, tão importando da Argentina.. É mesmo? É tão importando da Argentina, tão ajudando a Argentina a se levantar e 'nóis' aqui... E2.1: É leite em pó, essa importação aí do governo que tá colocando leite da Argentina que baixou o preço do litro do leite, então como é que você vive? É salário mínimo, é água, energia... (Entrevistados 2).

É, eu estou muito desacreditado em poder público... (Entrevistado 5).

Bolsonaro... foi um presidente muito bom, tiro o chapéu pra ele. Não esse presidente que tá lá. O Bolsonaro ajudou muito o povo da roça. É mesmo? É, ó. Lá, o gado subiu, tudo que 'cê' tinha pra vender 'cê' vendia na época dele e ele passou muito 'pertado' pela pandemia. A pandemia, eu falei, ó, muita gente sofreu, cara. Tinha a família, o governo... a gente 'tava' no sofrimento... muita gente sofreu um bocado, perdeu gente da 'família'... Como que foi pra vocês na pandemia? Na pandemia não queria deixar 'nóis' vender as coisas na cidade, a gente precisava vender porque a gente perde a comida,

tinha lá que jogar leite fora, jogar queijo fora. Aí, pra cidade 'vende' pra gente, e... Tinha que ter o dinheiro pra ir trocar. A gente foi pra cidade, a gente também queria as coisas, as coisas... e a gente não ia ficar sem comer, né. Então o Bolsonaro não cercou essa parte. Chegou o prefeito, botaram barreira a gente chegava aqui na barreira e dava um queijinho pra eles lá pra passar. Corromper eles. Chegou o governo dele e passou pra gente pra vender pro povo. Como que eu ia ficar sem 'vende'? Eu andava na cidade, só olhava o trem e eu só na dura. E eu mantendo, eu não parei hora nenhuma. (Entrevistado 9).

Sim. Muita gente pode falar que vai entrar aqui, eu não sei qual a posição política de você, mas o nojo que eu passei na minha vida agora com a política passada por causa disso, os meus amigos, assim de amigo mesmo, eu tive que cortar muita gente num celular, sair de grupo, sair de tudo. Porque eu pedi pra eles. Quando eu comecei a notar que eles estavam... Falando que tudo que 'cê' fala de meio ambiente é pra modismo, que sabe? A cabeça desse povo hoje é uma doença muito séria. Água, mineração, é tudo assim, eles tem uma cabeça, então eles acham que tudo, em vez de ter, de procurar esse tal de equilíbrio, e mesmo com essas tragédias que estão acontecendo, então você vê assim, pessoas que eu achava que tem um grau de escolaridade melhor, mas não, eles são mais tapado as vezes que um cara lá da roça que tem pouco estudo acadêmico, mas ele tem muito mais consciência. Então eu acho que às vezes, essa informação, pelo menos faz um papel de quem vai falar, arrumar. A doença ou a perseverança. Arrumar um jeito de falar então... (Entrevistado 10).

E aí, isso foi mais ou menos em 2013, foi quando mudou o governo, entrou o Anastasia, e aí a situação começou a ficar difícil, porque não era muito voltado para o espaço ambiental, mudou muito as pessoas da Secretaria de Meio Ambiente e aí não foi dando muito valor, sabe? Não foi dando muito valor a essas questões e aí o negócio foi descampando, então a questão de interesse mudou mesmo... não tinha mais interesse (...) Sim, os primeiros era o Promata, tinha 4 anos, os primeiros 4 anos, quando o Promata veio direitinho. Depois entrou o Anastasia e ele não estava nem aí. (Entrevistado 13).

Muitos relatos citaram a grande preocupação que os (as) beneficiários (as) têm, em relação aos incêndios, nas áreas cadastradas para o programa Bolsa Verde, principalmente, porque o termo de compromisso firmado ressalta a importância do combate ao fogo e, caso seja identificado, que a área foi danificada com fogo, ainda que tenha boletim de ocorrência, o (a) beneficiário (a) não pode receber por aquela área e, caso já tenha recebido, é preciso devolver o recurso financeiro para o caixa do estado. O Boletim de ocorrência que mostra que o incêndio tenha sido criminoso e não responsabilidade do (a) proprietário (a) /posseiro (a) da área protege, para que o (a) beneficiário (a) não seja excluído do programa e, para que possa receber pelo restante da área remanescente, que não tenha sido atingida pelo fogo, pois, caso contrário, seria excluído do programa sendo obrigado a ressarcir o estado de todo o recurso financeiro que tenha recebido. Muitos (as) beneficiários (as) entrevistados (as) relatam as dificuldades em manter as áreas livres de fogo e como é comum que incêndios vindos de

outras áreas atinjam as propriedades. Muitos relatam que se sentem inclusive como fiscais e que tentam esclarecer para os vizinhos sobre a importância de não colocar fogo, mas realmente relatam a dificuldade de serem responsabilizados por uma questão alheia ao controle deles (as).

Muito. Principalmente o fogo no parque. O negócio lá é feio. Nossa, essa semana mesmo, meu vizinho faz parte da brigada lá de incêndio do parque, eles estavam apagando o fogo de noite lá pertinho das casas lá que o fogo tava lá. (Entrevistado 7). Porque lá sempre entra um fogo. (Entrevistado 15). O que prejudica lá, infelizmente, é o fogo. (Entrevistado 16). Tentaram queimar minha mata, éééé tentaram queimar minha mata, vocês não imaginam como que as questões ambientais, eu não sei o grau de percepção de vocês, mas como tem gente que odeia o assunto, que não gosta. (Entrevistado 1). Tem pouca coisa lá, porque é perto da cidade, na época colocaram fogo, e... tinha plantado 4.500 pés de eucalipto, hoje em dia deve ter o que, 50 pés. Esse queimou? Queimaram três vezes. Sobrou, ficou pro outro. Muito absurdo. Nossa. E aí, é incêndio criminoso? É criminoso. (Entrevistado 3). E aí teve um fogo na colônia, né, num bairro vizinho, né, do outro lado. E o fogo subiu a serra e dobrou pro meu lado. Consumiu quase tudo das cadeias. Essa semana que eu tive lá, que tem um pezinho morto, só, mas da época tinha plantado mais de 5 mil pés de cadeia e o fogo só não foi pior porque nós conseguimos conter e tinha um acero. Eu tinha feito acero, na divisa, tinha feito um acero de um metro de cada lado com um acero, mas mesmo assim pulou fogo. Mas é uma área que eu vou conseguir... não regenerar, né, porque é campo de altitude, a 1.480, Anteontem eu até tive lá. Tem uma nascente... (Entrevistado 5). Porque aí ele já tinha uma área grande de candeia. Aí ele fechou aquela área e há uns três anos atrás tacaram fogo. Nossa! O maior pecado. Aqui assim, dá pra ver daqui. Queimou a área inteira. Foi a maior judiação. E ele perdeu tudo? Não perdeu tudo, mas a maior parte ele perdeu. Porque tacaram fogo lá na BR. E veio vindo...O fogo subiu de lá, queimou. Nossa, mas foi de chorar” (Entrevistado 7). Aí fui lá mostrei pra ela, até falei pra ela o campo não se planta nada. O povo antigamente, sabe o que fazia? ‘Quermava’ (queimava) o campo quando dava chuvinha, que queimava o campo, não queimava a capoeira. Aí veio essa lei aí, que proibiu queimar o campo, ó, quando pega um fogo no campo, a capoeira vai junto. O povo antigamente não queimava a capoeira. Queimava só o campo quando chovia. E aí eu não dava pra ir. Se o fogo pegar no campo, quem paga? Fala pra mim. Aí eu venho com ela e já falo pra mim quem paga o fogo no campo. E aí a capoeira vai indo. Se entrou no campo, a capoeira vai embora. Ele não gostaria da capoeira. E o campo não pode plantar nada nele. Ele é fogo nele. Ó, deu uma chuvinha pra uma antiga. Dava uma chuvinha, ‘quermava’ ele. Aí acabou indo na faixa, não queimava capoeira. Eu falei pra ela, a senhora tá certa, não pode dar fogo, não pode queimar, tá certo. Mas o dia no campo, fica um ‘faixão’ dessa altura aí o que que acontece? A capoeira derrete. (...) Aí vai embora, pega tudo. pra fazer um pouco de fogo, um pouco de queima, tá certo, mas um dia no campo, antes de planta o mio, Quanto dia no queima capoeira? Pra controlar. Pra controlar o queima capoeira. E aí, o fogo e a água, não calar a água. As águas calam, lembra o que? Se você queimar um campo com a terra moída, aí não atinge a terra. Entendeu? Agora o tempo fogo novo aí. Faz um calor novo. Seque aqui, aí. Aí vai na capoeira, aí seca a ‘árvre’, mata a ‘árvre’, ficou um fogo muito forte. Não tem, aí, umidade de chão. Quando chove a terra fica ‘moiada’. Não tem. Estraga a capoeira, aí vai no campo, aí

resseca tudo também, não deixa nada. (Entrevistado 9). E lá, agora essa semana, teve um fogo lá, sabe? Até trabalhou 30 homens apagando. E tem um pouco de candeia cortada, que tu vendeu mais. Tá vendendo. Tá cortando. Cortaram 300 metros, a Atina. Eu tô lá pra tirar a candeia, porque lá sempre entra um fogo, por atrás da serra. Quando você vira e queimou, você vê a serra lá. Queimou muito. Aí trabalharam 20 homens lá apagando. Eu não fui lá ajudar. Mandeí gente, paguei, ele me mandou aí. Ando queimando uns 50 metros de candeia. Porque pegou nos montes, né, porque a candeia é igual a gasolina, né? (Entrevistado 15). E16.1: Ah, foi, sim. Tanto que lá é... a gente nem gado põe, num queima. Mas sempre aparece fogo. Esses dias, mesmo 'nóis trabaíou' lá apagando fogo lá ó... três dias.. (Entrevistado 16). E aí dá uma notícia ruim. Os vizinhos lá botaram fogo nos campos. Nossa! E aí pega em tudo? Não, pegou, né? Porque senão a gente teria visto daqui. Entendi. Mas teve um ano que puseram numa serra aqui, minha filha, aquilo queimou dias até sair na outra. Quando começou a descer, que a galera conseguiu subir e apagar. (Entrevistado 17).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O IEF, órgão responsável pelo planejamento e execução da política florestal do estado de Minas Gerais, responsável pela execução do Programa BV, realizou uma análise de lições aprendidas em 2020, após 10 anos do lançamento do primeiro edital em 2010. Vinha trabalhando, na construção de uma Política Estadual de PSA, que posteriormente foi abarcada pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais – SEMAD, que a apresentou como o Projeto de Lei nº 4.041/2022 que institui a Política Estadual de Serviços Ambientais em Minas Gerais e que cria o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais e dá outras providências, atualmente, em tramitação na ALMG. Além disso, com a publicação da nova lei de PSA, a Lei Federal Nº 14.119/2021, que institui a Política Nacional de PSA e definiu como uma de suas diretrizes a utilização desse instrumento de promoção do desenvolvimento social, ambiental, econômico e cultural das populações em área rural e urbana e dos produtores rurais, em especial, das comunidades tradicionais, dos povos indígenas e dos agricultores familiares, surge mais um fator político para impulsionar a criação desse tipo de política no âmbito dos estados da federação brasileira.

A pesquisa proposta poderá trazer embasamentos para o aprimoramento do programa, para a publicação de novos editais do Programa BV ou até mesmo para a elaboração de novos programas de PSA no estado. Além disso, poderá permitir a análise sob um novo aspecto, para as discussões propostas pela submissão do novo projeto de Lei Estadual de PSA à ALMG, além de revisões periódicas das leis existentes sobre o tema no âmbito estadual, contribuindo principalmente nas dimensões ambientais e socioeconômicas.

Com esta pesquisa, buscou-se dar voz aos (às) beneficiários (as) da importante política pública de pagamento por serviços ambientais precursora no estado de Minas Gerais, o Programa Bolsa Verde. Ao buscar atender o objetivo geral delimitado para a pesquisa, qual seja, analisar a percepção do Programa Bolsa Verde do estado de Minas Gerais, a partir da ótica de alguns (algumas) beneficiários (as) cadastrados (as) entrevistados (as), em 2023, em algumas cidades da região Sul de Minas Gerais, sob a perspectiva da avaliação de uma política pública, levando em consideração aspectos ambientais e socioeconômicos, pôde-se depreender, ao ouvir o que esses (as) beneficiários (as) têm a dizer, o quanto prezam essa iniciativa política de reconhecer o importante serviço prestado pelos produtores rurais, na preservação das áreas naturais contidas em suas propriedades/posses. Apesar de essa função ser delegada pela própria constituição aos proprietários de terras no Brasil, com a função

social da terra, o que se pôde perceber é que muitos têm dificuldades, inclusive financeiras, de arcar com essa função, que, segundo os relatos, prejudica a própria sobrevivência, ao reduzir a já diminuta área agricultável principalmente para os agricultores familiares, que não possuem, muitas vezes, acesso às técnicas e tecnologias necessárias, para aumentar a produtividade em pequenas áreas.

Apesar das evoluções vivenciadas pelo país rumo a políticas públicas mais participativas, o histórico de construção do Brasil ainda carrega, como consequência, políticas públicas elaboradas “de cima para baixo”, sem o devido espaço de construção coletiva. Sendo assim, esta pesquisa buscou dar voz aos beneficiários dessa política pública, para contribuir minimamente no avanço de construções mais participativas. Como um dos objetivos específicos seria contribuir na análise e compreensão dos programas de PSA e da importância da avaliação, como instrumento de aprimoramento das políticas públicas, foi possível perceber o quanto importante é, para os entrevistados, a ajuda financeira recebida, por meio do programa, que, mesmo com todos os problemas que enfrentou como atrasos, falta de pagamento e baixos valores de remuneração, ainda assim é considerado essencial, para os(as) produtores(as) entrevistados(as), que anseiam por sua continuidade e ampliação.

Como foi trazido no referencial teórico, a política pública busca resolver um problema público a partir de um diagnóstico de uma situação problema. Ao confrontar a análise de resultados com o referencial teórico trabalhado, podemos observar que o principal problema, a ser enfrentado pelas políticas de pagamento por serviços ambientais – PSA, é criar um envolvimento dos (as) produtores (as) rurais, quanto à questão ambiental e à importância de trabalhar em suas áreas a questão da sustentabilidade ambiental, a partir da remuneração dos serviços ambientais prestados. Por meio do estudo das políticas públicas, busca-se compreender como elas impactam socialmente certos grupos, e foi justamente o que se propôs a partir desta pesquisa, identificar como a política pública de PSA impactou a vida de seus (suas) beneficiários (as), promovendo certa participação popular, ao se propor uma avaliação em que seus (suas) beneficiários (as) pudessem ser ouvidos, tendo um olhar crítico ao que foi realizado pelo programa, identificando os pontos positivos e negativos, podendo propor sugestões de melhorias. Pode-se observar, na análise de resultados, que esse impacto foi bastante positivo tendo, quando não despertada a consciência de seus (suas) beneficiários (as), para uma maior atenção às questões ambientais, ao menos aprimorado seus conhecimentos, além de ter proporcionado uma valorização e reconhecimento pelos serviços ambientais prestados, muito apreciada pelos (as) beneficiários (as) entrevistados (as). Um ponto relevante a ser trazido é quanto ao resultado apontado no documento Bolsa Verde: lições aprendidas em

que se constatou que, mesmo com atraso dos pagamentos, houve baixas taxas de intervenção, desistência ou venda das propostas cadastradas, o documento apresenta dados atualizados até o momento da publicação do documento no final de 2022 que o Programa perdeu em área cadastrada inicialmente apenas 8.717,5872 hectares, o que corresponderia a menos de 10% da área cadastrada, 9,51% para ser mais exato. Pode ser considerado um resultado bem relevante, tendo em vista os diversos problemas enfrentados pelo programa, principalmente relacionados ao atraso dos pagamentos e à grande área de abrangência (IEF, 2022).

Quanto à importância da realização de avaliação de políticas públicas, há que se destacar a importância do envolvimento social, para a sistematização dos pontos de aperfeiçoamento levantados, além de ter sido possível permitir a identificação de questões subjetivas percebidas pelos diversos atores sociais envolvidos na política em questão. Como normalmente as avaliações de políticas públicas têm como um dos objetivos o de resolver problemas práticos, na forma como são sentidos por seus (suas) beneficiários (as), esse tipo de pesquisa permite construir um conhecimento único, a partir dessas subjetividades, para que se possa aplicar esses aperfeiçoamentos em futuras políticas de PSA. Buscou-se contribuir no avanço dessas discussões devido a já citada escassez de pesquisas nesse sentido.

Alguns dos achados que podemos destacar refere-se à necessidade de aprimoramento da geração de informações de acompanhamento do programa, de forma clara e precisa que sejam gerados de forma proativa, de acordo com as recomendações da lei de transparência para que o acompanhamento social do programa seja efetivamente realizado.

Um ponto importante, que foi trazido em pesquisas prévias, foi a questão da não distinção entre avaliação e monitoramento. Essa distinção foi percebida na análise de resultados, pois diversos (as) entrevistados (as), ao serem questionados sobre a importância de se fazer uma avaliação do programa, citaram algumas poucas ações de monitoramento realizadas como se fosse a própria avaliação. O documento lições aprendidas do Bolsa verde (IEF,2022) cita alguns aspectos que dificultaram a mensuração dos ganhos do programa, como a pulverização dos cadastros, ao longo da grande área geográfica de abrangência do estado de Minas Gerais e a falta de definição de indicadores para monitoramento do serviço ambiental contratado, que constava nos termos de compromisso, como a manutenção da área de vegetação nativa conservada, mas que garante a prestação de serviços ambientais diversos. Cabe lembrar que o monitoramento é uma das fases que compõem a execução de programas, gerando dados de acompanhamento sobre os resultados, mas a avaliação compreende uma análise maior, em que se realizaria o levantamento não apenas de dados de cumprimento dos

termos acordados no programa, mas também o levantamento, principalmente das percepções dos (as) beneficiários (as) sobre diversas questões envolvendo o programa, como a forma de acesso às informações, como ocorreu o processo de cadastro, a avaliação de pontos positivos e negativos sobre o programa e sugestão de melhorias, entre diversos outros aspectos que podem ser trabalhados de forma mais detalhada. Seria também uma oportunidade de se realizar uma análise sistemática sobre as diversas fases que compõem a política pública, como planejamento, execução, resultados alcançados e pontos de melhoria.

Um dos aspectos apontados, nas pesquisas levantadas, foram os desafios de cunho técnico e financeiro para os programas de PSA, também identificados, durante a pesquisa, como pertinentes à realidade do programa Bolsa Verde, com a principal dificuldade apontada pelos beneficiários, como a não disponibilização de forma contínua de recursos financeiros, gerando incertezas futuras que comprometem o programa.

Uma categoria levantada no referencial teórico foi o próprio conceito de pagamento por serviços ambientais – PSA, que, segundo alguns autores pesquisados consiste nas atividades humanas que favorecem a manutenção dos serviços ecossistêmicos sendo, portanto o conceito do “protetor-recebedor”, utilizado nos esquemas de PSA, quando a condicionalidade é cumprida pelos provedores de serviços ambientais, por meio de uma transação voluntária, em que os adquirentes realizam o pagamento, mediante a comprovação via monitoramento que atesta que esse serviço ambiental definido previamente foi realmente alcançado. A condicionalidade se apresenta, por meio de uma mudança de comportamento dos (as) beneficiários (as), em relação à preocupação em manter preservada a área de vegetação nativa inscrita no programa. Diversos (as) entrevistados (as) ressaltaram esse compromisso, com algumas citações sobre a responsabilidade que advém desse contrato e inclusive com a citação de um dos entrevistados que resume bem o sentimento dos (as) beneficiários (as) de que se sentira um “fiscal da capoeira”. Essa condicionalidade é citada, no termo de compromisso do Programa Bolsa Verde, que traz previsões quanto ao não cumprimento, como exclusão do programa e a necessidade de ressarcir o erário em caso de descumprimento.

Os diversos relatos mostraram também a questão trazida por Chiodi em que os agricultores familiares sofreriam uma maior restrição por parte da legislação ambiental, pois teriam áreas produtivas menores, levando-se em consideração a obrigatoriedade das reservas legais e áreas de preservação permanente, como entorno de nascentes e cursos d’água, sendo fundamental a existência de políticas públicas de pagamentos por serviços ambientais para minimizar essas restrições (Chiodi, 2018). Um dos entrevistados inclusive citou exatamente

essa questão, informando possuir pouca área para a criação do gado, após a inscrição no programa, que não permite utilizar a área de remanescente de vegetação nativa, para a criação dos animais, sendo vedada inclusive que transitem na área, sob pena das previsões de descumprimento do termo de compromisso citado anteriormente. O entrevistado fez questão de ressaltar como a “vida na roça não está fácil e que quase não consegue comprar o farelo, para a criação do gado”, sendo imprescindível, segundo ele, que recebam os pagamentos por serviços ambientais.

Quanto às pesquisas relevantes levantadas anteriormente, podemos enfatizar a pesquisa de Pereira *et al.* (2016) que buscou identificar se as informações do programa Bolsa Verde estavam chegando até o público alvo, se as pessoas tinham interesse em aderir ao programa, se conseguiam se inscrever e se estavam recebendo o recurso e qual a destinação era dada a esse recurso financeiro. Na pesquisa aqui apresentada, as informações, para acesso ao programa, não se apresentaram como entrave, mas, sim, as informações posteriores de acompanhamento do programa. Os (as) entrevistados (as) apontaram grande interesse em aderir a novos programas, tendo inclusive externalizado bastante esse anseio. Identificou-se que a maioria absoluta dos (as) entrevistados (as) sofreu com a questão de atrasos em seus pagamentos. Ambas as pesquisas indicaram como a principal falha os atrasos nos pagamentos. O próprio documento de elaboração do IEF, o Bolsa Verde: lições aprendidas reconhece que houve grande dificuldade em manter os pagamentos em dia com os beneficiários cadastrados e atribui ao cadastro de grande número de beneficiários (2.701 no total) e o alto valor de pagamento anual (que giraria em torno de 18 milhões de reais), além do fato de que apenas o recurso do fundo Fhidro foi efetivamente destinado ao pagamento do Programa, apesar de constarem diversas possíveis fontes financiadoras na lei que instituiu o programa. De acordo com o documento, a publicação do Decreto Estadual nº 46.289, de 31 de agosto de 2013, que estabeleceu diretrizes, para a contenção de despesas no âmbito das autarquias, gerou um impacto significativo nas atividades do IEF, inclusive nas atividades relacionadas ao programa Bolsa Verde, tanto em relação à realização de vistorias que dependem de recurso para serem realizadas, pois a maioria acontecia *in loco*, como em relação à continuidade dos pagamentos dos benefícios. Ainda, segundo esse documento, o repasse financeiro, para pagamento do programa, em 2014, foi mínimo, disponibilizado apenas, para quitar as despesas inscritas em restos a pagar de 2012 e, posteriormente, em 2015 e em 2016 nenhum recurso foi disponibilizado para pagamentos relativos ao programa. Como consequência, ainda de acordo com esse documento até a data de sua publicação, no final do ano de 2022 quando contava com quatro anos, após o final da vigência dos contratos

firmados, em decorrência do edital de 2011 e seis anos após o final da vigência dos contratos firmados, em decorrência do edital de 2010, existia um passivo de aproximadamente 25 milhões de reais. (IEF, 2022). O próprio documento elaborado pelo IEF reconhece que o atraso nos pagamentos é o maior problema e o maior desafio enfrentado pelo programa Bolsa Verde e que, ainda segundo o documento, precisa ser sanado para garantir confiança a futuras iniciativas que possam ser implantadas ou fomentadas pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Outra questão abordada no documento em questão que justifica os atrasos no pagamento e aponta como ponto de melhoria a ser sanado em futuras iniciativas é que os recursos públicos têm estado sujeitos a contingenciamentos. A solução apontada no documento, para superar essa situação, baseada em outros programas de PSA, seria a utilização de fundos, no entanto, no caso do Bolsa Verde, observa-se que, mesmo com recurso oriundo de um fundo, o Fhidro, ainda há dependência quanto à descentralização financeira do órgão central, a Secretaria de Estado da Fazenda, para sua utilização, o que deixa o documento de lições aprendidas sem uma alternativa para essa questão (IEF, 2022).

A pesquisa de Pereira *et al.* (2016) identificou também grande dificuldade de acesso ao programa, com a documentação exigida, por exemplo, o que divergiu totalmente com essa pesquisa realizada, que não identificou nenhum (a) beneficiário (a) com essa dificuldade, apenas três entrevistados (as) citaram pendências documentais, após o início do programa, em casos específicos, como falecimento do titular, por exemplo, e cadastros realizados de forma incorreta. A questão muito citada por unanimidade dos (as) entrevistados (as) quanto à facilidade de acesso ao programa esteve ligada à atuação de uma entidade local, motivo pelo qual se sugere como desenvolvimento de pesquisas futuras o comparativo entre beneficiários (as) que tiveram o acesso facilitado por esse tipo de entidade com beneficiários (as) que não tiveram. O mesmo se aplica para quanto à dificuldade de abertura de contas no Banco do Brasil, exigência do programa Bolsa Verde. Na pesquisa de Pereira *et al.* (2016) identificou-se grande dificuldade nesse sentido, já, na pesquisa aqui apresentada, essa dificuldade não existiu para os (as) entrevistados (as) também por causa da atuação dessa entidade regional muito citada pelos (as) entrevistados (as), ficando também como sugestão para se abordar em pesquisas futuras, em comparativos com beneficiários (as) que tiveram acesso facilitado por entidade versus o que não tiveram. Um dos achados da pesquisa de Pereira *et al.* (2016) que também foi identificada nesta pesquisa foi que a principal motivação, para se inscrever no programa, foi o próprio recurso financeiro, apesar dos (as) beneficiários (as) terem considerado o valor baixo. Em ambas as pesquisas, identificou-se a utilização dos recursos recebidos na própria propriedade, em alguns casos com o próprio cercamento de áreas de

vegetação nativa ou de nascentes e cursos d'água e, como principal insatisfação, a questão no atraso dos pagamentos. Por fim, em ambas as pesquisas pode-se observar uma profunda mudança de mentalidade quanto às questões ambientais por parte dos (as) participantes do programa. Na pesquisa de Pereira *et al.* (2016), identificou-se que a maioria dos entraves, quanto aos pagamentos, advinha de pendências documentais, e essa dimensão não foi trabalhada na pesquisa atual, sendo sugestão para futuras pesquisas.

Outras indicações, para futuras pesquisas, seria desenvolver pesquisas de satisfação e percepção com os (as) diversos (as) beneficiários (as) do programa, de modo que as informações fossem divulgadas de forma acessível ao público em geral. Como houve um entrevistado que levantou a possibilidade da falta de pagamento ter gerado um descontentamento tão elevado a ponto de ter gerado atitudes opostas ao desejado pelo programa, tendo levado a ações de depredação, como incêndio na área cadastrada, hipótese não levantada e não abordada por esta pesquisa não sendo possível verificar sua veracidade, também se sugere como tema de futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ALGEBAIL, E.; RISSATO, D.; ARRUDA, R. Políticas de Transferência de Renda: componentes utópicos e realização na América Latina. **Espaço e Economia**: revista brasileira de Geografia Econômica, ano 5, n. 10, p. 1-19, 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/2621>. Acesso em: 8 jul. 2021.
- ALTMANN, A. Pagamento por serviços ambientais: aspectos jurídicos para a sua aplicação no Brasil. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL, 14., 2010, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Instituto o Direito por um Planeta Verde, 2010. p. 3-16.
- ANDRADE, M. T. Municípios atendidos pelas entidades parceiras do Programa Bolsa Verde. **IEF**, Belo Horizonte, maio 2011. Disponível em: http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/Clelia/parceiros_22_09_111.jpg. Acesso em: 18 fev. 2024.
- ASSIS, M. P. de *et al.* Avaliação de Políticas Ambientais: desafios e perspectivas. **Saúde & Sociedade**, São Paulo, v. 21, p. 7-20, dez. 2012. Suplemento 3.
- AVRITZER, L. (org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.
- BARRETO, R. C. S.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. Sustentabilidade dos assentamentos no município de Caucaia. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 225-247, jun. 2005.
- BARROS, V. C. C. de *et al.* Pagamento por serviço ambiental: Panorama do Programa Bolsa Verde do Estado de Minas Gerais. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, Maringá, v. 13, n. 4, p. 1347-1363, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama/article/view/6077/6401>. Acesso em: 8 mar. 2023.
- BATISTA, L. E. *et al.* Indicadores de monitoramento e avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. **Saúde & Sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 1-18, 2020. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnpkajpcjglefndmkaj/https://www.scielo.br/j/sausoc/a/p8XGhmjmMjdjT86zy9mXdPG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 mar. 2023.
- BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BLUNDO-CANTO, G. *et al.* The different dimensions of livelihood impacts of Payments for Environmental Services (PES) schemes: a systematic review. **Ecological Economics**, Amsterdam, v. 149, p. 160-183, July 2018. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2018.03.011>. Acesso em: 8 mar. 2023.

BRASIL. Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 1, 25 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRASIL. Lei Federal nº 12.527, 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.gov.br>. Acesso em: 19 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021. Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 14 jan. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/em/web/dou/-/lei-n-14.119-de-13-de-janeiro-de-2021-298899394>. Acesso em: 21 jul. 2021.

CAETANO, P. P.; MELO, M. G. de S.; BRAGA, C. F. Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) – análise de conceitos e marco regulatório. **Revista Principia - Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB**, João Pessoa, n. 31, p. 115-127, dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/443>. Acesso em: 9 jul. 2021.

CAMPOS, A. L. G. Reconsiderando o debate: *policymix* e a complementariedade do pagamento por serviços ambientais em relação aos instrumentos de comando e controle relacionados à conservação do meio ambiente. In: ALTMANN, A.; NUSDEO, A. M. de O. (org.). **Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais: lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021: reflexões para a sua implementação e efetividade**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2022. p. 168-203.

CHAVES, L. C.; ALVES, L. M. (coord.). **Oportunidades de restauração de paisagens e florestas na porção mineira da Bacia do Rio Doce**: resultados e recomendações da aplicação da ROAM. São Paulo: WRI Brasil; IEF, 2020. Disponível em: http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/2021/ROAM/Metodologia_ROAM_Bacia_Doce_ajustes_finais.pdf. Acesso em: 21 jul. 2021.

CHIODI, R. E.; MARQUES, P. E. M. Multifuncionalidade da agricultura e serviços ambientais: aproximações e distanciamentos como referenciais de políticas públicas. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Unijuí, v. 16, n. 45, p. 214-232, out./dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2018.45.214-232>. Acesso em: 10 jul. 2021.

CHIODI, R. E.; MARQUES, P. E. M.; MURADIAN, R. S. Ruralidades e política ambiental: heterogeneidade socioeconômica e lógicas indiferenciadas dos projetos públicos de pagamento por serviços ambientais. **RESR**, Piracicaba, v. 56, n. 2, p. 239-256, abr./jun. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/12345678180694790560204>. Acesso em: 10 jul. 2021.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, dez. 2004.

FABRI, A. Q. *et al.* Pagamento por serviços ambientais: contribuições para o debate sobre sua aplicação no contexto brasileiro pós - Constituição Federal de 1988. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 2219-2258, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/rdc.2018.31885>. Acesso em: 7 fev. 2023.

FECOMÉRCIO MG. Fecomércio MG apresenta dinâmica econômica do Sul de Minas. **Fecomércio MG**, Curitiba, 8 maio 2018. Disponível em: <https://www.fecomerciomg.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Projeto-Estadual-Sul-de-Minas.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2022.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (FEAM). **Plano de Energia e Mudanças Climáticas de Minas Gerais**: sumário executivo. Belo Horizonte: FEAM, 2015. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/reunioes/uploads/T8a10n47WuWW9IIFuxojZRFpfgjarTQ4.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2021.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. MG, BA e MS concentram os dez municípios que mais desmataram a Mata Atlântica entre 2019 e 2020. **SOS Mata Atlântica**, Itu, 30 jun. 2021. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/noticias/mg-ba-e-ms-concentram-os-dez-municipios-que-mais-desmataram-a-mata-atlantica-entre-2019-e-2020/>. Acesso em: 27 jul. 2021.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/>. Acesso em: 1 jul. 2022.

GRACIANO, M. C. *et al.* Efetividades do Programa Bolsa Verde no Assentamento Canudos em Goiás: uma análise da segurança alimentar e da preservação ambiental. **Interações**, Campo Grande, v. 19, n. 1, p. 137-153, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/XpGgDhtCLxfhKkrWHj97dmx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 jul. 2022.

GUERRING, J. **Pesquisa de estudo de caso**: princípios e práticas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R.; FERNÁNDEZ COLLADO, C.; LÚCIO, M. del P. B. **Metodologia da pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Editora Penso, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Índice de desenvolvimento humano. **IBGE**, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/pesquisa/37/0?localidade1=315240&localidade2=314530&tipo=ranking>. Acesso em: 27 jul. 2021.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF). **Bolsa Verde**: lições aprendidas. Belo Horizonte: IEF, 2022. Disponível em: http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/2023/BOLSA_VERDE/Li%C3%A7%C3%B5es_Aprendidas_BOLSA_VERDE_-_FINAL.pdf. Acesso em: 18 ago. 2023.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF). Bolsa Verde. **Portal Meio Ambiente**, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/bolsa-verde>. Acesso em: 27 fev. 2022.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF). **Plano estratégico de restauração florestal para a região da Área de Proteção Ambiental do Alto Mucuri**. Belo Horizonte: IEF, 2018. Disponível em: http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/2020/ROAM/Plano_etrat%C3%A9gico_de_restaur%C3%A7%C3%A3o_florestal_para_a_regi%C3%A3o_da_%C3%81rea_de_Prote%C3%A7%C3%A3o_Ambiental_do_Alto_Mucuri.pdf. Acesso em: 21 jul. 2021.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF). **Relatório Anual de Atividades 2013/2014**: Programa Bolsa Verde. Belo Horizonte: IEF, 2014. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/bolsaverde/2014/relatorio%20atividades%20bolsa%20verde%2013%2014.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF). Mapas das Unidades Regionais de Floresta e Biodiversidade do IEF. **IEF**, Belo Horizonte, jun. 2020. Disponível em: http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/2020/URFBIOS/Mapa_regionais.pdf. Acesso em: 15 jul. 2021.

JODAS, N. **Pagamento por Serviços Ambientais no âmbito do Projeto “Conservador das Águas” (Extrema/MG)**: uma análise da efetividade socioambiental. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Florianópolis, SC, 2015.

LIMA, A. P. M. de *et al.* Metodologias de monitoramento de programas de pagamento por serviços ambientais hídricos no Brasil. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 21., 2015, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: ABRH, 2015. p. 1-8.

LIMA, A. P. M. de *et al.* Pagamento por Serviços Ambientais Hídricos no Brasil: experiências iniciais e os desafios do monitoramento. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 20., 2013, Bento Gonçalves, RS. **Anais [...]**. Bento Gonçalves, RS: ABRH, 2013. p. 1-8.

MINAS GERAIS. Decreto Estadual nº 45.113, de 5 de junho de 2009. Estabelece normas para a concessão de incentivo financeiro a proprietários e posseiros rurais, sob a denominação de Bolsa Verde de que trata a Lei 17.727/2008. **Diário Oficial do Estado**, Belo Horizonte, MG, 6 jun. 2009. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/bolsa-verde/legislacao>. Acesso em: 27 fev. 2022.

MINAS GERAIS. Geografia. **MG Cidade Administrativa**, Belo Horizonte, MG, 2022. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pagina/geografia>. Acesso em: 30 jun. 2022.

MINAS GERAIS. Lei Estadual nº 17.727, de 13 de agosto de 2008. Dispõe sobre a concessão de incentivo financeiro a proprietários e posseiros rurais, sob a denominação de Bolsa Verde. **Diário Oficial do Estado**, Belo Horizonte, MG, 14 ago. 2008. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/bolsa-verde/legislacao>. Acesso em: 15 jul. 2021.

MINAS GERAIS. Lei Ordinária nº 21.082, de 27 de dezembro de 2013. Extingue o instituto de terras do estado de Minas Gerais - ITER - e dá outras providências. **Assembleia Legislativa de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, 27 dez. 2013. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-21082-2013-minas-gerais-extingue-o-instituto-de-terras-do-estado-de-minas-gerais-iter-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 1 mar. 2023.

MINAS GERAIS. Portaria IEF nº 64, de 28 de setembro de 2021. Designa representantes para o Comitê Executivo do Programa Bolsa. **Jornal Oficial de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, 30 set. 2021.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Módulo fiscal. **Incra**, Brasília, 25 abr. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/modulo-fiscal>. Acesso em: 10 de jun. 2022.

NOVAES, R. M. L. Monitoramento em programas e políticas de pagamentos por serviços ambientais em atividade no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 408-431, out. 2014.

OLIVEIRA, M. M. de; NOGUEIRA, C. de M. Pagamentos por serviços ambientais: uma abordagem conceitual, regulatória e os limites de sua expansão no Brasil. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 28, n. 3, p. 1-28, jul./set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2318179654579>. Acesso em: 7 mar. 2023.

PASE, H. L.; MELO, C. C. Políticas Públicas de Transferência de Renda na América Latina. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 312-329, mar./abr. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612150770>. Acesso em: 11 jul. 2021.

PEIXOTO, L. A. G. Abordagens e perspectivas de participação social no monitoramento de políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 19, n. 2, p. 403-410, jul./dez. 2015.

PEREIRA, M. de P. *et al.* A efetividade social do Programa Bolsa Verde de Minas Gerais. **Estudo & Debate em Gestão & Planejamento**, Lajeado, v. 23, n. 1, p. 180-191, 2016. Disponível em: <http://www.meep.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/673/663>. Acesso em: 11 jul. 2021.

POZZI, P. *et al.* **Haciendo história: herramientas para la investigación histórica**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAEPENDI. **Dados gerais**. Baependi: Prefeitura Municipal, 2022. Disponível em: <http://www.baependi.mg.gov.br/site/dados-gerais/>. Acesso em: 3 jul. 2022.

QUINTANA-PEÑA, A. Metodología de investigación científica cualitativa. *In*: QUINTANA-PEÑA, A.; MONTGOMERY, W. (ed.). **Psicología: tópicos de actualidad**. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2006. p. 47-84.

QUIVY, R.; VAN CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais**. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1271-1294, set./out. 2012.

RICCIO, M. de B. **Pagamento por serviços ambientais**: uma proposta de política pública para o estado de Minas Gerais. 2022. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade em Recursos Hídricos) - Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações, Três Corações, 2022.

ROQUE, D. M.; FERREIRA, M. A. M. O que realmente importa em programas de transferência condicionada de renda? Abordagens em diferentes países. **Saúde & Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 1193-1207, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/Txjvq6npxhNqtJMjYRbT4Vm/?lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2021.

SABATIER, P. (ed.). **Theories of the policy process**. 2. ed. Boulder: Westview, 2007.

SABATIER, P.; JENKINS-SMITH, H. (ed.). **Policy change and learning**: an advocacy coalition approach. Boulder: Westview Press, 1993

SABOURIN, E.; SAMPER, M.; MASSARDIER, G. Políticas públicas para as agriculturas familiares: existe um modelo latino-americano? *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 595-616.

SALINAS, J. C. C.; VENCIS, P. V.; PEREVOCHTCHIKOVA, M. Efectos socioambientales del pago por servicios ambientales: estudio de caso de Gestión en la Reserva de la Biósfera La Sepultura, Chiapas. **Sociedad y Ambiente**, México, v. 24, p. 1-28, Enero 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.31840/sya.vi24.2336>. Acesso em: 12 jul. 2021.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação e soluções. São Paulo: Cengage Learnig, 2020.

SERVIÇOS E INFORMAÇÕES DO BRASIL. Realizar Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). **Portal gov.br**, Brasília, DF, 15 set. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-se-no-caf-cadastro-nacional-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 11 jul. 2022.

SIMÃO, G. L.; JACOVINE, L. A. G.; SILVA, E. A. Programa Bolsa Verde do Governo Federal: contexto e desempenho. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 22, n. 4, p. 84-94, out./dez. 2013. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/858/802>. Acesso em: 12 jul. 2021.

SIMÕES, M. S.; ANDRADE, D. C. Pagamentos por serviços ecossistêmicos (PSE): o caso do programa Bolsa Verde no estado de Minas Gerais. **Revista Debate Econômico**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 101-131, jul./dez. 2013.

SILVA, F. A. Pobreza estrutural globalizada, território brasileiro e política de transferência de renda: o programa bolsa família como evento. **Geosp**: espaço e tempo, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 48-72, abr. 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/111813>. Acesso em: 13 jul. 2021.

SOU ECOLÓGICO. OSCIP Amanhãgua: esperança hídrica. **Revista Ecológico**, Belo Horizonte, n. 39, 30 nov. 2001. Disponível em: <https://www.souecologico.com.br/revista/edicoes-anteriores/edicao-39/oscip-amanhagua/>. Acesso em: 18 fev. 2024.

SOUZA, G. B. P. de; LORETO, M. das D. S. de. Avaliação e monitoramento de políticas públicas: produção acadêmica em periódicos científicos brasileiros (2010 a 2020). **Meta: avaliação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 40, p. 649-673, jul./set. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v13i40.3478>. Acesso em: 3 jul. 2022.

TÁVORA, G. S. G.; SILVA, A. S. da; TURETTA, A. P. D. Análise da política por pagamento por serviços ambientais como um instrumento para sustentabilidade socioambiental. **Geosul**, Florianópolis, v. 33, n. 66, p. 29-47, jan./abr. 2018.

WHITAKER, D. **Sociologia rural**: questões metodológicas emergentes. São Paulo: Letras à Margem, 2002.

WUNDER, S. Payments for environmental services: some nuts and bolts. **CIFOR Occasional Paper**, Indonésia, n. 42, p. 1-25, 2005.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A - Formulário de entrevista aos agricultores rurais (Público-Alvo do Programa “Bolsa Verde” – Municípios do Sul de MG) uso exclusivo da pesquisadora cadastrada

Antes de iniciar a entrevista, a Pesquisadora deverá dizer ao Entrevistado que:

- 1) O(a) Sr(a) está sendo *convidado* a participar desta pesquisa e desde já agradecemos a sua colaboração;
- 2) Esta pesquisa tem o objetivo analisar a percepção do Programa Bolsa Verde do estado de Minas Gerais a partir da ótica de alguns beneficiários cadastrados entrevistados em 2023 da região sul de Minas Gerais sob a perspectiva da avaliação de uma política pública, levando em consideração aspectos ambientais e socioeconômicos;
- 3) Esta entrevista será aplicada com alguns agricultores integrantes do Programa “Bolsa Verde/MG”;
- 4) Sua participação *não é obrigatória* e consistirá em responder a uma entrevista com perguntas pré-elaboradas; o tempo de resposta leva cerca de 1 hora em média;
- 5) A entrevista poderá ser encerrada pelo Sr(a) no momento em que desejar. Isso não trará qualquer prejuízo para a entrevistadora, nem para a pesquisa;
- 6) Da mesma forma, caso não queira responder a alguma pergunta, sinta-se à vontade para dizer que prefere não responder; isso também não prejudicará a pesquisadora, nem sua pesquisa;
- 7) A entrevistadora é estudante do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão da Universidade Federal de Lavras (UFLA);
- 8) Esta pesquisa não é financiada e está sendo realizada de forma independente, sob coordenação científica da Universidade Federal de Lavras e não tem vinculação com agências governamentais, associações, cooperativas ou organizações não-governamentais de qualquer natureza;
- 9) As informações obtidas servirão unicamente para a geração de dados para a pesquisa da entrevistadora.
- 10) O Sr(a) aceita participar? () sim () não

Declaro que li os itens acima para o Entrevistado. Assinatura do (a) Entrevistado (a)

Data: _____-Local: _____

Informar ao entrevistado que a entrevista será gravada.

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO

- 1) **Ano do edital:** _____
- 2) **Identificação do beneficiário** _____ (referenciar qual o município);
- 3) **Tamanho da propriedade rural:** _____ (em hectares)
- 4) **Tamanho da área inscrita no Programa Bolsa Verde** _____ (em hectares)

4.1) A área se encontra:

- () APP. Qual? _____
- () Reserva Legal. _____
- () Área Comum. _____

PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS:

5.1) Qual é o seu nível de instrução formal? (Marque apenas uma resposta)

- (A) Sem instrução formal
- (B) Ensino fundamental incompleto
- (C) Ensino fundamental completo
- (D) Ensino médio incompleto
- (E) Ensino médio completo
- (F) Ensino Superior / Pós-graduado(a)
- (G) Prefiro não responder

5.2) Reside na propriedade cadastrada (sim/Não)? _____ Sua casa está localizada em? (Marque apenas uma resposta)

- (A) Zona rural.
- (B) Zona urbana
- (C) Comunidade indígena.
- (D) Comunidade quilombola.
- (E) Não sei responder/Outros

5.3) É agricultor/a familiar?

- (A) Sim
- (B) Não
- (C) Não sei responder

5.4) Principais atividades econômicas no imóvel rural/ do grupo familiar:

5.5) Principais itens produzidos no imóvel rural:

6) Qual a principal motivação para se cadastrar no Programa BV:

ASPECTOS AMBIENTAIS (ANTES DO POGRAMA E DEPOIS DO PROGRAMA):**7) Percepção dos Impactos de eventos climáticos extremos (como secas, inundações etc.):**

ANTES: _____

DEPOIS: _____

8) Percepção de mudança de comportamento quanto à conservação/recuperação ambiental (condicionalidade), por exemplo, situação das matas, dos cursos d'água ou nascentes, avistamento de fauna, porque preserva as matas, uso de agrotóxicos:

ANTES: _____

DEPOIS: _____

9) Percepção da (s) principal (ais) diferença (s) na paisagem natural da propriedade após participar do Programa, por exemplo, quantidade e qualidade de água, estatura e cobertura das matas, qualidade do solo quanto à erosão, recomposição de biodiversidade:

ANTES: _____

DEPOIS: _____

10) Percepção de mudança na compreensão das questões ambientais, por exemplo, realização de cercamentos, construção de bebedouros para animais, de barraginhas, tratamento de efluentes/ biodigestores, destinação de resíduos orgânicos e recicláveis:

ANTES: _____

DEPOIS: _____

11) Percepção se está contribuindo positivamente para a preservação ou conservação da natureza:

ANTES: _____

DEPOIS: _____

12) O imóvel Rural é regularizado ambientalmente? Já era antes do Programa?

ANTES: _____

DEPOIS: _____

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS:

13) Percepção dos valores financeiros recebidos pelo programa, sentiu que vale a pena participar e por que. Qual o impacto do benefício concedido na vida da sua família?_____
_____**14)** Os valores recebidos foram suficientes para manter a floresta em pé nas áreas cadastradas, se possibilitou ações de conservação?_____
_____**15)** Como os valores recebidos pelo programa foram utilizados:_____
_____**16)** Percepção quanto ao cumprimento ou descumprimento do prazo para pagamento pelo governo do estado de MG?_____
_____**17)** Percepção quanto à tendência de adesão ou não de novos programas de PSA por parte do governo do estado de MG?_____
_____**18)** Percepção quanto à importância da avaliação como instrumento de aprimoramento das políticas públicas:_____
_____**19)** Percepção quanto às principais dificuldades de acesso ao Programa:_____
_____**20) Percepção sobre o processo de cadastro do Programa (sugestões):**

21) Percepção quanto aos principais acertos do Programa:

22) Percepção quanto às principais falhas do Programa:

23) Entende que o Programa foi efetivo? Por quê?

24) Outras observações importantes:
